**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PPG**

**COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO - CPG**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGHIST**

**DOUTORADO PROFISSIONAL EM HISTÓRIA**

**ANTÔNIA DE CASTRO ANDRADE**

**Voz aos/as silenciados/as:** ensino de história, escravidão e sociabilidades no sul-maranhense da segunda metade do século XIX.

**Linha de Pesquisa:** Linguagens e Construção do Conhecimento Histórico.

São Luís

2023

**RESUMO**

**A partir desse tópico apresenta-se o texto preliminar para o exame de qualificação, isto é, a elaboração dos textos que serão avaliados pela Comissão Examinadora de qualificação (Fonte: Time News Roman, 12, espaçamento 1,5).**

**Palavras-chave:**

**ABSTRACT**

**SUMÁRIO**

**INTRODUÇÃO**

**1** **ENSINO DE HISTÓRIA DA ESCRAVIDÃO.**

**2** **RELAÇÕES DE SOCIABILIDADES E SOLIDARIEDADE NO SERTÃO SUL- MARANHENSE.**

**2.1** **SENHORES E SENHORAS X ESCRAVIZADOS E ESCRAVIZADAS:** relações permeadas por tensões e acordos.

**2.2** **HOMENS, MULHERES E CRIANÇAS ESCRAVIZADAS:** toda mão de obra era bem-vinda!

**2.3** **A ATUAÇÃO DA MÃO DE OBRA ESCRAVIZADA NO SERTÃO SUL- MARANHENSE.**

**2.4** **FUGIR ERA UM ATO DE RESISTÊNCIA:** os casos de Bárbara, Germano e Ignacio.

**3 A FAMÍLIA DE ESCRAVIZADOS/AS COMO FORMA DE RESISTÊNCIA NO SERTÃO SUL-MARANHENSE.**

**3.1** **A FAMÍLIA COMO FORMA DE RESISTÊNCIA:** Justino Alberto Lima, Amancia Pereira de Miranda, Luiz e Ignez da Cunha Ribeiro.

**3.2 PARA ALÉM DAS BÊNÇÃOS DA IGREJA:** famílias de escravizados/as monoparentais.

**4** **PRODUTO EDUCACIONAL**

**4.1 RELAÇÃO ENTRE O OBJETO DA TESE E A PROPOSTA DE PRODUTO EDUCACIONAL:** percurso de construção do Produto Educacional.

**4.2** **ACESSIBILIDADE.**

**4.3** **PÚBLICO-ALVO:** quais os critérios de escolhas.

**4.4** **DIÁLOGO COM O CONTEXTO DISCENTE:** impacto na realidade do/a discente.

**4.5** **NATUREZA/ MODALIDADE DO PRODUTO.**

**4.6** **TECNOLOGIA PARA APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DO PRODUTO:** a internet como instrumento de aprendizagem.

**4.7** **VIABILIDADE E NÍVEL DE APLICABILIDADE:** quais espaços pode ser (re)utilizado.

**4.8** **MÉTODO PARA TESTAGEM DE APLICABILIDADE:** modelo questionário avaliação de usabilidade.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS.**

**REFERÊNCIAS.**

**INTRODUÇÃO**

O isolamento do Sul do Maranhão em relação à sua capital, São Luís, tornou-se o ponto de partida de vários trabalhos que se propunham a pensar a realidade social, cultural, política e econômica do sertão sul-maranhense ao longo do seu processo de conquista (Ferreira, 2002, p.16; Gomes Filho, 2011, p.17-82).[[1]](#footnote-0) Tal distanciamento era algo que muito preocupava as autoridades portuguesas. Na tentativa de sanar o problema e promover a integração entre as duas frentes de colonização, Norte (litoral) e Sul (sertão), o governo lusitano, imbuído de um discurso civilizatório, deu início no final do século XVIII e início do XIX à criação do Arraial do Príncipe Regente, atual Município de Colinas-MA (Pereira, 2016, p.15). A ideia, que nunca se concretizou, era promover o encontro das duas frentes de colonização (Gomes Filho, 2011, p.32).

Em *Varando mundos: navegação no Vale do rio Grajaú*, o pesquisador maranhense Alan Kardec Gomes Filho, relativiza a ideia de isolamento da região Sul do Maranhão. Neste trabalho abandona o pensamento, há tempos único na historiografia, de que aquela região vivia isolada. Para Gomes Filho, os rios, em especial o Grajaú, possibilitaram àqueles/as sertanejos/as contato com o mundo que estava ao seu redor (Gomes Filho, 2011, p.17).

O olhar dicotômico (litoral x interior), utilizado para analisar as relações e as diferenças entre a capital e o sertão do Maranhão, vem se tornando cada vez mais enfraquecido. Tais categorias de análises já não dão conta de abarcar as dinâmicas internas que caracterizaram aquelas realidades sociais. É preciso repensar essas narrativas, em grande parte, construídas na capital/litoral sobre o seu outro, o sertão/interior. Este, sendo pensado ainda como um lugar isolado, onde tudo falta (Gomes Filho, 2011, p.16-17).

Nos escritos de viajantes que andaram pelas campinas de Pastos Bons no XIX, os conquistadores figuram como heróis, bravos homens levando àquelas paragens sopros de civilidade. E, eram os pioneiros. O vaqueiro, sempre descrito como um homem branco e livre, é celebrado em versos e prosas e acabou exercendo uma grande força sociocultural carregada de simbolismo nas falas e imaginário das pessoas que lá viveram/vivem (Pereira, 2016, p.44). Estes elementos sociais e culturais são responsáveis pela construção da imagem de um sertão do Sul do Maranhão, livre e branco, apresentado não como uma possibilidade para se compreender aquela sociedade, mas como a realidade em si do sertão. Saberes que se naturalizaram, erigiram um sertão definido pelas ações de seu conquistador e colaboraram para silenciar e invisibilizar as narrativas sobre a história de negros/as sertanejos/as. Para o professor Paulo Pereira (2016, p.79)

Em função das leituras realizadas, ficou evidenciado que a memória histórica da região fora constituída e sacralizada no âmbito de disputas físicas e simbólicas entre o agente colonizador e o indígena [acrescentaria negros(as)], durante o período das lutas pelo domínio da terra. Tais disputas, marcadas por descompensada força bélica dos indígenas, culminou na supremacia do europeu, e a imposição de seus padrões econômicos e socioculturais sobre a cultura original das comunidades que primitivamente habitam o sertão do Alto Itapecuru, no principiar do século XIX.

Em tais escritos, observa-se a força das representações produzidas por uma historiografia que contribuia para construir uma compreensão daquela sociedade fundamentada apenas pela disputa daquele território entre brancos, os colonizadores, e o indígena, que já estavam lá. Pergunto: onde estava a população afro-brasileira naquele processo?

Irisnete dos Santos Melo (2010, p.30) destaca que as escritas e leituras construídas sobre o sertão e seus personagens foram criadas dentro de um campo eivado por conflitos e disputas, produzindo ao mesmo tempo vozes e silêncios. Grupos sociais que detinham o poder e ocupavam os lugares de produção de saberes foram responsáveis por criar signos que caracterizaram o sertão do Sul do Maranhão como um espaço marcado apenas pela ação dos vaqueiros e suas boiadas.

As representações sociais são resultados dos interesses de grupos, possuem um lugar de fala, e assim como produziram/produzem a escrita sobre os sertões sul-maranhenses, também fabricaram/fabricam os silêncios sobre a presença dos indígenas e negros/as como agentes no processo de feitura daquela realidade (Certeau, 1982, p.65). Temos, assim, uma versão sobre os acontecimentos históricos que privilegia a ideia de uma história única. E é aí que mora o perigo (Adichie, 2019, p.23-26). Uma imensa, variada e complexa parte da história sobre aquela região ficou, e ainda está, à margem dos debates sobre a escravidão negra no Maranhão realizados dentro e fora das instiruições de ensino da eduação básica e superior.

É preciso problematizar tanto as narrativas produzidas, quanto, os vazios advindos delas, responsáveis pela construção de uma única versão sobre a história da região sul-maranhense. Contudo, torna-se importante explicar de qual silêncio estou falando aqui. Na opinião do historiador e professor Henrique Borralho (2021, p.57)

Falar dos silêncios da história é falar das não falas, daquilo que não se ouve, da suspensão do que, mesmo se vendo, não se enxerga. O silêncio é uma não pronunciação, nem sempre uma omissão. O silêncio é também um gesto, às vezes, político, quando de propósito não se quer dar visibilidade a algo ou alguém que, mesmo estando ali, não é percebido, ou não pode ser percebido, ou não se quer que seja percebido.

Essas lacunas historiográficas, não foram produzidas ao acaso. Ao mesmo tempo que me inquietaram, fizeram-me também avançar nas pesquisas sobre a sociedade sul-maranhense formada com a chegada dos colonizadores. Nesse percurso, foi-me exigido complexificar algumas questões a partir de novos referenciais teóricos e metodológicos que me apontassem perspectivas e categorias de análises para pensar a história do Maranhão, e que me permitissem ir para além de um único referência espacial e historiográfico, o Norte do Estado, mais precisamente a capital São Luís.

O Professor Eduardo França Paiva afirma que, durante o processo de conquista europeia, as uniões entre os conquistadores e a população nativa foram utilizadas tanto como forma de dominação, como também, responsáveis pela formação de longas e importantes linhagens mestiças. Em seu livro *Dar nome ao novo: uma história lexical da ibero-americana entre os séculos XVI e XVIII*, Eduardo Paiva nos conta a história do náufrago Diogo Álvares Correia. Este teria chegado em terras que hoje pertencem ao Estado da Bahia por volta do século XVI. Vivendo com os Tupinambás, passou a ser chamado de Caramuru, e foi não só casado com uma das filhas do chefe da tribo, mas também estabeleceu laços matrimoniais com várias mulheres, dando origem a uma longa linhagem de família mestiça (Paiva, 2015, p.69). O mesmo autor faz uma extensa e minuciosa descrição sobre os descendentes daquelas uniões e de como àquelas pessoas foram conquistando territórios e integrando tanto a elite quanto a mão de obra utilizada em sua conquista (Paiva, 2015, p.69). Este processo foi tão intenso que chegou o momento em que

Os descendentes mamelucos do náufrago Caramuru haviam se mesclado com duas das famílias mais poderosas da Bahia: os Garcia d`Ávila, da Casa da Torre, e os Guedes de Britto, da Casa da Ponte. O poder e a fortuna apagaram a origem mestiça de vários desses potentados e ressaltaram a origem fidalga, cristã e europeia deles. Isso de resto, ocorreu com várias outras famílias importantes que se formaram nesse mesmo período, a partir de mesclas entre brancos e cristãos, de um lado, e índias e mamelucas gentias (várias foram batizadas e se casaram diante da Igreja), de outro (Paiva, 2015, p.71).

Assim, é preciso repensar as narrativas que construíram o embranquecimento das famílias de vaqueiros baianos e pernambucanos que colonizaram o sertão sul-maranhense na segunda metade do século XVIII. De acordo com Eduardo Paiva, a conquista do continente americano pelas coroas ibéricas foi garantida por vários indivíduos (europeus, negros, indígenas e mestiços) que foram também responsáveis por viabilizar o povoamento e o estabelecimento dos primeiros vínculos sociais, econômicos e culturais de todo aquele imenso território (Paiva, 2015, p.86).

No Sul do Maranhão me parece que não foi diferente. Uma sociedade dinâmica e mestiça se formou naquele sertão. Há na historiografia sobre o Maranhão inúmeros espaços vazios acerca da realidade social daquelas paragens, em especial sobre a escravidão negra. Prevalecia e em alguns lugares ainda permanece, a construção de uma narrativa que enaltece os vencedores. Os vencidos eram/são excluídos. Sofreram uma morte física e simbólica ou figuram apenas como mão de obra subsidiária. Sem nomes, sem rostos e sem história. Essas ausências provocaram um efeito negativo no processo de construção do sentimento de identidade e pertencimento da população negra sul-maranhense (Samara, 2020, p.86). A história do Sul do Maranhão não é a história de São Luís e tão pouco se resume aos embates entre os indígenas, donos da terra, e os conquistadores que lá chegaram montados em seus cavalos.

Em seu estudo sobre o sertão do Sul do Maranhão, Irisnete Melo, analisou o que se produziu sobre aquele lugar, os conceitos que se têm dele e os sujeitos que o constituíram ao longo do seu processo de formação (Melo, 2010, p.28-69). Melo nos fala de um sertão sul-maranhense que seria resultado de experiências e discursos sociais advindos de diferentes, e em alguns casos conflitantes, locais de produção de poder. Para se pensar o sertão do Sul do Maranhão como produção social, segundo a referida pesquisadora, faz-se necessário problematizar as falas, os ditos, onde foram fabricados e quais a lutas reais e simbólicas que ajudaram a elaborar uma representação do sertão sul-maranhense (Melo, 2010, p.34).

Foi nesse sertão descrito pela professora Irisnete Melo que localizei minha pesquisa. Em termos geográficos, a região se encontra no Sul do Maranhão, em terras conhecidas como sertão de Pastos Bons. No Produto Educacional que derivou desta tese Website *Docsul: escravidão negra no sertão sul-maranhense na segunda metade do século XIX*, a região em referência é representada por um conjunto de mapas.[[2]](#footnote-1) Ali situo visualmente a região de onde falo, lugar onde procurei compreender as estratégias[[3]](#footnote-2) que homens e mulheres escravizados/as[[4]](#footnote-3) utilizaram para construir espaços de sociabilidades e solidariedades, que

[...] de modo contraditório, unia horizontalmente e separava verticalmente homens e mulheres como senhores e escravos e que, através de suas práticas cotidianas, costumes, lutas, resistências, acomodações e solidariedades, de seus modos de ver, viver, pensar e agir, constuíram isso que, no final das contas, chamamos de ‘escravidão’, de ‘escravismo’. Selecionar unicamente a vontade de um dos agentes ou privilegiar apenas necessidades e razões econômicas para a análise desta relação constituem procedimentos capazes de produzir somente uma versão (transformada em explicação) desse processo [...] (Lara, 1995, p.47).

O sertão sul-maranhense do século XIX não era uma sociedade formada somente por fazendeiros/as, homens e mulheres e seus/suas filhos/as livres.[[5]](#footnote-4) Não se pode compreender a complexidade das relações formadas naquele universo social sem refletir também sobre as ações dos sujeitos escravizados que lá viveram. Estes encontraram em seu cotidiano múltiplas formas de resistência. Situações que, muitas vezes, apresentaram-se cheias de hostilidades. No entanto, em alguns casos, deram brechas para que fossem criados espaços de diálogos e acordos foram firmados. Nesses momentos, para o/a escravizado/a poderia existir várias formas de aceitar ou inverter as regras do jogo que lhe era imposto pelo sistema em que estava inserido/a. Nos espaços de poder criados por senhores/as, configuram-se estratégias de homens e mulheres cativos/as carregadas de sutilezas e tenacidades, eles/as em suas lutas diárias precisaram produzir artifícios com as cartas que lhes eram entregues para conseguirem burlar as regras ditadas pelos/pelas seus e suas opressores/as (Certeau, 1998. p.79).

Os fragmentos de histórias que aparecem na documentação por mim pesquisada, apontam para um sertão onde os/as proprietários/as e escravizados/as estabeleceram relações que foram para além das determinadas pelas suas condições jurídico-sociais. Aqueles/as cativos/as não eram apenas um bem semovente,[[6]](#footnote-5) que poderia ser negociado/a de acordo com as necessidades e vontades de seus ou suas senhores e senhoras, eram também sujeitos que mesmo tendo suas liberdades cerceadas, conseguiam frear alguns excessos senhoriais e colocar em prática, a partir de lutas e negociações diárias, desejos próprios, que para eles/as representariam significativas vitórias nas batalhas travadas para garantir a sobrevivência (Lara, 1995, p.47).

Devido a multiplicidade de caminhos teóricos que hoje se apresenta ao fazer historiográfico, a história sobre a escravidão no Brasil passou e vem passando por várias e significativas mudanças no que diz respeito as suas temáticas e abordagens e procedimentos metodológicos. Hoje o/a historiador/a dispõe de um corpo documental rico e variado que o/a possibilita lançar novos olhares sobre as questões referentes ao cotidiano da população negra livre, liberta e escravizada. A professora Ilana Blaf, por exemplo, apoiada em leituras de autores como Francisco Adolfo de Varnhagen, ressalta que os trabalhos sobre a escravidão da segunda metade do XIX até os anos 30 do século passado caracterizaram-se por uma narrativa que naturalizou o emprego da mão de obra negra escravizada em solo brasileiro (Blaf, 1994, p.146-147). De acordo com a autora,

Na verdade, toda a produção historiográfica brasileira, pré-revolução de trinta, lida com a problemática do negro e da miscigenação, a partir da necessidade de justificar a suas própria dominação. Em outras palavras, na ‘valorização dos feitos dos heróis da raça branca’ está implícita a noção de tutelagem, a ideia de que cabia à elite letrada branca a missão de tutelar o povo brasileiro, de levá-lo à civilização, de, dentro da ordem, levá-lo ao progresso. São os brancos que formam o corpo da nação pois, no pensar do período, o restante, o chamado povo brasileiro, era constituído por negros, indígenas, mestiços, pardos, mulatos, todos molambentos, incapazes de pensar e agir por si próprios. Assim, encarar a escravidão como natural, enfatizar os vícios e pecados da raça aborígene e negra, nada mais representa que a construção de um discurso justificatório da dominação da elite branca, dominação que deveria continuar pelo menos até se conseguir o ideal supremo, o branqueamento da nação [...] (Blaf,1994, p.147).

A partir da década de 1930 a sociedade brasileira se vê enredada em uma série de questões, dentre elas, a discussão do que é ser brasileiro adquire cada vez mais espaço dentro e fora dos círculos acadêmicos. Entre os trabalhos que se propõem a lançar luz sobre esse debate três se destacaram historicamente: *Casa-grande & senzala* de Gilberto Freyre, *Evolução política do Brasil,* de Caio Prado Júnior, ambos lançados em 1933, e *Raízes do Brasil,* de Sérgio Buarque de Holanda, lançado em 1936.

Mas é com a *Formação do Brasil Contemporâneo,* igualmente de Caio Prado Júnior, de 1942, que se lançam novos questionamentos sobre a escravidão do período moderno. Os debates que surgem em torno da prática de escravizar seres humanos nas colônias dos países europeus para os utilizar como mão de obra destacam o caráter comercial presente na atividade, que tinha como objetivo primeiro fornecer riquezas para sua Metrópole (Blaf, 1994, p.148).

Dois anos depois, em 1944, foi lançado na Inglaterra *Capitalismo & escravidão,* de Eric Williams, considerada uma das principais obras para se compreender a relação entre escravidão e capitalismo (Marques, 2012, p.341). Suas ideias tiveram impacto significativo nos trabalhos produzidos pelos cientistas sociais da Universidade de São Paulo, a partir da década de 1950, que viram nas ideias colocadas por Williams um forte argumento para se questionar os trabalhos e os autores que defendiam a existência no Brasil de uma democracia racial (Chalhoub; Mattos; Marquese, 2011, p.3).

A ideia da existência de um “cativeiro brando” tem em *Casa-grande & senzala (2000),* sua principal referência. Nesse livro, o Brasil criado por Freyre é descrito como um lugar onde os colonizadores lusitanos são vistos como senhores amorosos que viviam em harmonia com seus e suas escravizados/as, tidos/as como passivos/as. Predominaria uma relação mediada por laços de paternalismo que tinha nas Leis da Igreja e do Estado seus principais reguladores (Proença, 2007, p.2).

Por pintar um cenário idílico das relações escravistas construídas por estas paragens, a obra de Gilberto Freyre foi duramente criticada por intelectuais da chamada “escola paulista”, a exemplo de Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Emília Viotti da Costa e Fernando Henrique Cardoso, que o acusaram de subtrair o caráter violento e conflituoso presente nas relações entre senhores/as e seus e suas cativos/as. Dentro do campo de análise socioeconômico da época (décadas de 50, 60 e 70 do século XX), os/as escravizados/as apareceram como mais uma peça na grande engrenagem que alguns chamaram de modo de produção escravista colonial (Marques, 2012, p.345-348). Naquele contexto, o mito da democracia racial freyriana cedia lugar para o surgimento da “teoria do escravo-coisa” (Chalhoub, 2009, p.20). Acreditava-se que

A reificação do escravo produzia-se objetiva e subjetivamente. Por um lado, tornava-se uma peça cuja necessidade social era criada e regulada pelo mecanismo econômico de produção. Por outro lado, o escravo auto representava-se e era representado pelos homens livres como um ser incapaz de ação autonômica. Noutras palavras, o escravo se apresentava, enquanto ser humano tornado coisa, como alguém que, embora fosse capaz de empreender ações humanas, exprimia, na própria consciência e nos atos que praticava, orientações e significações sociais impostas pelos senhores. Os homens livres, ao contrário, sendo pessoas, podiam exprimir socialmente a condição de ser humano organizando e orientando a ação através de valores e normas criados por eles próprios. Nesse sentido, a consciência do escravo apenas registrava e espelhava, passivamente, os significados sociais que lhe eram impostos [...] (Cardoso, 1977, p. 125 *apud* Chalhoub, 2009, p.21).

Mudou o contexto e os referenciais de análises, mas o centro dos estudos ainda não contemplava a complexidade que caracterizou as relações escravistas no Brasil. Nos estudos aqui comentados nominados pelo historiador Sidney Chalhoub como “paradigma da ausência”, a mão de obra cativa empregada nos campos e nas cidades brasileiras era tida como desprovida de consciência de si e do mundo que o cercava. A vida daqueles/as escravizados/as seria conduzida por interesses externos às suas vontades. Eram coisificados/as e se viam e agiam como tal (Chalhoub, 2009, p.15).

Esta perspectiva de análise só começou a perder fôlego a partir dos anos de 1980. Inspirados/as pela renovação historiográfica que vinha ocorrendo em outros lugares, os/as historiadores/as brasileiros/as se debruçaram sobre temas que há muito pareciam já ter encontrado suas “verdades inquestionáveis”. A escravidão negra, que marcou a sociedade brasileira por mais de três séculos, tornou-se objeto de estudo de pesquisadores/as incomodados/as com a existência de uma história da escravidão que não falava sobre os/as escravizados/as. Objetivava-se agora “[...] revisitar valores, sociabilidades e mediações culturais tecidas no processo de cativeiro, visando perscrutar as experiências escravas [...]” (Proença, 2007, p.4). Sob esse novo prisma, negros e negras escravizados/as desenvolveram estratégias e eram agentes ativos nas relações dentro da sociedade em que viveram. Sobre o momento historiográfico ora debatido, Silvia Hunold Lara (1995, p.46) afirma que

Inspirados pelos desdobramentos teóricos e políticos das análises thompsonianas sobre o século XVIII inglês, alguns historiadores começaram a insistir na necessidade de incluir a experiência escrava na história da escravidão do Brasil. Não se tata apenas e simplesmente de passar a estudar o modo de vida dos escravos ou a visão escrava da escravidão. A “ inclusão dos excluídos” vem acompanhada, necessariamente, de uma nova abordagem na análise da relação senhor-escravo. Ao tratarmos da escravidão e das relaçõs entre senhores e escravos, tanto quanto ao tratarmos de qualquer outro tema histórico, lembramos, com Thompson, que as relações históricas são construídas por homens e mulheres num movimento constante, tecidas através de lutas, conflitos, resistências e acomodações, cheias de ambiguidades. Assim, as relações entre senhores e escravos são fruto das ações de senhores e de escravos, enquanto sujeitos históricos, tecidas nas experiências destes homens e mulheres diversos, imersos em uma vasta rede de relações pessoais de dominação e exploração [...].

A partir de estudos antropológicos, o historiador inglês Edward Palmer Thompson, introduziu a dimensão cultural nas pesquisas que realizava para compreender o processo de formação da classe operária inglesa do XVIII. Para ele, a cultura deveria ser compreendida como um

[...] um conjunto de diferentes recursos em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole: é uma arena de elementos conflitivos, que somente sob uma pressão imperiosa - por exemplo, o nacionalismo, a consciência de classe ou a ortodoxia religiosa predominante - assume a forma de um ‘sistema’. E na verdade o próprio termo ‘cultura’ com sua invocação confortável de um consenso pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto (Thompson, 1998, p.17).

Nos estudos thompsonianos homens e mulheres proletários/as passaram a ser vistos como sujeitos constituintes de sua própria história, compreendidos/as a partir de suas experiências comuns cotidianas, vivenciadas dentro e fora de seu grupo. Não eram sujeitos plenamente dependentes, contudo, utilizavam-se de suas experiências adquiridas nas interações no ambiente de trabalho para construírem maneiras de se comportarem e interferirem, com uma certa liberdade, dentro da realidade social-cultural em que viviam (Thompson, 1981, p.182).

Sei que Thompson nada disse sobre a escravidão brasileira. Entretanto, alguns de seus conceitos e referenciais teóricos, utilizados para compreender as redes de relações e formação do operariado inglês no século XVIII, foram apropriados na tentativa de construir uma narrativa sobre as experiências de homens e mulheres livres, libertos/as e escravizados/as nos sertões sul-maranhenses da segunda metade do século XIX.

No que tange a proposta da presente tese busquei contar histórias sobre as vivências da população escravizada sul-maranhense que fossem para além da clássica representação do/a senhor/a, sádico, de um lado, e o/a escravizado/a passivo/a, do outro. Representações essas ainda tão presentes nas práticas educacionais de alguns/algumas docentes. Hoje muitos/as pesquisadores/as da escravidão negra no Brasil procuram compreender aquela sociedade por meio de fragmentos de histórias particulares, carregadas de conflitos e contradições, vivenciadas por aqueles atores sociais, fugindo assim das análises estruturais que por muito tempo dominaram esses estudos (Chartier, 1991, p.3).

Nesse percurso, a chamada história vista de baixo[[7]](#footnote-6) (Thompson, 2001, p.185-201) se constituiu também como um dos caminhos trilhados por esta pesquisa. Tal campo de análise se apresentou como possibilidade de investigação para pesquisadores/as interessados/as em estudar as vivências sociais e culturais de homens e mulheres que durante muito tempo ficaram à margem das narrativas historiográficas (Sharpe, 1992, p.42).

A partir dos horizontes teóricos acima descritos, examinei a documentação disponível à procura de pistas sobre as experiências de homens e mulheres livres, libertos/as e cativos/as, dentro e fora de seu grupo de convívio, que possibilitaram a produção de espaços onde pudessem formar vínculos de sociabilidade e de auxílio mútuo. Neste quadro, recorro à janela, construída a partir da década de 1980 que se abre sobre a história da escravidão no Brasil e por Sidney Chalhoub denominada de “paradigma com agentes”(Chalhoub, 2009, p.14). Entendo, assim como o historiador Josenildo Pereira (2001, p.20), que as relações tecidas cotidianamente permitiram ao/a escravizado/a inúmeras maneiras de inserir-se naquela sociedade, buscando e produzindo, através de tensões e negociações, fissuras onde pudesse encontrar lugares que lhe permitisse um pouco de autonomia.

Na escravidão praticada em terras maranhenses existiram, segundo Josenildo Pereira, inúmeras maneiras do/a escravizado/a enfrentar a opressão que aquele sistema lhe impunha. Furtos, embriaguez, práticas de jogos e violações das posturas urbanas na São Luís oitocentista eram realizados/as por cativos/as nas ruas da capital maranhense, elencados/as como atos de resistência, por este historiador. A descrição desse cenário nos convida a (re)pensar os/as homens e mulheres, que viveram sob o jugo da escravidão como sujeitos ativos no processo de construção e desconstrução de seus espaços de sociabilidade, de solidariedade, de resistência e de transgressão à ordem vigente (Pereira, 2001, p.24).

Negociação e conflito também foram as estratégias que cativos/as utilizaram diariamente nas relações com seus e suas senhores/as da sociedade maranhense da segunda metade do século XVIII. A pesquisadora Kelcilene Rose Silva, por meio de análises em diferentes séries documentais, sugere que aqueles vínculos nem sempre foram pautados na violência. Naquelas relações havia brechas onde foram também criados laços de cordialidades e afetividades (Silva, 2002, p.16). Os exemplos citados pela referida autora, representam padrões de comportamento pautados em negociações que para Eduardo Silva (1989, p. 13;14 e16),

[...] aparecem desde os primeiros tempos e que não podem ser explicados apenas pela via do paternalismo, mas que são, em boa medida, forçados pelos próprios escravos [...] No Brasil como em outras partes, os escravos negociaram mais do que lutaram abertamente contra o sistema. Trata-se de heroísmo prosaico de cada dia [...] Na verdade, escravos e senhores manipulam e transigem no sentido de obter a colaboração um do outro; buscam - cada qual com os seus objetivos, recursos e estratégias - os ‘modos de passar a vida’, como notou Antonil.

As relações entre senhores/as e seus e suas escravizados/as possuíam as contradições inerentes ao próprio sistema escravista. Era impossível manter por tanto tempo a escravidão, no Brasil durou mais de três séculos, com um sistema pautado apenas na violência. Aqueles/as cativos/as eram homens e mulheres privados de suas liberdades, que diariamente precisavam construir estratégias de sobrevivência (Silva, 1989, p.16). Foi nos detalhes de suas vivências com seus/suas proprietários/as que forjaram suas resistências miúdas, seus espaços de diálogos e negociação.

Os laços criados diante da pia batismal entre livres, libertos/as e escravizados/as também constituíram lugares onde os conflitos eram aplainados, dando espaços para o surgimento ou confirmação de vínculos pautados em relações cordiais e, possivelmente, de auxílio mútuo entre os indivíduos e as famílias envolvidos no ato simbólico. O rito batismal nos sertões sul-maranhenses criou um ambiente onde o escravizado/a tinha a possibilidade de construir ou reafirmar espaços de diálogos e acordos com pessoas que, na maioria das vezes, não tinham a sua mesma condição social e jurídica, eram livres. Nas campinas daqueles sertões, os vínculos batismais criados pela população escravizada foram predominantemente

[...] verticais. Ali, o rito representou uma oportunidade para a população cativa formar laços extra-grupo, extra-comunidade. ‘Viver e morrer no meio dos seus’, tendência que Maria Inês de Oliveira (1995-1996) identificou entre os libertos de Salvador, e que Mota também encontrou para a população cativa da freguesia de Nossa Senhora das Dores do Itapecuru (2015), parece não ter sido a opção escolhida por muitas mães na hora de convidar os pais espirituais de seus rebentos, nas freguesias de São Bento de Pastos Bons e de São `Pedro de Alcântara, no período estudado (Andrade, 2020, p.139).

O batismo cristão não foi utilizado pelos/as cativos/as apenas como meio para ampliar suas redes de apoio e proteção para além das propriedades nas quais estavam presos/as. Além disso, representou uma das estratégias de resistência utilizadas por aqueles/as homens e mulheres sertanejos/as e escravizados/as. Negociaram, barganharam e (r)existiram[[8]](#footnote-7) através da ressignificação de um rito utilizado como uma das formas de os/as dominarem.

Na pesquisa realizada por Kelcilene Silva também foi identificado o conflito, observado nos pedidos de divórcios feitos por algumas senhoras ludovicenses. Uma das alegações colocadas para entrarem com tal processo contra seus esposos, referia-se ao fato de eles as tratarem de modo que às escravizadas, em se tratando de um repertório de palavras que maculavam a moral e aos bons costumes (Silva, 2002, p.34). Apesar de desempenharem papel importante para o sustento de algumas famílias senhoriais, muitas vezes o único, cativos/as ainda tinham seus nomes e condição jurídica-social associados aos mais abjetos dos adjetivos. Para aquelas mulheres proprietárias receberem o mesmo tratamento que, possivelmente, davam à sua escravaria, era algo imperdoável. A relação entre senhor/a e seus e suas escravizados/as não era pautada apenas em acordos, diálogos, cordialidade, negociações, os conflitos e enfrentamentos, explícito ou não, eram presentes e latentes nas práticas cotidianas.

Apesar dos avanços dos estudos sobre o cotidiano da população escravizada no Brasil, ainda predominam lacunas que distanciam a produção do conhecimento histórico feito pela academia e o ensinado nas salas de aula do ensino básico. As professoras e pesquisadoras Margarida Oliveira e Aryana Costa atribuem esse afastamento ao fato de muitos/as conferirem aos docentes que estão nas escolas a função de apenas receberem e transmitirem um saber que foi produzido por outros/as e em outro lugar, os/as pesquisadores/as universitários/as (Oliveira; Costa, 2007, p.154).

Sobre essa questão a professora Déa Fenelon (2008, p.25-26) sustenta que:

Se aceitamos então essa dissociação referida acima entre a ciência e o social, sem a devida perspectiva crítica, estamos assumindo na prática um modo de pensar a nossa disciplina, a História, e o seu ensino e a pesquisa, dentro de um esquema tradicional, onde a Universidade é sempre pensada como centro de produção do saber, ou como diria Michel Certeau, ela se transforma no “lugar social” de onde falam os cientistas [...] E assim a ciência que se produz neste espaço social está circunscrita a ele, começa e acaba nele, produzida, consumida e criticada, revista e analisada dentro de um círculo cada vez mais fechado que lhe determina o permitido e o interdito.

Warley da Costa no trabalho que realizou sobre como a história da escravidão estava sendo narrada em alguns livros didáticos, destaca que apesar da renovação historiográfica vivida pela produção acadêmica nos últimos anos, no processo de transferência desse conhecimento para dentro das salas de aula do ensino básico há uma série de dificuldades (Costa, 2006, p.3). Identificou em suas pesquisas que, boa parte dos trabalhos destinados aos/as professores/as e alunos/as secundaristas

[...] enfocaram o trabalho escravo como uma das bases do tripé (monopólio, latifúndio e escravidão) mantenedor do sistema colonial. A escravidão foi inserida nesse esquema, vinculada ao modo de produção escravista colonial [no qual] o escravo é retratado apenas como mercadoria [...] (Costa, 2006, p.7).

A ideia do “escravizado-coisa”, de acordo com a professora Warley da Costa, foi encontrada tanto na escrita quanto nas imagens que ilustravam os livros analisados no decorrer da pesquisa. Segundo ela, eram raras as imagens e textos que ressaltavam as lutas cotidianas de resistência empreendidas por homens e mulheres escravizados/as, destacando-se ideias e imagens que evidenciaram o universo das violências físicas vivenciadas pelos/as cativos/as (Costa, 2006, p.10).

As abordagens escolhidas pelos autores e autoras daqueles livros mostram apenas um lado da história, marcado por violências atrozes. Convém frisar a importância de levar para a sala de aula o contraponto, ou seja, narrativas de vivências marcadas igualmente por laços de sociabilidade que exemplifiquem as múltiplas estratégias de sobrevivência que aqueles indivíduos criaram em seu dia a dia (Costa, 2006, p.10). Refletir sobre a escravidão negra brasileira é, acima de tudo, vê-la como uma realidade formada por pessoas, imbuídas de subjetividade que criaram estratégias de luta, resistência e acomodação cheias de ambiguidades, realidade que, no conjunto, deu origem à sociedade em que vivemos.

Tais histórias, em muitos casos, não aparecem em livros e nas aulas ministradas no ensino de educação básica. O que é produzido nos centros universitários, muitas vezes não consegue ultrapassar seus muros. Essa parte de nossa história carece de pesquisas, trabalhos e produção de materiais que auxiliem docentes e discentes na construção de um conhecimento que visibilize e problematize todos os sujeitos que, juntos, produziram aquele universo social. Esta é uma das justificativas que me levou a criar o Produto Educacional Website *Docsul: escravidão negra no sertão sul-maranhense na segunda metade do século XIX*, que será melhor analisado posteriormente.

Na tentativa de compreender o cotidiano de homens e mulheres sertanejos/as e escravizados/as sul-maranhenses, na segunda metade do dezenove, procurei me debruçar sobre os dados coletados no decorrer da pesquisa por meio de uma análise quantitativa e, especialmente, qualitativa. Tinha como objetivo identificar e compreender como se davam as relações sociais tecidas por aqueles sujeitos entre si e como eles/as se relacionavam com os/as livres e libertos/as. Busquei, também, perceber como o universo social no qual estavam inseridos era influenciado e influenciava os vínculos por eles/as construídos. Sobre a importância de tal diálogo, o professor e pesquisador Yuri Costa (2018, p.36-37) ressalta que

O contexto é então essencial ao estudo das trajetórias dos indivíduos, tal como histórias de vidas são relevantes para o entendimento de um momento histórico. Há assim uma mútua dependência, fazendo com que cada uma dessas perspectivas não perca o vínculo com a outra. Nesse sentido, segundo a micro-história pensada por Levi, o contexto possibilita o preenchimento dos “vazios” existentes nos registros sobre a vida de um personagem, permitindo que tais lacunas sejam, na medida do possível, ocupadas através da comparação com outras pessoas cuja vida apresenta alguma analogia com a do indivíduo estudado. A singularidade das trajetórias seria assim, ainda que parcialmente, “explicada” – ou pelo menos prevista, suposta – através da conjuntura de uma época [...].

Para atingir os objetivos aqui propostos lancei mão de algumas ferramentas de análise metodológica dadas pela micro-história, prática historiográfica que ganhou maior visibilidade a partir das décadas de 1960 e 1970, caracterizada pela crise de paradigmas que os grandes modelos explicativos passaram na época (Levi, 2000, p.13). Para Giovanni Levi, diante da realidade que se impunha naquele momento os/as historiadores/as foram impelidos/as a questionarem suas metodologias, era preciso redefinir rotas de pesquisa. Nesse sentido, a Micro-História pode ser definida como

[...] essencialmente uma prática historiográfica em que suas referências teóricas são variadas e, em certo sentido, eclética [...] não pode ser definida em relação às macrodimensões de seu objeto de estudo [...] assim como todo trabalho experimental, não tem um corpo de ortodoxia estabelecido para dele se servir [...] (Levi, 2011, p.135-36).

Ao propor uma redução de escala na observação do objeto, abre-se a possibilidade de redirecionar o ângulo de observação da realidade histórica e de compreensão das complexas estruturas que constroem o mundo social, sem contudo, esquecer do indivíduo (Levi, 2011, p.139). Sobre a micro-história italiana, João Fragoso (2002, p.62) faz o seguinte comentário:

[...] sem menosprezar as séries estatísticas, pretendia enxergar a vida escondida pelos números. Com isto, as relações sociais passaram a ser inquiridas sob seus diversos ângulos. As práticas culturais, parentais, econômicas, políticas etc. tornaram-se inseparáveis. Compunham as experiências e as estratégias de pessoas e grupos sociais. Por meio destes fenômenos, podia-se perceber a lógica da sociedade estudada, não mais petrificada, porém em movimento. Para tanto, o método a seguir seria o nome. Escolhidos o objeto de estudo ou os agentes históricos a analisar, caberia segui-los nas múltiplas relações que os formavam, o que significava investigar tais sujeitos em vários tipos de fontes, ou melhor, em todas que retratassem os diversos aspectos — cultural, econômico, político etc. — do seu cotidiano. Esta técnica, inevitavelmente, leva a mais nomes, a se afogar em nomes. Entretanto, com tal procedimento, poder-se-ia chegar às relações sociais vivenciadas pelos sujeitos e, ao mesmo tempo, seria aberta uma porta para o entendimento de sua sociedade.

Nessa trilha, entendo que as relações estabelecidas pela população escravizada entre si e com livres e libertos/as nos sertões sul-maranhenses não foram determinadas por uma estrutura rígida e estática, mas engendraram vínculos móveis e inseridos em um contexto que estava em constante mutação, os influenciando e sendo influenciado por eles. Assim, ao longo da pesquisa desenhava-se um cenário denso e complexo com múltiplas possibilidades de abordagens, onde procurei destacar as histórias que em um primeiro momento poderiam ser irrelevantes, no intuito de entender as contradições presentes nas relações estabelecidas entre os sujeitos que formaram aquela sociedade escravista e sertaneja do sul-maranhense no XIX (Levi, 2011, p.157).

Durante a pesquisa minha atenção estava voltada para os refugos que pudessem me ajudar a compreender a complexidade das práticas sociais cotidianas realizadas pela população escravizada dos sertões do Sul do Maranhão no Oitocentos e que durante muito tempo ficaram à margem da produção historiográfica e do ensino sobre essa temática. Para tanto, valorizei o uso de fontes históricas que me permitissem não só conhecer fragmentos das histórias daquela população, mas sobretudo o contexto no qual aquelas relações foram sendo (re)criadas e (re)significadas, problematizando-o e buscando compreender suas contradições (Levi, 2000, p.17).

O exercício que me propus a fazer, e me apropriando das orientações metodológicas sugeridas por Carlos Ginzburg, foi ler os espaços em branco, as lacunas, as fendas deixadas nas histórias que foram construídas sobre o sertão sul-maranhense e os/as personagens que fizeram parte daquele cenário (Ginzburg, 2002, p.100-117). Nessa empreitada fui guiada primordialmente por um corpo documental formado por fontes cartoriais (livros de notas que contêm: registros de compra e venda, cartas de liberdade, procurações, permutas e doações de escravizados/as), fontes judiciárias (testamentos e inventários) e fontes eclesiásticas (livros de casamento de escravizados/as e de batismos dos/as filhos/as de escravizadas, os/as ingênuos/as[[9]](#footnote-8)).[[10]](#footnote-9)

Cabe ressaltar que, na utilização dessas fontes na escrita do texto, optei por atualizar sua grafia. À exceção dos registros de casamento, alguns são da década de 1840, os demais documentos são da segunda metade do século XIX. O objetivo era perceber o sertão sul-maranhense a partir da (re)criação de espaços onde viveram homens e mulheres escravizados/as. Compreender as relações de sociabilidade e solidariedade que foram produzidas dentro daquela sociedade envolvendo escravizados/as, livres e libertos/as. A maior parte da documentação utilizada para a feitura deste trabalho está no Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão em São Luís-MA.

Sobre os registros de batismo de filhos/as de escravizadas e de casamento entre escravizados/as e entre estes/as e livres e libertos/as, tive acesso a essa documentação em 2014 quando estava em viagem por várias cidades do Sul do Maranhão como Loreto, Riachão, Carolina, Pastos Bons, Balsas, São Félix de Balsas, Mangabeiras, à procura de documentos para escrever minha dissertação de mestrado, que mais tarde tornou-se um livro (Andrade, 2020). Na ocasião fotografei os Livros de Registros de Batismo e de Casamento que estavam na paróquia das cidades de Carolina-MA e de Pastos Bons-MA. De posse dessa variedade de documentos o problema era

[...] então o de selecionar, na massa de dados disponíveis, casos relevantes e significantes [...] Existe também aquilo a que o Edoardo Grendi chamou, sugestivamente, o ‘excepcional normal’ [...] Se as fontes silenciam e/ou distorcem sistematicamente a realidade social das classes subalternas, um documento que seja realmente excepcional (e, portanto, estatisticamente não frequente) pode ser muito mais revelador do que mil documentos estereotipados. Os casos marginais, como notou Kuhn, põem em causa o velho paradigma, e por isso mesmo ajudam a fundar um novo, mais articulado e mais rico. Quer dizer, funcionam como espias ou indícios de uma realidade oculta que a documentação, de um modo geral, não deixa transparecer (Ginzburg; Poni, 1989, p.176-178).

Na busca desse “excepcional normal” da sociedade sertaneja que se formou nos bons pastos do Sul do Maranhão foi preciso ler e decifrar o dito e o não-dito, os espaços em branco, os silêncios da documentação disponível (Ginzburg, 2002, p.100-117). Ter em mãos um grande número de fontes históricas não assegurava a realização de uma boa narrativa. São documentos que apresentam dados incompletos, que não cobrem a totalidade daquela sociedade; são sempre amostras de uma realidade que era muito maior. É importante destacar que muito se perdeu devido à má conservação dessa documentação.[[11]](#footnote-10) Ao se depararem com realidades como a citada acima, estudiosos/as de determinados períodos da nossa história, durante a segunda metade do século passado, lançaram mão das técnicas demográficas para pesquisarem contextos populacionais que não contavam com uma base estatística de dados de registros organizados (Moura Filho, 2020, p.45) .

Assim, a demografia histórica apresentou-se como mais um dos caminhos metodológicos possíveis para compreender a complexidade das redes de relações[[12]](#footnote-11) que os sujeitos escravizados dos sertões de Pastos Bons teceram dentro e fora de seu grupo de convívio. A sistematização e utilização de tal método está diretamente vinculada à renovação teórica e metodológica que os estudos sobre a constituição familiar da população brasileira sofreram a partir da década de 1970 (Faria, 2011, p.240; Da Costa, 2018, p.27).[[13]](#footnote-12)

Mas como podemos definir a Demografia Histórica? E qual ‘lugar’ seria ocupado por tal metodologia dentro da História? Em termos gerais, Iraci Del Nero da Costa (2011, p.216) enfatiza que

[...] a demografia histórica compreende [...] a busca das causas e consequências da estrutura e da dinâmica das aludidas populações pretéritas. Ainda neste caso não estamos a pensar numa pretensa conjugação entre Demografia e História, pois se trata, efetivamente, da complementação do estudo quantitativo das populações do passado com base em conhecimentos fornecidos por todas as ciências sociais que se debruçam sobre o passado, dentre as quais, evidentemente, a história distingue-se com relevância capital [...] Já em relação à história e às demais ciências sociais, a demografia histórica vê-se mediatizada pela prioridade que empresta ao elemento populacional ou, em termos mais lassos: pela consideração preeminente que concede a uma ou mais variáveis populacionais. É-nos permitido concluir, portanto, que a demografia histórica é, a um só tempo, parte integrante e orgânica da Demografia e uma das dimensões da História.

Dessa forma, a Demografia Histórica surge diante das novas demandas colocadas as/aos cientistas sociais, que tenham como escopo de seus trabalhos construir uma narrativa sobre a realidade estudada, ousando ir para além dos dados quantitativamente coletados e tabulados. É preciso problematizar os números sobre a quantidade de casamentos ou não, de batizados ou não, de escravizados/as vendidos/as e/ou hipotecados/as e libertos/as, e não simplesmente fazer densas tabelas cheias de algoritmos que não dialogam com o seu contexto.

Nessa árdua e prazerosa tarefa é imprescindível que o/a pesquisador/a estabeleça as interconexões entre os vários aspectos que no conjunto formaram a sociedade em estudo (Barros, 2011, p.171). É preciso que o/a historiador/a tenha consciência de que todo e qualquer dado encontrado faz parte de uma rede muito complexa e cheia de tensões (político, econômico, cultural etc) (Barros, 2004, p.29). Somente a partir do diálogo entre esses campos pode-se produzir hipóteses sobre os acontecimentos do nosso passado (Marcílio, 1977, p.9).

Mas quais seriam as principais fontes documentais utilizadas pelo/a historiador/a interessado/a em estudar o passado de nossa história a partir da dinâmica populacional de um lugar e tempo específico? José Flávio Motta (2001, p.1) enumera algumas delas, vejamos:

[...] os registros paroquiais (de casamentos, batismos e óbitos), inúmeros tipos de arrolamentos nominativos (tais como as listas nominativas de habitantes, os róis de desobriga, as listas de matrículas de escravos, os códices conhecidos como Quintos e Capitação, as listas de classificação dos escravos para emancipação etc.), testamentos, inventários, livros de registros de terras, escrituras diversas (de compra, venda, doação, dação in solutum etc.), autos de processos crimes, outros processos (de alforria, de tutela etc.), fontes inquisitoriais etc.

Diante dessa quantidade e variedade de material, ao/a pesquisador/a é apresentado um leque de possibilidades com novos temas e novas abordagens de temas há muito já visitados. Giovanni Levi faz um alerta aos/as estudiosos/as que estão imersos/as e fascinados/as pelos fragmentos de histórias encontrados nos documentos. De acordo com historiador italiano

Os historiadores devem ter muitíssima fantasia porque têm um inimigo escondido fundamental: os documentos, que sempre são falsos, por dois motivos. Primeiro, os documentos sempre são parciais. Também, se temos montes de documentos sobre algo, temos só fragmentos — um monte de fragmentos. Os documentos sugerem que nós sabemos o que é necessário saber, mas mentem por sua parcialidade. Sempre! A segunda razão é que os documentos se produzem quando há ação e decisão; caso contrário, por que fazê-los? Todos os documentos notariais – que são a fonte mais interessante para os historiadores — estão situados em ação e decisão. Fazemos testamento, dote, compra e venda, empréstimos, coisas que são ações, mas falta muita coisa. É importante para o historiador e sua fantasia ler as entrelinhas do documento [...] (Levi, 2014, p.9-10).

Esse “fantasiar” não significa que se vai começar a inventar fatos ou falsear a documentação. É preciso, no entanto, buscar nesses pedaços de histórias, que não são neutros, resquícios que possam ajudar a compreender a dinâmica das relações sociais por sujeitos imersos em uma dada realidade histórica.

Nessa tarefa, ao me deparar com os limites impostos pelos documentos, foi preciso lançar mão de outras estratégias para diminuir as brechas encontradas. Nesse sentido, lembro mais uma vez a importância das interconexões que o objeto em estudo precisa fazer com o seu contexto (Levi, 2006, p.176). Os trabalhos sobre o contexto do período em que situei minha pesquisa me auxiliaram nas leituras da documentação e ajudaram na construção da narrativa sobre o lugar e as pessoas que lá viveram. Contudo, foi impossível traçar toda a trajetória de vida de Quirino, Higyno, Sabino, Pedro, Manoel, João, Francisco e tantos outros sujeitos que apareceram na documentação pesquisada.

Ainda sobre o trabalho que o/a historiador/a precisa ter com as fontes, o historiador italiano Carlos Ginzburg sublinha que os documentos não são um meio pelo qual poderemos ter contato com o que realmente aconteceu no passado. Para Ginzburg, devemos os encarar não mais que ‘um espelho deformado’ sobre a realidade passada (Ginzburg, 2002, p.44).

Além disso, é fundamental lembrar que as fontes históricas só podem falar quando sabemos fazer perguntas a elas (Bloch, 2001, p.27). É nesse diálogo que o/a historiador/a constrói seu objeto de estudo. As narrativas tecidas nessa interação (perguntas feitas pelos/as historiadores/as à documentação) são sempre provisórias, passíveis de serem modificadas. O filósofo e historiador alemão Jörn Rüsen (2007, p.112) acentua que “[...] A pesquisa histórica é ativada heuristicamente por meio da seguinte regra metódica: abrir sistematicamente os construtos narrativos do conhecimento histórico a novos conteúdos da experiência [...]”, nessa

[...] operação metódica de extrair sistematicamente novas informações das fontes, só se torna propriamente história quando vai além da crítica e passa à interpretação. Por que isso? Em primeiro lugar, porque os fatos obtidos pela crítica das fontes são enquadrados, de modo metodicamente regulado, em construtos narrativos teóricos. Esses construtos estão dotados, pela heurística, da qualidade de poder promover questionamentos agudos e profundos. São eles que se constituem em perspectivas históricas para o enquadramento dos fatos em seu contexto narrativo. Assim, em segundo lugar, é nesse contexto que os fatos se tornam históricos-caráter que não possuem como meros fatos ou informações das fontes. A relação com experiência, transformada em fato histórico por aplicação de seus construtos narrativos, acaba por ter um efeito sobre as perspectivas teórica que a orientaram (cuja abertura à experiência já estava garantida pela heurística), que se tornam, por sua vez, esboços de respostas históricas, construtos de histórias plenas de conteúdo empírico [...] (Rusen, 2007, p.113).

Nesse sentido, os documentos que trabalho não são o espelho da sociedade sertaneja sul-maranhense, tão pouco são imparciais. A crítica interna aos textos (fontes) se faz necessária, são essenciais perguntas como: Onde foram produzidos? Quem as produziu? Para qual finalidade foram produzidas? Só assim, conseguiria torná-los entendíveis. Faz-se necessário também lembrar que os documentos históricos são sempre lidos por alguém que vive e é influenciado pelo seu presente (Samara; Tupy, 2010, p.124).

“[...] O historiador, contudo, está condenado a trabalhar com as fontes que encontra, não com as que deseja. Esta é, aliás, a sua sina, ciência e arte [...]” (Silva, 1989, p.14). A documentação utilizada na presente pesquisa também está longe de ser aquela idealizada por mim. São registros feitos a partir dos relatos dos proprietários/as de terras, bois e gente dos sertões sul-maranhenses. Ao desmontá-la/interrogá-la não encontrei as impressões sobre aquela realidade social produzidas pelos sujeitos que gostaria que viessem à tona, da população sertaneja escravizada. Foi necessário ficar atenta aos *não-ditos* da documentação (Certeau, 1982, p.63). É sempre bom lembrar que tais documentos foram ao longo do tempo sendo apropriados pelos/as pesquisadores/as e utilizados para outros fins, diferente do primeiro para o que foram produzidos (Sharpe, 1992, p.48).

É necessário problematizar, ainda, as experiências cotidianas dos/as escravizados/as da região mais ao Sul do Maranhão a partir de outras dimensões. Suas vidas não foram determinadas por um sistema e discurso escravista que os/as viam somente com um bem semovente. As histórias individuais de pessoas como Bárbara, Francisco ou João, dentre outros/as que foram surgindo à medida que a pesquisa avançava, deram-me pistas de como aquela sociedade era dinâmica e multifacetada. A historiadora Sabina Loriga (1998, p.248) considera que o movimento contrário à ideia de uma história totalizante e homogênea, levou vários/as estudiosos/as ainda no Oitocentos, a se debruçarem sobre aspectos da história que representação falhas e contingências de um passado cheio de possibilidades. Segundo a referida autora,

[...] o indivíduo não tem como missão revelar a essência da humanidade; ao contrário, ele deve permanecer particular e fragmentado. Só assim, por meio de diferentes movimentos individuais, é que se pode romper as homogeneidades aparentes (por exemplo, a instituição, a comunidade ou o grupo social) e revelar os conflitos que presidiram à formação e à edificação das práticas culturais; penso nas inércias e na ineficácia normativas, mas também nas incoerências que existem entre as diferentes normas, e na maneira pela qual os indivíduos, ‘façam’ eles ou não a história, moldam e modificam as relações de poder (Loriga, 1998, p.249).

A perspectiva de se estudar a história vista de baixo possibilitou ao/a historiador/a expandir o horizonte de possibilidades de pesquisas, examinando, sobretudo, vivências de sujeitos que habitualmente ficavam às margens de grandes narrativas historiográficas (Sharpe, 1992, p.41).

O estudo em fontes primárias se torna importante no processo de alargamento do campo de pesquisa sobre o ensino da história da escravidão no Maranhão. As professoras Margarida Oliveira e Aryana Costa (2007, p.155) compartilham a ideia de que

As pesquisas na área de ensino de História se restringem a um dos aspectos: ou são sobre livro didático, ou sobre propostas, currículos formais para esse ensino, leis, ou ainda, sobre experiências concretas em sala de aula. Assim, é extremamente interessante que a área sobre ensino de História se alargue, conscientes, no entanto, do redirecionamento que essas pesquisas precisam para que sejam mais que estudos de caso [...].

A partir da análise de tais documentos busquei compreender as histórias de homens e mulheres escravizados/as e as relações que foram estabelecidas em seu cotidiano marcado por várias estratégias de resistência. Procurei me afastar da noção do "escravizado-coisa" ainda tão presente no imaginário de nossos/as discentes e na prática de ensino de alguns/algumas docentes. O presente trabalho também tem como um de seus objetivos inserir a história da escravidão negra dos sertões sul-maranhenses nos debates realizados sobre a escravidão no Maranhão e levar esse discussão para dentro das instituições de ensino de educação básica. Espero, assim, contribuir com a renovação e inserção de novos questionamentos sobre temáticas a tanto estudadas, trazendo para o debate fragmentos de histórias de sujeitos tidos apenas como subalternos/dominados e/ou excluídos da história, por um sistema ou um/a senhor/a implacável (Fonseca *apud* Costa; Ferreira, 2015, p.18).

Quanto à organização do texto na presente tese, no primeiro capítulo falo um pouco do percurso que me levou, já algum tempo, a estudar as relações que escravizados/as estabeleceram entre si e entre livres e libertos/as nos sertões de Pastos Bons na segunda metade do século XIX. Em seguida, reflito sobre como, apesar dos avanços ocorrido nos debates sobre a historiografia que trabalha a escravidão negra teve nas últimas décadas, ainda nos deparamos com narrativas escolares onde o/a escravizado/a são vistos/as e retratados/as apenas como mercadoria/coisa, e viviam imersos/as em relações pautadas exclusivamente na violência, principalmente a física. O desfile ocorrido em Fortaleza dos Nogueiras-MA em 2022 em comemoração ao bicentenário da independência do Brasil, serviu de mote para que eu pensasse sobre como a cultura histórica, os conteúdos presentes nos livros didáticos utilizados pelas instituições de ensino da educação básica e a cultura escolar podem influenciar na construção da consciência histórica[[14]](#footnote-13) daquele universo social e educacional onde por mais de uma hora assistimos adolescentes acorrentados/as, sendo puxado por um cavalo, desfilando nas principais avenidas da cidade, como representação de uma parte tão importante de nossa história, a escravidão negra. No final desse capítulo, sugiro o uso de documentos históricos como um caminho possível para que possamos problematizar nossas metodologias de ensino e aprendizagem sobre as relações que os/as cativos/as estabeleceram dentro e fora de sua comunidade, suas vidas não eram pautadas apenas na violência, mas também perpassada por estratégias de resistência que possibilitaram formas de (re)existir para além da violência simbólica e física.

No esforço de apresentar outras leituras sobre a escravidão negra nos sertões sul-maranhenses, os vestígios encontrados nocorpo documentalcitado anteriormente se mostraram de grande valia. A partir deles pude traçar um esboço sobre as redes de solidariedade e sociabilidade (re)criadas por escravizados/as entre si e entre livres e libertos/as, destacando as estratégias utilizadas em seu dia a dia para construírem espaços de autonomia e resistência dentro de um contexto que insistia em coisificá-los/as e invisibilizá-los/as. No segundo capítulo, percebi que as dinâmicas das relações de compra e venda de cativos/as concentraram-se, em sua grande maioria, dentro da própria província do Maranhão. Transações que mostram um dos aspectos mais perversos presentes no cotidiano de homens e mulheres que viveram sob o jugo do cativeiro, o esfacelamento de seus laços familiares e comunitários. Os/As escravizados/as sertanejos/as não eram apenas trabalhadores rurais, desempenharam diversas tarefas indispensáveis para a dinâmica socioeconômica desse universo social. E, por estarem em vários lugares desempenhando diferentes funções, criaram estratégias que constituíram redes relacionais com as pessoas que viviam fora de seu grupo social e jurídico. O sertão de João, Francisco e Raimundo, homens escravizados e vaqueiros, era múltiplo e dinâmico. Ao assumirem as funções de vaqueiro, estes escravizados não só relativizaram, também inverteram a ordem das coisas. Os ditos bons e extensos pastos dos sertões sul-maranhenses não foram utilizados apenas para abrigar os vaqueiros e suas boiadas. Representaram também lugares de refúgios, esconderijos, abrigos e de liberdade para àqueles/as que viveram sob o jugo da escravidão.

No terceiro capítulo, reflito sobre as múltiplas possibilidades que homens e mulheres escravizados/as tinham para se relacionarem e (re)construírem seus núcleos familiares. Conseguiram diante de todas as adversidades encontrar espaços para formarem laços de amizade, afeto, companheirismo e solidariedade. Criaram espaços onde os vínculos parentais não se restringiram a sua comunidade, tão pouco aos companheiros/as de infortúnio. As relações consensuais construídas por mulheres escravizadas não foram apenas com homens escravizados, assim como os casamentos mistos, também formaram uniões mistas para além das orientações religiosas. Cotidianamente subverteram a ordem posta, (re)criaram estratégias onde puderam negar sua coisificação e mostraram que suas vidas não se resumiram ao espaço do trabalho. Eram homens e mulheres que em suas lutas diárias pela (r)existência se apropriaram, sobreviveram, (re)elaboraram, (re)adaptaram e subverteram a ordem social vigente, (re)escrevendo suas histórias.

No quarto e último capítulo, ainda em construção, falarei sobre o percurso de construção do produto educacional, um Website *Docsul- escravidão negra no sertão sul-maranhense na segunda metade do século XIX.* Destacando a metodologia utilizada, qual a relação entre o objeto da tese e a proposta do produto, a natureza/ modalidade do produto, qual a tecnologia utilizada para produção e apresentação do Produto, sua viabilidade e em quais espaços pode ser (re)utilizado, seu público alvo e por fim apresentarei o método utilizado para a testagem de aplicabilidade do Produto Educacional e seus resultados.

**1 ENSINO DE HISTÓRIA DA ESCRAVIDÃO**

Nasci em Balsas-MA e vivi boa parte de minha vida em Fortaleza dos Nogueiras-MA, cidades sul-maranhenses. Cresci em meio às histórias que meus pais contavam sobre um passado marcado pela ação e importância dos vaqueiros e suas boiadas. Meu pai era um vaqueiro. As vaquejadas eram e ainda são as maiores e mais aguardadas festas daquela região, quando as cidades param. Durante todo meu ensino na educação básica, feito uma parte em Fortaleza dos Nogueiras-MA e a outra em Balsas-MA, as aulas e os livros de história sobre o Maranhão se resumiram a falar sobre a Balaiada, a Revolta de Beckman e a Invasão Francesa, apresentados como a “história do Maranhão”. Perguntava-me: onde estaria a “escrita” da história do Sul que tanto ouvia? A história que me foi ensinada não dialogava com a realidade que eu vivia. Não cumprindo assim, segundo Jörn Rüsen, com seu papel de nos ajudar a ter um direcionamento prático na vida. Para Rüsen, antes de tudo, a história tem que estar conectada com esse sentido da vida prática e não propriamente com questões acadêmicas, com assuntos que só interessam a academia. Advoga ainda que a construção do conhecimento histórico, para que tenha sentido, precisa estar conectada com o cotidiano dos sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem (Rüsen, 2010, p.53 à 93).

Foi somente em 1998, ao ingressar no curso de história da Universidade Federal do Maranhão em São Luís-UFMA, que tive acesso ao trabalho da professora Maria do Socorro Coelho Cabral, *Caminhos do* *gado: conquista e ocupação do Sul do Maranhão (1992)*, e finalmente pude ler uma história do Maranhão que se identificasse com as narrativas que ouvia dos/as mais velhos/as e que se aproximasse das minhas vivências, enquanto filha de um homem que levou sua vida montado em seu cavalo andando e aboiando[[15]](#footnote-14) por aqueles imensos e nem sempre hospitaleiros sertões sul-maranhenses.

Ainda como graduanda, fui a cada período concluído, me interessando pela história sobre a vida de pessoas que foram trazidas para cá na diáspora africana no início da colonização. Influenciada pelas aulas da professora Regina Faria, fiz minha monografia de conclusão de curso sobre os significados que o rito do batismo cristão teriam para a população escravizada, livre e liberta da São Luís-MA da segunda metade do século XIX. A temática foi aprofundada no trabalho de especialização feito também sob orientação da professora Regina Faria, agora na Universidade Estadual do Maranhão-UEMA, em 2004. Em 2014, quando estava a procura de um tema para fazer o projeto para concorrer a uma vaga no seletivo do mestrado da Universidade Federal do Maranhão-UFMA, e por conta das pesquisas e estudos realizados anteriormente, fui ao departamento de história daquela Universidade para conversar com alguns/mas professores/as sobre a possibilidade de continuar com minhas pesquisas sobre o cotidiano[[16]](#footnote-15) da população escravizada em São Luís-MA no Oitocentos.

Lembro-me perfeitamente desse dia. Ao entrar na sala do departamento de pós-graduação em história, encontrei com a professora Antônia Motta. Contei a ela o motivo da minha visita. Ao me ouvir, ela fez uma pergunta seguida de uma observação que me fizeram refletir:

-Antônia Motta: Antônia, você é de uma cidade do Sul do Maranhão, não é? E está trabalhando lá, não tá?

-Eu: Sim, sou professora do IFMA e estou trabalhando em São Raimundo das Mangabeiras-MA.

-Antônia Motta: Pois então, pouco sabemos sobre a história da escravidão negra naquela região. Por que você não faz seu projeto sobre essa temática? Já tem muita gente estudando sobre a escravidão em São Luís-MA, precisamos conhecer como esse processo se deu em outros lugares do Maranhão.

-Eu: Mas Antonia, o número de negros/as escravizados/as no Sul do Maranhão foi muito pequeno e não temos documentos sobre essa questão.

-Antônia Motta: Você já fez uma pesquisa nos cartórios, Igrejas e fóruns dos municípios do Sul para saber se realmente não temos fontes para a pesquisa?

-Eu: Não.

-Antônia Motta: Pois vá, e depois a gente conversa.

E assim eu fiz. Em 2014 fui a algumas cidades do Sul do Maranhão à procura dessa documentação. Passei pelos cartórios, Igrejas e fóruns de vários municípios: Loreto, São Félix de Balsas, Balsas, Riachão, São Raimundo das Mangabeiras, Fortaleza dos Nogueiras, Pastos Bons e Carolina. Para minha surpresa, encontrei nas duas últimas cidades visitadas documentos com informações sobre a população negra escravizada naquela região na segunda metade do século XIX. Digitalizei todos os documentos encontrados nas caixas e armários dos cartórios, fóruns e Igrejas dos municípios já mencionados. Parte desse material, registros de batismos e alguns inventários, utilizei na pesquisa para a produção de minha dissertação de mestrado, também sob orientação da professora Regina Faria, que deu origem, em 2020, ao livro *Laços de compadrio entre escravizados/as no Sul do Maranhão (1854-1888)*. Naquele trabalho, percebi que o sertão sul-maranhense era formado por uma diversidade e complexidade social muito maior do que a encontrada em livros didáticos e nas salas de aula de história do ensino básico e das academias.

Inquieta-me, ainda, folhear livros didáticos[[17]](#footnote-16) ou paradidáticos[[18]](#footnote-17) e, mais uma vez, perceber que a “história do Maranhão” continua sendo contada a partir dos mesmos acontecimentos (Invasão Francesa, Balaiada e Revolta de Beckman). Houve algumas mudanças, mas precisamos avançar nas pesquisas sobre a realidade social gestada nas campinas dos sertões da região Sul do Maranhão. Em 2019, o professor Joan Botelho[[19]](#footnote-18) lançou a 3ª edição de seu livro: *Conhecendo e debatendo a História do Maranhão*, um paradidático. Apesar de destacar os novos caminhos que o ensino e o fazer historiográfico sobre o Maranhão vem percorrendo nos últimos anos, pautados em novos temas e novas abordagens de assuntos tão debatidos e com sugestões de atividades que despertem nos/as discentes o interesse pela pesquisa historiográfica. No que diz respeito ao sul-maranhense, toda sua história é resumida em um só capítulo.[[20]](#footnote-19) Nele, Botelho destaca a clássica divisão entre o Sul e o Norte do Estado, determinada, segundo a bibliografia estudada, já no período de colonização. Joan Botelho (2019, p.113) enfatiza que

A historiadora Maria do Socorro Cabral traçou os eixos de uma colonização, a do Sul do Maranhão, através da expansão da pecuária pelos sertões de Pastos Bons, a partir do século XVIII, quando avançaram criadores de rebanhos vindos de várias direções, penetraram na região sul da capitania, dizimaram aborígines [sic] e conquistaram campinas verdes, onde os rebanhos eram criados livres. Nessa região, surgiram grandes centros de comércio, devido ao estímulo da pecuária. São típicos exemplos: Carolina, Pastos Bons e Balsas. Deve-se ressaltar que, no Sul do Maranhão, a ocupação assumiu um caráter particular, expresso na formação de uma cultura própria e que se diferenciou daquela processada no litoral. Além disso, o povoamento dessa região, via expansão da pecuária, foi promovido por particulares, e não pelo estado português.

Nessa formulação, o processo de formação da sociedade sertaneja sul-maranhense concentrava-se nas diferenças existentes no tipo de colonização: a do litoral Norte, de caráter escravista; a do Sul, um sertão gestado pela ação dos vaqueiros, homens livres. Essas narrativas reverberam nos silêncios que ainda ecoam dentro e fora das salas de aula sobre a história da população negra (livre, liberta e escravizada) que, junto com indígenas e homens e mulheres livres, construíram aquela sociedade.

Tais discussões ainda permanecem distantes das práticas educacionais de algumas escolas. Em setembro de 2022, a Secretaria de Educação de Fortaleza dos Nogueiras-MA realizou ações que contaram com a participação de toda a rede de ensino (municipal, estadual e particular) do município para comemorar o bicentenário da independência do Brasil. Na ocasião, como ocorre há vários anos, foi organizado um desfile em comemoração ao 7 de setembro.

Sobre a data, Cecília Oliveira nos diz que o

7 de setembro, dia da independência do Brasil, é a mais conhecida e celebrada data nacional. Está associada à proclamação feita, em 1822, pelo príncipe D. Pedro, às margens do riacho Ipiranga, em São Paulo, acontecimento que teria assinalado o rompimento definitivo dos laços coloniais e políticos com Portugal [...] várias indagações podem ser formuladas em relação à independência do Brasil [...] A mais recente produção acadêmica e editorial brasileira dedicada ao tema tem procurado [...] reconstituir, pela mediação de fontes variadas e de diferentes metodologias, as significações mais abrangentes de lutas políticas que não se resumem a sequência cronológica mais conhecida, geralmente situada entre o movimento revolucionário em Portugal, deflagrado em agosto de 1820, e a proclamação de 7 de setembro de 1822 (Oliveira, 2012, p.3418-3445).[[21]](#footnote-20)

Os/As gestores/as de cada escola ficaram com a responsabilidade de orientar os/as servidores/as e os/as alunos/as a fazerem atividades que não tivessem apenas aquela data como referência. As unidades de ensino se dedicaram para organizar a melhor apresentação. É um evento que envolve toda a comunidade.[[22]](#footnote-21) O desfile passa pelas principais avenidas da cidade sempre seguido por uma multidão. Graças ao avanço da tecnologia as pessoas interessadas em tal festividade cívica, e que não puderam acompanhar o desfile, conseguiram assistir as apresentações ao vivo pela internet, acessando o canal do YouTube.[[23]](#footnote-22)

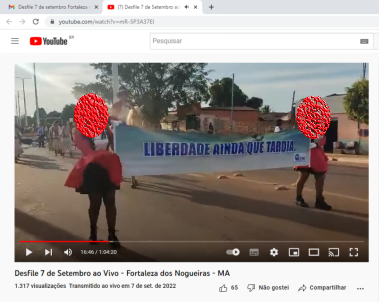
Por mais de uma hora assistimos as escolas representarem momentos e personagens históricos relacionados direta ou indiretamente aos fatos alusivos ao 7 de setembro de 1822. Cada pelotão simbolizava um fragmento de uma narrativa historiográfica que em alguns casos nos remetia a uma versão, tida como única e verdadeira, sobre nossa história. Por essa versão, o Brasil teria sido construído por heróis e heroínas brancos/as, europeus ou descendentes destes.

Figura 1 - Palco montado ao lado da praça da matriz no centro da cidade de Fortaleza dos Nogueiras-MA para receber as escolas. Parada final do desfile.



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=mR-5P3A37EI>. Acesso em: 27 de fev. de 2023.[[24]](#footnote-23)

Dos pelotões apresentados, um me chamou atenção pela forma como o tema da escravidão negra foi retratado. Na imagem (Figura 2), que é a primeira cena que aparece, já anunciava que a partir da faixa: *Liberdade ainda que tardia* carregada por duas alunas elegantemente vestidas, as escolas representariam algumas cenas sobre o cotidiano da população negra que viveram durante séculos sob o regime escravocrata no país. Cabe destacar que ao passar em frente da câmera nervosa do cinegrafista amador, uma delas sorri. Ressalto ainda que o registro foi visual. Não há uma explicação sobre o que cada pelotão representaria e a mensagem pedagógica que a escola queria passar com cada apresentação.

Figura 2 - Desfile 7 de setembro de 2022 em Fortaleza dos Nogueiras-MA - I.[[25]](#footnote-24)

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=mR-5P3A37EI>. Acesso em: 27 de fev. de 2023.

Logo após aparece um adolescente montado a cavalo, com uma blusa sob uma capa vermelha, de calça comprida, um chapéu na cabeça, calçado em um par de botas e puxando um adolescente “acorrentado” pelo pescoço. Se comparado aos das duas meninas com a faixa acima e do cavaleiro, os trajes do jovem “acorrentado” são mais simples, composto com uma blusa e uma calça branca amarrada por uma corda vermelha, descalço e em seu tornozelo podemos identificar um objeto que em contato com o chão emitia um som. Diferente da aluna encarregada de apresentar o tema que o pelotão iria representar, o aluno “acorrentado” não encara a câmera, pelo contrário, ao se aproximar do cinegrafista, vira o rosto para o lado oposto. O cinegrafista concentra seu foco por alguns segundos nesta cena, que é filmada por vários ângulos.

Figura 3- Desfile 7 de setembro de 2022 em Fortaleza dos Nogueiras-MA. Adolescente representando um escravizado “acorrentado” e sendo puxado por um outro adolescente montado a cavalo - I .



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=mR-5P3A37EI>. Acesso em: 27 de fev. de 2023.

Figura 4 - Desfile 7 de setembro de 2022 em Fortaleza dos Nogueiras-MA. Adolescente, representando um escravizado “acorrentado” e sendo puxado por um outro adolescentes montado a cavalo - II.



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=mR-5P3A37EI>. Acesso em: 27 de fev. de 2023.

Figura 5 - Desfile 7 de setembro de 2022 em Fortaleza dos Nogueiras-MA. Adolescente representando um escravizado “acorrentado” e sendo puxado por um outro adolescente montado a cavalo - III.



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=mR-5P3A37EI>. Acesso em: 27 de fev. de 2023.

Pela narrativa criada no desfile me parece que se as fugas foram algo intrínseco ao sistema escravista é impossível pensá-las sem vir à mente a figura do capitão do mato (Lara, 1996, p.83 e 100). Sobre a origem desse auxiliar de senhores/as na busca por escravizados/as fugitivos/as pouco se sabe. Lara ressalta que apenas na segunda metade do Setecentos se encontram as primeiras menções sobre a existência de uma atividade direcionada especialmente à caçar e recapturar os/as cativos/as ‘fujões’ e ‘fujonas’ (Lara, 1996, p.88; Lara, 1988, p.299).

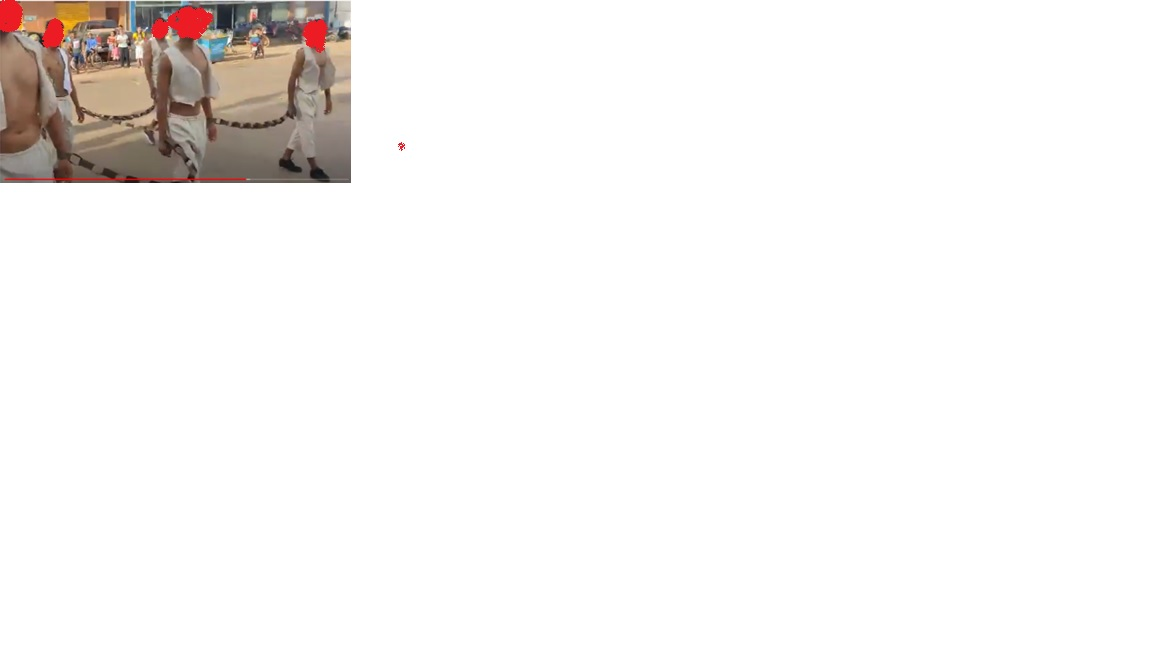
Logo após aparece um grupo de 6 (seis) estudantes “agrilhoados” uns aos outros, com a mesma vestimenta do primeiro aluno “acorrentado” e puxado pelo cavaleiro citado acima. Dois deles, assim como o adolescente puxado pelo cavalo, estavam descalços, os únicos de todo o pelotão. 2 (dois) deles estavam de sandálias e os 2 (dois) últimos calçados com tênis. Também não encaram a câmera. A cena é acompanhada de perto por um grupo de educadores/as que não mantêm nenhuma interação com ela.

Figura 6 - Desfile 7 de setembro de 2022 em Fortaleza dos Nogueiras-MA. Adolescentes acorrentados representando homens escravizados - I.



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=mR-5P3A37EI>. Acesso em: 27 de fev. de 2023.

Figura 7 - Desfile 7 de setembro de 2022 em Fortaleza dos Nogueiras-MA. Adolescentes “acorrentados” representando homens escravizados - II.



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=mR-5P3A37EI>. Acesso em: 27 de fev. de 2023.

Continuando a narrativa, logo em seguida aparece um grupo também formado por 6 (seis) alunas, representando mulheres escravizadas. Vestidas com o mesmo tecido das roupas dos meninos, que representavam homens escravizados. Todas calçadas de sandálias. Duas delas acenam para a câmera.

Figura 8 - Desfile 7 de setembro de 2022 em Fortaleza dos Nogueiras-MA. Adolescentes “acorrentadas” representando mulheres escravizadas - I.



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=mR-5P3A37EI>. Acesso em: 27 de fev. de 2023.

Figura 9 - Desfile 7 de setembro de 2022 em Fortaleza dos Nogueiras-MA. Adolescentes “acorrentadas” representando mulheres escravizadas - II.



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=mR-5P3A37EI>. Acesso em: 27 de fev. de 2023.

Após essas cenas, aparece um adolescente, sozinho, representando Castro Alves, tido como o poeta dos/as escravizados/as devido aos seus trabalhos com características abolicionistas, cuja vestimenta representa as cores da bandeira do Brasil. Por algumas vezes, faz acenos em direção a câmera.

Figura 10 - Desfile 7 de setembro de 2022 em Fortaleza dos Nogueiras-MA. Estudante representando Castro Alves.



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=mR-5P3A37EI>. Acesso em: 27 de fev. de 2023.

Em seguida, surge outra faixa carregada, mais uma vez, por 2 (duas) alunas anunciando a chegada de um novo tempo*: já raiou a liberdade!*

Figura 11 - Desfile 7 de setembro de 2022 em Fortaleza dos Nogueiras-MA - II.



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=mR-5P3A37EI>. Acesso em: 27 de fev. de 2023.

Eis que um dia, de acordo com as imagens presentes no desfile, aqueles sujeitos conseguiram romper seus grilhões. Surge após a faixa acima, 1 (uma) aluna, branca, trazendo nas mãos caneta e uma pasta aberta contendo uma folha simbolizando a Lei Áurea, com um longo vestido azul e uma tiara cintilante sobre a cabeça, era Isabel!

Figura 12 - Desfile 7 de setembro de 2022 em Fortaleza dos Nogueiras-MA. Representação da princesa Isabel carregando caneta e papel para assinar a Lei Áurea.



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=mR-5P3A37EI>. Acesso em: 27 de fev. de 2023.

Os estudos sobre esse período de nossa história vêm há muito tempo destacando a complexidade e heterogeneidade que o movimento abolicionista do Brasil teve. A libertação dos/as escravizados/as não deve ser compreendida apenas pela ação de uma princesa e/ou de um gabinete de governo. Brasil e Mendonça (2016, p.145), nos falam que

O abolicionismo no Brasil reuniu adeptos de variadas origens, condições e posições políticas, como parlamentares, intelectuais, jornalistas, profissionais liberais, setores médios, militares, trabalhadores pobres, imigrantes, ex-escravos e escravos. Uma espécie de frente ampla, mas bastante heterogênea.[[26]](#footnote-25)

Um movimento que a partir da década de 1880 ganhava cada vez mais força e chegava nas ruas e praças dos centros urbanos. Cabe ressaltar cada vez mais a importância que os/as próprios/as escravizados/as tiveram na luta pela sua libertação, não ficaram esperando, com pés e mãos acorrentados, uma ação “generosa” de uma princesa. Devido às pressões internas e externas a abolição da escravidão em terras brasileiras, naquele período, era algo inevitável e os relatores da Lei de Imperial n.º 3.353 sabiam disso.[[27]](#footnote-26)

Os dias que se seguiram à aprovação da Lei Áurea foram marcados por festas. As comemorações acompanhavam as narrativas dos atores sociais que organizavam os eventos. Nessas festividades, também produtoras de memórias, foi-se criando a imagem de Isabel como principal responsável por acabar com a escravidão no Brasil. Isabel, passava a ser cantada em versos e prosas como a redentora, tida como a libertadora dos/as escravizados/as. As festividades organizadas em comemoração ao 13 de maio, giravam em torno da exaltação da figura de sua imagem. Em muitos lugares tais celebrações deixavam de fora a ação dos/as escravizados/as no processo que culminou com a assinatura da Lei Áurea e o que esta Lei representava para os/as libertos/as. Foram, mais uma vez, apagados/as das narrativas produzidas sobre aquela manhã de domingo de 13 de maio de 1888.[[28]](#footnote-27) Narrativas, que me parece ainda, presentes dentro das escolas de ensino básico.

Voltando para o enredo construído pelo desfile de Fortaleza dos Nogueiras-MA, a representação da princesa Isabel foi seguida por um pelotão formado por alunos e alunas. Os 3 (três) alunos do meio, me informaram, representariam Luís Gama, patrono da abolição da escravidão negra no Brasil.

Figura 13 - Desfile 7 de setembro de 2022 em Fortaleza dos Nogueiras-MA. Representação Luís Gama.



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=mR-5P3A37EI>. Acesso em: 27 de fev. de 2023.

O último pelotão foi apresentado por uma faixa com a seguinte frase: *Liberdade, liberdade abre as asas sobre nós!* Era formado por um grupo de alunas vestindo roupas de cores verde, vermelha e amarela.

Figura 14 - Desfile 7 de setembro de 2022 em Fortaleza dos Nogueiras-MA. Faixa introduzindo o último grupo de alunas do pelotão.



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=mR-5P3A37EI>. Acesso em: 27 de fev. de 2023.

Figura 15 - Desfile 7 de setembro de 2022 em Fortaleza dos Nogueiras-MA. Último grupo a se apresentar.



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=mR-5P3A37EI>. Acesso em: 27 de fev. de 2023.

A festa cívica em Fortaleza dos Nogueiras-MA[[29]](#footnote-28) repete uma narrativa historiográfica sobre a escravidão negra há muito questionada, pelo menos em âmbito acadêmico. Dentre as várias cenas possíveis para representar a importância da presença negra africana e de sua luta para conquistar a liberdade, o que foi apresentado pelas avenidas da cidade foram adolescentes, negros/as “acorrentados/as”, retratando e cristalizando, mais uma vez, fatos, os mais perversos, de nossa história. Mesmo que a justificativa da formação dos pelotões representando este recorte histórico seja no sentido de denunciar os maus tratos sofridos por homens e mulheres escravizados/as, o que acaba acontecendo é a reafirmação do processo de coisificação e vitimização daqueles sujeitos, reforçando estereótipos.[[30]](#footnote-29) Diante de tais imagens reafirmo a relevância do trabalho que venho desenvolvendo sobre a escravidão negra nos sertões sul-marahenses; bem como, a necessidade que tais reflexões cheguem às salas de aula do ensino básico, e para alcançar este objetivo, destaco também, a importância do Produto Educacional Website *Docsul: escravidão negra no sertão sul-maranhense na segunda metade do século XIX,* que esta tese subsidia e que falarei com mais detalhes adiante.

Assim como outras pessoas, também assisti ao desfile pelo YouTube, tomada por um incômodo e indignação. O YouTube é considerado uma das maiores plataformas de armazenamento e distribuidora de conteúdos na internet. Criado em 2005 sua relevância e presença social é inegável. Em números de acesso hoje no Brasil ocupa o segundo lugar, ficando atrás somente do google, seu dono.[[31]](#footnote-30) O YouTube não se limita em ser apenas um repositório de vídeos destinados ao entretenimento, em sua página na web, podemos encontrar os mais variados conteúdos, assim como também, é diverso e amplo o público de produtores e consumidores dos conteúdos postados (Barro; Bispo, 2016, p.863; Mendes, 2018, p.30; Silva, 2021, p.51-52). É um site que abarca não só as questões econômicas e/ou digitais, mas também culturais. Por possuir essas características foi definido por Jean Burgess e Joshua Green como um site de cultura participativa. Por ele você pode postar, respostar, comentar etc e interagir com a informação visualizada e com as pessoas que comentam a postagem (Burgess; Green, 2009, p.14).

O vídeo registrando o desfile cívico em Fortaleza dos Nogueira-MA, com duração de 1:04:20 foi visualizado por 2 (duas) mil pessoas, até o momento. O maior número de visualizações dos 242 vídeos postados pelo dono do canal. Houve poucos comentários, apenas 3 (três). E em 2 (dois) destacaram a beleza da apresentação.

O elogio à beleza do desfile se repetiram quando o cinegrafista se dirigiu a algumas pessoas que acompanhavam o evento, já no final do vídeo, perguntando o que estavam achando das apresentações. As respostas dadas se resumiram, em grande parte, a frases como: “muito bonito”, “lindo”, “maravilhoso” e “Fortaleza dos Nogueiras está de parabéns”. Apenas uma pessoa se referiu ao que estava vendo como “impactante”, pois alguns pelotões retratavam fatos “verídicos” de nossa história.

O país livre e colorido, representado pelo último grupo de alunas, ainda é um sonho a alcançarmos. Aquele espetáculo[[32]](#footnote-31) cívico representou a crueldade de uma realidade social que ainda não acertou as contas com seu passado. O Brasil que surge narrado por aquelas imagens é um lugar em que parte considerável de sua população tem que lutar diariamente para conseguir viver em um país onde não há igualdade, justiça social, econômica e política para todos/as. As narrativas construídas sobre nosso passado têm um lugar de produção, que seleciona o que deve ser dito ou encenado e o que deve ser silenciado.[[33]](#footnote-32) São olhares e narrativas surgidas pelas inquietações do presente. As imagens representando a sociedade escravocrata brasileira desnudam problemas sociais que marcam profundamente nossa contemporaneidade.[[34]](#footnote-33)

Com o advento da internet e sua relativa popularização, os centros acadêmicos perderam o privilégio de serem os únicos lugares produtores e disseminadores de conhecimento. O que para alguns e algumas profissionais da educação provoca um certo desconforto (Mendes, 2018, p.12).[[35]](#footnote-34) O vídeo criado para registrar o desfile em homenagem ao bicentenário da independência do Brasil em Fortaleza dos Nogueira-MA tornou-se, consciente ou inconscientemente, produtor de uma versão sobre nossa história. Transformou-se em um recurso didático que pode ser utilizado de várias maneiras e pela sua importância dentro da discussão que levanto sobre as leituras que se faz sobre o cotidiano da população negra escravizada na região sul-maranhense, converteu-se também em fonte de pesquisa.

Vivemos no Brasil momentos difíceis, as minorias têm seus direitos e sua própria existência questionados. Contra elas são proferidos discursos de ódio que ajudam a reafirmar a ideia que existe naturalmente pessoas que são inferiores, e por isso, precisam servir e andar “acorrentados” e outras, tidas como superiores, que devem ser servidos e detêm o direito de vida e morte sobre os corpos de outros/as sujeitos. A escola seria, teoricamente, um dos espaços em que essas verdades poderiam ser problematizadas. Pensar que “acorrentando” e puxando adolescentes pelas avenidas da cidade tenha um papel pedagógico é sintoma de que temos muito o que aprender sobre nossa formação e demonstra a urgência que os debates empreendidos dentro das academias sobre esse tema, que nos é tão caro, tem de chegar no chão das escolas de ensino básico.

Entre as décadas de 90 do século passado e o início dos anos 2000 o movimento negro, que há tempos liderava várias campanhas em defesa de uma educação democrática e antirracista, conseguiu algumas vitórias (Abreu; Mattos, 2008, p.6; Bittencourt, 2011b, p.506).[[36]](#footnote-35) Desde aquela época, era inegável que a sociedade havia mudado e a escola precisava passar por um processo de reconstrução de suas práticas pedagógicas para conseguir atender de fato as demandas vindas de uma realidade formada por pessoas com experiências sociais e culturais múltiplas e que ao longo da história ficaram à margem das propostas educacionais vigentes, que tinham nas sociedades europeias suas principais fontes de inspiração. Era preciso olhar para dentro do Brasil. Como consequências daquele movimento foi sancionada a Lei Federal de nº 10.639 (9/1/ 2003) que estabelecia que

[Art. 26-A.](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm#art26a) Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. § 1o O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. § 2o Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. "Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’ (Brasil, 2003).

Por meio desse dispositivo legal criou-se uma política pública de ação afirmativa que trazia em seu bojo orientações que visavam efetivar ações para (re)conhecer e dar visibilidade à herança histórica cultural dos povos africanos e indígenas, tornando-se tema obrigatório nos currículos educacionais (Benevides, 2010, p.5; Ribeiro, 2016, p.28).[[37]](#footnote-36) Dentro dessa discussão, convém ressaltar que

[...] não basta proclamar a existência da diversidade e da diferença é necessário que se conheça os mecanismos históricos, políticos e sociais pelos quais são construídos discursos que reforçam o silenciamento de identidades e a marginalização de grupos étnicos raciais tidos como minoritários (Ribeiro, 2016, p.40-41).

É inegável a importância da lei 10.639/03. A professora Ana Carolina da Silva Andrade (2021, p.34) reforça que após sua aprovação

[...] ocorreram mudanças mais significativas para a educação das relações étnico-raciais e inclusão das temáticas da história e cultura africana e afro-brasileira nos cursos de formação inicial e continuada, nos livros didáticos, na produção e distribuição de materiais específicos, na promoção e fortalecimentos de eventos e pesquisas [...] Isso porque a lei revelou a necessidade de os pesquisadores, professores e estudantes aprofundarem os poucos ou superficiais conhecimentos que possuem a respeito dos povos, histórias e culturas africanas e afro-brasileiras que constituem a sociedade brasileira.

Apesar dos avanços, percebo que ainda existe um longo caminho a percorrer para que consigamos promover uma educação realmente inclusiva e antirracista que fuja dos modelos eurocêntricos de se pensar e representar a nossa história. No dia a dia da escola, muitos/as profissionais desconhecem ou não tem interesse em trabalhar questões que envolvam elementos da vida de homens e mulheres negros/as que possam ir para além do binômio senhor x escravizado. A história dos/as africanos/as e seus e suas descendentes e a herança social e cultural deixada para a sociedade brasileira precisam ser inseridas cotidianamente em nossas práticas educacionais e se possível, interdisciplinarmente (Benevides, 2010, p.8). A realização de atividades sobre essa temática não pode se restringir às datas comemorativas, a exemplo do 7 de setembro e/ou 20 de novembro, que muitas vezes são descontextualizadas (Lovato, 2012, p.35; Ziliotto, 2016, p.57-58). Há tempos a escravidão negra deixou de ser a única questão trabalhada dentro das academias. E, essa mudança teórica e metodológica precisa chegar ao chão das escolas, que apesar de suas

[...] contradições, como os intensos processos de ampliação e universalização do acesso ao ensino básico e o convívio com estruturas ultrapassadas; a persistente desvalorização dos profissionais envolvidos e os discursos salvacionistas sobre a educação; os exames e índices uniformizadores, as salas cheias, a formação rasa e as perspectivas de mudanças epistemológicas profundas que questionam a própria construção do conhecimento (Zilliotto, 2016, p.54).

É preciso avançar igualmente na construção de propostas pedagógicas que possibilitem aos/as educandos/as perceber que o passado daqueles sujeitos históricos não se resumia aos grilhões que cercearam sua liberdade. É

[...] de fundamental importância incorporar como conteúdo do currículo escolar a história e cultura do povo negro recusando o uso de material pedagógico contendo imagens estereotipadas do negro, como postura pedagógica voltada à desconstrução de atitudes preconceituosas e discriminatórias (Benevides, 2010, p.8).

Compreender que por trás daquele personagem escravizado que andou vários quilômetros “acorrentado” e puxado por um cavalo pelas ruas de Fortaleza dos Nogueiras-MA, havia uma intrincada rede de relações entre ele e seus antagonistas, senhor/a e capitão do mato. Dentro daquele sistema de opressão em que viveram, forjaram várias estratégias de (re)existência e lutaram cotidianamente pela liberdade que, como diz a letra de um samba enredo da escola de samba mangueira de 2019, “[...] não veio do céu e nem das mãos de Isabel [...]” (Firmino; Domenico *et al.*, 2018).

Cabe aqui fazer algumas observações sobre o protagonismo das ações individuais ou/e coletivas empreendidas por homens e mulheres escravizados/as na luta diária pela sua liberdade. Não esperaram passivos/as e acorrentados/as pela “generosidade” da princesa Isabel, vinda somente em 13 de maio de 1888. Ao pensar sobre a realidade formada no Brasil a partir da diáspora negra no século XVI, Silva Lara sugere que antes de qualquer análise é preciso compreender aquela sociedade construída por relações sociais. Senhores/as e escravizados/as formaram vínculos atravessados por tensões, dependências e acomodações. Aos/As escravizados/as cabiam diante das brechas encontradas provocar e encontrar meios para resistirem a uma relação que essencialmente era baseada na violência (Lara, 1988, p.122 e 123).

Sidney Chalhoub em *visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*, ao analisar vários processos de compra e venda e cíveis envolvendo escravizados/as, afirma que

a liberdade era uma causa dos negros, uma luta que tinha significados especificamente populares - no sentido de que esses significados eram elaborações culturais próprias, forjadas na experiência do cativeiro [...] o direito foi uma arena decisiva na luta pelo fim da escravidão [...] Nesse sentido, a atuação de pessoas como Perdigão Malheiros e Nabuco, assim como de um sem-número de curadores e juízes de vara simpáticos à causa da liberdade, fez uma enorme diferença. Mas, por outro lado, e mesmo nesse jargão legal cujo ideal é anular a voz do escravo e falar por ele, vimos que os negros conseguiam impor pelo menos em parte certos direitos adquiridos e consagrados pelo costume, assim como conseguiam mostrar o que entendiam como cativeiro justo ou pelo menos toleráveis (Chalhoub, 2011, p.216 e 217). [[38]](#footnote-37)

Aqueles/as homens e mulheres cativos/as percebiam que a sociedade brasileira do XIX, principalmente da segunda metade, havia mudado em relação à permanência do regime escravista. Amazônia e Ceará anteciparam-se ao 13 de maio de 1888, naquelas províncias a abolição da escravidão se deu em 1884. O exército brasileiro em 1887, se recusou a procurar e recapturar negros/as ‘fujões’ e ‘fujonas’. As campanhas e movimentos abolicionistas insuflaram as fugas e as insurreições de escravizados/as no campo e na cidade. A figura do capitão do mato passou a ser tema de galhofas pelas ruas de São Paulo. O sistema político, econômico, social e cultural que pautou a sociedade brasileira por mais de três séculos, nos anos finais do Oitocentos tornara-se “[...] um tecido roto [...]” (Silva, 1989, p.63 a 78).[[39]](#footnote-38)

Assistindo ao desfile em comemoração ao 7 de setembro em Fortaleza dos Nogueiras-MA, comecei a procurar o ‘culpado’ por aquelas representações sobre nossa história. Aquelas manifestações cívicas, fizeram-me lembrar do ensino de história ministrado no final do Oitocentos e durante um bom tempo do século XX. Naquele período, a história tinha como função criar, a partir de uma seleção e/ou silenciamento criteriosos, narrativas de fatos e personagens que não só auxiliassem na construção de mitos fundadores, mas também, na formação de cidadãos obedientes. Criando assim, uma tradição identitária específica calcada em uma verdade inquestionável (Laville, 1999, p.126 e 127).[[40]](#footnote-39) Christian Laville sublinha que mesmo havendo uma mudança de foco empreendida pela didática do ensino de história ao longo do século XX, que transferiu sua atenção do ensino para a aprendizagem dos/as discentes, ainda há um longo caminho a ser percorrido, por algumas instituições de educação, para que se tenha um aprendizado histórico que contribua efetivamente para a formação de cidadãos e cidadãs que possam participar e intervir de forma crítica e independente em sua realidade (Laville, 1999, p.127 e 135).

Nesse processo Laville afirma ser uma grande quimera acreditarmos que somente as narrativas criadas dentro das academias de ensino (superior e/ou ensino básico) são responsáveis pela formação da consciência histórica presente em uma determinada sociedade. Houve em boa parte da população mundial um crescente interesse por conhecer sua história, principalmente após os conflitos de 1939 - 45. Nesta busca, as pesquisas foram e ainda são realizadas não só naqueles espaços de construção de saber. O ambiente onde vivem, recebendo diariamente um verdadeiro bombardeio de informações, sobretudo com o advento e expansão da internet, provavelmente hoje exerça maior influência no processo de construção do conhecimento sobre si e sobre a sua comunidade do que as narrativas históricas acadêmicas e escolares (Laville, 1999, p.127 e 137; Rüsen, 2009b, p.2).

Diante do atual cenário social, cultural, político e educacional em que estamos inseridos/as, estabelecer um diálogo com os múltiplos meios de produção de conhecimento que existem extraclasse se torna uma tarefa essencial para nosso ofício. Não esquecendo que

[...] a aula é o terreno em que memórias múltiplas podem ganhar expressão, especialmente aquelas trazidas pelos alunos de suas experiências mais íntimas; a autoridade do discurso histórico escolar, baseado em pressupostos científicos, é questionada todo momento na medida em que ecoam na sala de aula as incessantes produções de passados efetivadas no mundo da comunicação/informação e outros âmbitos da ‘cultura histórica’ (Abreu; Rangel, 2015, p.21).

Mas o que seria essa cultura histórica, que junto com a historiografia acadêmica e a história ensinada nas escolas de educação básica influencia, e muitas vezes até determina, o entendimento que uma comunidade escolar e social tem de si e da realidade que a cerca? Fernando Sánchez-Marcos, destaca que as discussões teóricas a respeito da definição do que seria Cultura Histórica remontam às décadas de 80 e 90 do século passado. Os debates giravam em torno de nomes como o de Jörn Rüsen, Maria Grever, Bernd Schönnemann e Jan y Aleida Assman dentre outros, que estabeleceram um diálogo profícuo com os teóricos ligados aos debates sobre história e memória. Aqueles estudiosos buscavam elaborar um conceito que fosse capaz de os ajudar a compreender como certas representações do passado eram construídas, modificadas e difundidas dentro de uma determinada sociedade sem ter passado pelos centros reconhecidamente autorizados de produção de saber, as academias de ensino superior. E em quais lugares de construção de memórias coletivas a Cultura Histórica se faz presente? No mundo em que vivemos as novelas, séries históricas, atividades alusivas a datas especiais (como um desfile e/ou uma exposição) por exemplo, exercem um forte papel no processo de formação da consciência histórica de um povo. Essa tarefa há muito tempo deixou de ser exclusiva das academias (Sánchez Marcos, 2009).[[41]](#footnote-40)

E pensando sobre os elementos que juntos poderiam ter contribuído para a formação da consciência histórica das pessoas envolvidas na organização do desfile em comemoração do bicentenário da independência do Brasil em Fortaleza dos Nogueiras-MA, o livro didático utilizado pelos/as alunos/as e educadores/as das escolas envolvidas naquela apresentação, surge como mais um elemento para me ajudar a compreender como foi construída a narrativa sobre a escravidão negra apresentada por aqueles/as adolescentes.[[42]](#footnote-41)

Em um primeiro momento atribui ao livro didático utilizado por aquelas escolas, que em alguns casos é a única fonte de pesquisa para muitos/as educando/as e educadores/as, boa parte da responsabilidade sobre as informações passadas nas apresentações realizadas naquele evento (Andrade, 2021, p.42). Análise que segundo a professora Circe Bittencourt é carregada de equívocos. Nós educadores/as temos o hábito de atribuir a culpa do fracasso da educação a esse material didático como se ele sozinho tivesse o poder de resolver todos as dificuldades presentes no processo de ensino-aprendizagem, sem analisarmos o contexto social, político e econômico em que a escola está inserida, esquecemos que este suporte pedagógico, assim como outros, possui limitações que precisam ser levadas em consideração ao o utilizarmos e ao avaliarmos (Davies, 1996, p.602; Munakata, 2009, p.284-292).[[43]](#footnote-42)

Circe Bittencourt (2011a, p.301), em suas reflexões sobre a produção e uso do livro didático, o define como um

[...] objeto cultural de difícil definição, por ser obra bastante complexa, que se caracteriza pela interferência de vários sujeitos em sua produção, circulação e consumo. Possui ou pode assumir funções diferentes, dependendo das condições, do lugar e do momento em que é produzido e utilizado nas diferentes situações escolares. É um objeto de ‘múltiplas facetas’, e para sua elaboração e uso existem muitas interferências. Como produto cultural fabricado por técnicos que determinam seus aspectos materiais, o livro didático caracteriza-se, nessa dimensão material, por ser uma mercadoria ligada ao mundo editorial e à lógica da indústria cultural do sistema capitalista. Constitui também um suporte de conhecimentos escolares propostos pelos currículos educacionais. Essa característica faz que o Estado esteja sempre presente na existência do livro didático [...].

Dentro dessa perspectiva o livro didático precisa ser compreendido enquanto objeto de estudo, como um produto intelectual com múltiplas possibilidades conceituais (Gatti Júnior, 1997, p.30; Choppin, 2004, p.549).[[44]](#footnote-43) Na citação acima Circe Bittencourt toca nas questões que estão direta ou indiretamente relacionadas com a fabricação, distribuição e o uso que fazemos deste importante e delicado produto educacional, responsável em grande parte pela criação e difusão de saberes e também estereótipos (Gatti Júnior, 1997, p.34; Munanga, 2005, p.21).[[45]](#footnote-44) Para Bittencourt este instrumento pedagógico é antes de qualquer coisa uma mercadoria, e portanto, está a serviço de interesses que ultrapassam os muros das escolas, ligado a grupos e/ou instituições que detêm o poder, como o Estado por exemplo (Davies, 1996, p. 600-6001; Bittencourt, 2011a, p.301;311).[[46]](#footnote-45) O mercado editorial exerce um grande poder no processo de escolha da forma e dos conteúdos que estarão presentes neste material (Gatti Júnior, 1997, p.43-45; Bittencourt, 2004, p.71-73).[[47]](#footnote-46)

As informações e os silêncios contidos nos manuais didáticos tornam-se elementos importantes na leitura que alunos/as irão construir sobre a realidade em que eles/as e sua família vivem (Choppin, 2004, p.557). Diante das dificuldades socioeconômicas em que a maior parte dos/as brasileiros/as se encontram, incluindo os/as sertanejas sul-maranhenses, o livro didático ainda é o único material de pesquisa disponível (Gatti Júnior, 1997, p.33-34; Munanga, 2005, p.22).[[48]](#footnote-47) O nosso desafio, enquanto educadores/as do ensino básico, diante do material escolar utilizado em sala de aula é construirmos uma postura crítica, frente aos conteúdos apresentados, fugirmos de representações estereotipadas sobre o passado que reverbere de forma negativa em nosso presente, percebendo que a diversidade e a diferença fizeram e ainda fazem parte da nossa construção social, compreendendo assim, que a escola é um lugar que recebe diversos e múltiplos sujeitos que precisam ser respeitados em suas individualidades e subjetividades, e só assim, contribuir para a formação de cidadãos/ãs com uma consciência histórica crítica capaz de intervir em sua realidade. É preciso estabelecer um diálogo entre o que o livro contém e o cotidiano do/a educando/a, o aprendizado que o/a aluno/a traz para a sala de aula (Monteiro, 2001, p.128; Bittencourt, 2004, p.72-74).[[49]](#footnote-48)

No que diz respeito às questões que envolvem os povos que formaram a sociedade brasileira, a perspectiva encontrada em alguns livros didáticos ressalta as diferenças que havia/há entre eles. Sobre os africanos/as e afro-brasileiros/as

[...] ocorre [....] a prevalecência em muitos momentos, das representações dos negros como seres participantes e/ou inseridos no processo escravocrata e consequentemente são estudados apenas como seres escravizados, dessa forma, menosprezam a participação desse grupo étnico nas demais participações sociais que fizeram e fazem parte (Rodrigues, 2018, p.31).

A mediação do/a professor/a entre o que está presente nestes suportes de ensino e o/a aluno/a é essencial no processo de construção e reconstrução de saberes realizado dentro da sala de aula (Núnez *et al.*, 2003, p.2; Schmidt, 2005, p.3).[[50]](#footnote-49) Importante salientar que os usos e desusos e as leituras possíveis que educadores/as e educandos/as fazem dos manuais didáticos que chegam às suas mãos fogem dos limites da escola (Silva, 2011, p.187-189). Não podemos esquecer que, como adverte Ana Maria Ferreira da Costa Monteiro (2003, p.10) “[...] professores e alunos são sujeitos, portadores de visões de mundo e interesses diferenciados, que estabelecem relações entre si com múltiplas possibilidades de apropriação e interpretação”.

Os livros didáticos não são detentores de uma verdade inquestionável, ao contrário do que durante muito tempo se acreditou. O/A educador/a precisa ter um olhar acurado desde o momento da escolha do material que será utilizado, e saber que este, como já dito acima, não é um objeto inócuo. É preciso pensá-lo como algo produzido historicamente em um lugar e período (Gatti Júnior, 1997, p.36-37; Núnez *et al.*, 2003, p.3).[[51]](#footnote-50)

A partir das reflexões sobre cultura histórica e o livro didático e ainda motivada pelas provocações feitas pelas representações sobre a escravidão no desfile em homenagem ao 7 de setembro em Fortaleza dos Nogueiras-MA, procurei saber quais seriam os instrumentos pedagógicos utilizados por professores/as para prepararem e ministrarem suas aulas e que foram distribuídos aos/às alunos/as em 2022, ano em que ocorreu o referido evento. Há duas escolas da rede estadual de ensino médio no município. A coleção de *Oficina de história,* volumes 1, 2 e 3, da editora Leya foi a escolhida pelos docentes de história da escola A.[[52]](#footnote-51) Dentre os vários temas trabalhados pelos/as autores/as da referida coleção de livro didático, foquei minhas análises nos que estão diretamente relacionados com o que desenvolvi na pesquisa e com as imagens que compuseram os pelotões do desfile do 7 de setembro, já várias vezes citado por mim.

Nessa parte da escrita, sempre que necessário, dialoguei com o trabalho realizado por Ana Carolina da Silva Andrade, dissertação de mestrado profissional - ProfHistória, *A invisibilidade das mulheres negras nos livros didáticos de História: desafios para uma pedagogia decolonial,* defendida na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores, em 2021. Nele Ana Andrade analisou os mesmos manuais didáticos para pensar os silêncios que trazem sobre o papel da mulher negra em diversos e importantes acontecimentos históricos.

No trabalho de Ana Andrade, a partir da perspectiva de uma abordagem mais plural e diversa sobre a história dos/as africanos/as em seu lugar de origem ou fora dele, podemos encontrar os pontos positivos e negativos das narrativas presentes naquelas obras (Andrade, 2021, p.53). Dos três volumes escritos por Flávio de Campos, Júlio Pimenta Pinto e Regina Claro, apenas os volumes 1 (um) e 2 (dois) me interessaram. No primeiro, onde os/as autores/as fizeram uma longa e pretendida descrição crítica da história desde o surgimento dos primeiros humanos até a formação das monarquias absolutistas da Europa ocidental, dos 9 (nove) capítulos presentes destacarei o 8º, nomeado de império português. Os/as autores/as subdividiram o capítulo 8 (oito) em subtópicos, estratégia metodológica utilizada em toda a coleção. Da página 230 à 236 é explicado como a colonização do Brasil foi feita a partir da montagem de um sistema econômico que tinha por base a produção do açúcar. Aqui repete-se a ideia tão comum quando se fala desse período, a sociedade colonial brasileira surgiu em torno das plantations e dos elementos que a caracterizaram. Mas é o segundo subtópico que me chamou a atenção desde o título: “*Inferno dos negros, purgatório dos brancos, paraíso dos mulatos”*. É assim que é apresentada, e de uma certa forma resumida, a sociedade colonial brasileira para alunos/as e educadores/as que têm nesse suporte pedagógico a principal fonte de pesquisa sobre aquele período de nossa história.

Nessa parte do livro *Oficina de história* volume 1 (um) seus/suas autores/as não economizaram em contar os detalhes sofríveis em que africanos/as e afro-brasileiros/as escravizados/as viveram dentro das fazendas de engenhos espalhadas pelo território brasileiro. Naquele “doce inferno”, como dizem Flávio de Campos, Júlio Pimenta Pinto e Regina Claro, além de estarem sujeitos a horas intermináveis de trabalho, homens e mulheres escravizados/as

[...] eram submetidos a palmatórias, açoites e correntes, sendo muitas vezes mutilados para garantir sua disciplina. Em geral, os castigos eram aplicados pelo feitor, que podia ser um homem livre pobre, um indígena, um negro alforriado ou até mesmo um escravo de confiança do senhor [...] (Campos; Pinto; Claro, 2016, p.237).

Segundo esta narrativa, era costume entre senhores/sádicos em potencial, darem “[...] uma atenção maior aos animais, sobretudo aos cavalos, do que aos cativos [...]” (Campos; Pinto; Claro, 2016, p.237). Ao ler essa passagem, de imediato vieram à mente as imagens apresentadas no desfile em Fortaleza dos Nogueira-MA, principalmente as figura 3.I, 6.I e 8.I onde se pode ver os/as adolescentes “acorrentados/as”, alguns descalços e outro sendo puxado por um cavalo. Imagens tidas como única representação sobre a história daqueles/as homens e mulheres escravizados/as. Como se as palavras presentes no livro didático usado pela escola A se transformassem em imagens. De acordo com a narrativa presente no livro de Campos, Pinto e Claro, os sujeitos históricos submetidos à escravidão tornam-se apenas um objeto em que “[...] tanto seu trabalho quanto sua vontade pessoal pertenciam ao seu proprietário” (Campos; Pinto e Claro, 2016, p.237), eram meras mercadorias. E só se humanizavam diante de um ato de extrema violência, como por exemplo, ao cometer um crime (Campos; Pinto e Claro, 2016, p.248).

Condição naturalizada e que era passada de geração a geração “[...] até que, por iniciativa do proprietário lhes fosse concedida a alforria” (Campos; Pinto e Claro, 2016, p.237). A eles/as eram negados quaisquer tipos de relação que ultrapassassem os interesses políticos e econômicos de seus proprietários. Não se discute a existência de laços de solidariedade e afeto que também faziam parte do cotidiano daquelas pessoas. Sabemos que a liberdade de muitos/as não foi algo dado ou doado por um senhor ou uma senhora “generoso/a” ou ainda por uma princesa. Das 118 cartas de alforrias registradas no cartório de Carolina-MA analisadas por mim, 43 delas foram compradas por escravizados/as e 32, apesar de serem registradas como 'gratuitas', sempre vinham com alguma condição colocada pelo senhor/a para que realmente a liberdade fosse concretizada.[[53]](#footnote-52)

Feita a leitura do volume 1 (um) do produto educacional utilizado pelos/as aluno/as de ensino médio da escola A na busca de elementos que pudessem me ajudar a compreender as cenas presentes no desfile do 7 de setembro de 2022, e ao mesmo tempo justificar a necessidade da produção e divulgação do trabalho que venho desenvolvendo sobre a escravidão negra nos sertões de Pastos Bons, avancei nas leituras do volume seguinte. Aqui cabe uma observação: na coleção ora em análise, como acontece nas obras destinadas às escolas de ensino básico, os conteúdos de história regional praticamente desapareceram. Há algumas exceções. No volume citado, fatos históricos sobre o Maranhão aparecem em dois momentos. O primeiro a revolta de Beckman, em um único parágrafo (Campos; Pinto e Claro, 2016, p.64); e em segundo a Balaiada, resumida milagrosamente em dois parágrafos, não é citado o nome de nenhum líder desse movimento, mas não esqueceram do “[...] comandante Luís Alves de Lima e Silva, depois barão, conde e duque de Caxias, [que] conseguiu vencer os revoltosos [...]” (Campo; Pinto e Claro, 2016, p.184).[[54]](#footnote-53) Mas uma vez não vi menção às histórias que ouvia quando criança e adolescente.

A independência do Brasil está no terceiro tópico do quarto parágrafo do volume 2 (dois) da coleção *Oficina de história* (Campo; Pinto e Claro, 2016, p.144 a 158). Em resumo, os motivos que levaram o grito do Ipiranga dado por Pedro atenderam aos interesses de uma elite agrária e escravocrata (Campos; Pinto e Claro, 2016, p.149). Os/as autores/as destacaram alguns movimentos populares contrários ao 7 de setembro, como a batalha do Jenipapo, que ocorreu no Piauí e o movimento de 2 de julho na Bahia (Campos; Pinto e Claro, 2016, p.149-50). Nada se falou sobre o que ocorreu no Maranhão. Após fazerem uma descrição sobre as influências externas e internas que levaram o Brasil a oficializar seu rompimento político com Portugal em 7 de setembro de 1822, Flávio de Campos, Júlio Pimenta Pinto e Regina Claro concluíram que “[...] apesar de independente, o país ainda era o ‘inferno dos negros, e o purgatório dos brancos’” (Campos; Pinto e Claro, 2016, p.186).

Ao falarem sobre o processo de abolição da escravidão Campos, Pinto e Claro destacaram as medidas implantadas pelo governo brasileiro para garantir que o fim da escravidão no Brasil fosse lenta e gradual, sem grandes convulsões sociais. Nessa parte do texto citaram alguns nomes de abolicionistas negros como o de Luís Gama, Francisco José do Nascimento e André Rebouças, que poderiam ter suas vidas e imagens representadas no desfile de 7 de setembro (Campos; Pinto e Claro, 2016, p.220-224). Mesmo identificando alguns avanços teóricos e metodológicos nas obras analisadas, precisamos avançar. Muitas questões colocadas necessitam ser aprofundadas, destacando que, mesmo para assuntos já tão exaustivamente debatidos, existem outras narrativas.

O livro de história adotado pela escola B durante o ano de 2022, também envolvida na organização do pelotão sobre a escravidão negra no desfile cívico em Fortaleza dos Nogueiras-MA, não foi o mesmo da escola A. A coleção 1 (um), 2 (dois) e 3 (três) de *História global* de Gilberto Cotrim foi a escolhida. Foquei minha leitura no 2º volume desta coleção. Apesar dos avanços que o livro traz no que diz respeito à forma como os temas são trabalhados e as sugestões de atividades, a escravidão negra no Brasil ainda é tratada sob a ótica das necessidades que giravam em torno das demandas da implantação e desenvolvimento de uma sociedade açucareira na colônia. Na sessão intitulada *“cotidiano dos escravos nos engenhos”* Gilberto Cotrim, citando trechos do livro *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial,* do historiador Stuart Schwartz resume a vida de um/a escravizado/a em três substantivos, todos iniciados com a letra P: pau, pano e pão (Cotrim, 2016, p.37). Em seguida faz um resumo do significado prático de cada palavra para o dia a dia de um/a cativo/a em terras brasileiras. Primeiro, a partir de alguns relatos de viajantes estrangeiros, destaca que “[...] os escravos brasileiros eram mal-alimentados, mal-abrigados e malvestidos [...]”. Sofriam inúmeros e perversos castigos, e muitos, tinham suas vidas tiradas por senhores/as que utilizavam atos de extrema crueldade. Em relação as roupas que escravizados/as vestiam, Cotrim (2016, p.37) nos diz que

A vestimenta fornecida aos cativos era exígua A vestimenta fornecida aos cativos era exígua. Observadores do século XVII muitas vezes descreveram os escravos como andando “nus” e constantemente expostos às oscilações do clima. Os homens normalmente usavam ceroulas que lhes cobriam até abaixo do joelho, andavam sem camisa e envolviam a testa com um lenço ou uma faixa. As mulheres tinham trajes mais completos, com saia, anágua, blusa e corpete, mas tal vestuário pode ter sido usado apenas na hora da venda das cativas e não no trabalho do campo. Em geral dava-se aos escravos o “pano da terra”, um tecido grosseiro de fio cru.

Em relação ao o último P- pão, Cotrim destaca que os/as escravizados/as se alimentavam de tudo, muitos/as “[...] adulavam, mendigavam e roubavam por mais alimento [...]” (Cotrim, 2016, p.37). A narrativa deste manual didático sobre o cotidiano de homens e mulheres escravizados/as, assim como a utilizada pela escola A, ressalta os aspectos penosos e violentos em que aqueles sujeitos viveram. Um ponto a ressaltar é que na sessão sobre as lutas que os/as cativos/as empreenderam para resistirem à escravidão dentre as várias estratégias utilizadas, Cotrim fala das negociações que muitos/as tiveram que fazer com senhores/as para poderem garantir sua sobrevivência. As microrresistências cotidianas elaboradas por homens e mulheres cativos/as, também aparecem no livro de Cotrim como uma das atividades sugeridas pelo autor (Cotrim, 2016, p.50-51).

Em relação a história do Maranhão, Cotrim não foge do script presentes em outros manuais didáticos, são os mesmos acontecimentos, bem resumidos, que são trabalhados: Revolta de Beckmam, aparece dentro do capítulo onde o autor fala sobre os conflitos entre colonizadores e a Igreja Católica em relação à utilização dos povos endógenas como mão de obra (Cotrim, 2016, p.75). E a balaiada, que integra o conjunto de revoltas que assolaram o território brasileiro no período regencial, descrita como “[...] mais uma expressão da crise porque passava a sociedade brasileira [...]” daquele contexto histórico (Cotrim, 2016, p.203). Em relação ao 7 de setembro, a independência do Brasil, tema de trabalho das escolas que participaram do desfile cívico em Fortaleza dos Nogueiras-MA, Cotrim destaca os acontecimentos políticos, econômicos e sociais externos e internos que levaram D. Pedro a proclamar a independência do Brasil em 1822. Quando o tema da escravidão surge, o autor ressalta que a questão do fim da utilização da mão de obra escravizada no Brasil não era ponto de discussão da classe social que liderou todo o processo de independência, não queriam uma mudança social (Cotrim, 2016, p.162-175).

O lugar na história reservado aos negros e negras não pode se resumir ao um recorte, a escravidão, e apenas a um aspecto, de suas vidas, a violência (Albuquerque Júnior, 2012, p.34; Lovato, 2012, p.32). Faz-se necessário que o/a professor/a esteja atento/a para o fato de que “[...] a história quando se torna matéria escolar, explicita esse papel de formadora de sujeitos, de construtora de formas de ver, de sentir, de pensar, de valorizar, de se posicionar no mundo [...]” (Lovato, 2012, p.33; Albuquerque Júnior, 2012, p.31). O livro didático, apesar de suas limitações, ainda é uma ferramenta importante no processo de construção de indivíduos mais tolerantes com o diferente, que compreendam que o mundo em que vivem é diverso, onde o outro tem que ser respeitado em sua singularidade (Albuquerque Júnior, 2012, p.32-33; Andrade, 2021, p.50). Nesse processo, pregar o respeito às diferenças não é mais suficiente, é preciso problematizar o contexto histórico responsável pela produção da escrita, das falas e dos silêncios que invisibilizaram a história de todo um povo (Ribeiro, 2016, p.40-41; Santana, 2018, p.40).

Apesar de conter lacunas em relação a temas que ajudariam docentes e discentes do ensino básico a terem uma compreensão mais ampla do processo de formação da sociedade em que vivemos, as coleções didáticas elaboradas por Flávio de Campos, Júlio Pimenta Pinto, Regina Claro e Gilberto Cotrim trazem algumas questões que atendem às diretrizes elaboradas pelo MEC. A produção de um livro *didático ideal* (Schmidt *et al*., 2010, p.109-129), se é que ele existe, demanda questões que fogem do alcance dos seus ou seus autores/as. Como compreender diante dos avanços que tivemos nas discussões sobre a escravidão negra no Brasil dentro das academias ou ainda diante da promulgação da lei 10 639/03, nos depararmos com cenas como as representadas no desfile de 7 de setembro na cidade de Fortaleza dos Nogueiras-MA organizado por instituições de ensino? Como compreender a permanência de uma forma de ensinar e aprender a história do povo negro em terras brasileiras/maranhenses pautada em estereótipos que só contribuem para a formação de uma sociedade excludente movida pela crença na existência natural de pessoas “inferiores” (que foram e ainda são “acorrentadas” e arrastadas em ruas e praças públicas pelos seus/suas senhores/as) e pessoas “superiores” (brancas)?

A escola não é um corpo isolado da realidade social da qual faz parte. Também não é apenas um receptáculo inerte dos saberes oriundos dos centros acadêmicos. A escola

[...] mais do que um local de instrução e transmissão de saberes, passou a ser considerada como um espaço configurado e configurador de uma cultura escolar, onde se confrontam diferentes forças e interesses sociais, econômicos, políticos e culturais[...] (Monteiro, 2003, p.12).

As escolas de ensino básico devido às dinâmicas que as caracterizam, são responsáveis pela produção e reprodução de saberes diversos que influem e se deixam influenciar pelos conhecimentos que seus principais personagens (docentes/discentes) possuem e trocam, contribuindo para a ruptura ou permanência de narrativas históricas sobre nosso passado que reverberam em nossa contemporaneidade (Gatti Júnior, 1997, p. 34-35; Caciano, 2000, p.93).[[55]](#footnote-54)

O historiador e pesquisador francês Julia Dominique (2001, p.10) define a cultura escolar

[...] como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização).

Algo muito mais complexo do que os conhecimentos ditos científicos, saberes produzidos a partir dos diálogos com vários saberes intra e extrassala de aula que em muitos casos dão o tom ao aprendizado escolar. A discussão sobre novos temas, abordagens e perspectivas de análise sobre a escravidão negra, pelo visto nas imagens do desfile já tantas vezes citado, precisa ultrapassar os muros das universidades e chegar realmente onde esse aprendizado tem sentido prático, o chão da escola (Monteiro, 2001, p.126; Monteiro, 2003, p.15).[[56]](#footnote-55) Nosso currículo escolar ainda é pensado a partir de pressupostos europeus, é necessário dar espaço para inserção e efetivação de um ensino que inclua a história de todos os agentes que participaram da construção da sociedade onde alunos/as, docentes e escola estão (Lovato, 2012, p.26; Ziliotto, 2016, p.57). Um saber questionável ainda faz parte do repertório didático de muitos/as colegas, cujas sucessivas reformas de ensino nem sempre dão conta de provocar uma mudança profunda, que precisa de tempo para se efetivar. Não podem produzir milagres e de uma hora para outra acabar com um modo de ensinar que reflete as estruturas de dominação onde nossa sociedade foi gestada (Santana, 2018, p.39).

Então o que podemos fazer? O uso pedagógico de documentos apresenta-se como uma das alternativas para as aulas de história ministradas na educação básica, a partir dessa metodologia questiona-se a prática de ensino, muitas vezes a única, focada no/a professor/a e suas longas e muitas vezes cansativas aulas expositivas pretensiosamente carregadas de verdades inquestionáveis.[[57]](#footnote-56) Para Bittencourt, um dos principais efeitos produzidos pelo uso de documentos históricos por educandos/as no espaço escolar é introduzi-los/as às técnicas de trabalho utilizadas por historiadores/as na produção do conhecimento (Bittencourt, 2011a, p.327). O objetivo, como já disseram tantos/as estudiosos/as sobre a temática, não é converter adolescentes em jovens historiadores/as (Bittencourt, 2011a, p.327-328; Azevedo, 2016, p.28).[[58]](#footnote-57) Não podemos esquecer que os alunos/as do ensino de educação básica estão aprendendo história, ainda não adquiriram conhecimentos sobre o contexto em que aquelas fontes foram produzidas, expertise que faz parte do trabalho do/a profissional formado/a na área (Bittencourt, 2011a, p.329). Mas então qual seria o objetivo de tal metodologia?

Ao ter contato com documentos produzidos em outra época e local é dado ao/a educando/a oportunidade de compreender o processo de produção do conhecimento, de perceber que a história presente nos livros didáticos é o resultado de pesquisa que estabelece um diálogo entre passado e presente, tendo o documento como mediador. Dessa experiência pedagógica espera-se que os/as alunos/as possam exercer um papel de protagonismo dentro do processo de ensino-aprendizagem que fazem parte, desenvolvendo uma visão mais ampla e crítica sobre a história, e assim, dando um outro sentido ao conhecimento que aprendem, agora produzido por eles/as. A história dessa forma, deixa de ser compreendida apenas como uma sucessão de fatos, nomes e datas sem nenhuma relação com sua realidade (Camargo; Gonçalves, 1996, p.348; Souza, 2016, p.72 e 74).[[59]](#footnote-58) Um outro movimento pedagógico que o uso de documentos históricos nas salas de aula produz é a mudança de lugar que a escola durante muito tempo ocupou em relação ao um saber acadêmico. Nessa perspectiva, a escola deixa de ser apenas um receptor de um conhecimento a ser transmitido e torna-se, a partir das perguntas/pesquisas dos e das educandos/as aos documentos, lugar de produção de um saber que pode questionar ou ampliar as informações presentes nos manuais didáticos (Azevedo, 2016, p.46; Adriano, 2018, p.56).[[60]](#footnote-59)Apesar de abrir novos horizontes metodológicos para o ensino de história, o/a educador/a ao utilizar os documentos como ferramenta pedagógica precisa estar atento/a a alguns cuidados. Um dos primeiros, seria a adequação do documento ao ano e faixa etária dos/as educandos/as, na seleção do material a ser trabalhado em sala de aula “[...] é necessário lembrar que eles devem ser motivadores e não se [...] constituir em texto de leitura que produza mais dificuldades do que interesse e curiosidade [...]” (Bittencourt, 2011a, p.330). Outros/as autores e autoras destacam o perigo que há dos/as alunos e alunas de veem os documentos como fonte de uma verdade inquestionável, ou mesmo, apenas utilizá-los para exemplificar alguma coisa dita anteriormente (Camargo; Gonçalves, 1996, p.349; Savieto, 1996, p.483).[[61]](#footnote-60) É preciso levá-los/las a questionarem o próprio documento, entenderem o contexto onde ele foi produzido, descobrindo as inúmeras possibilidades de leituras e compreensão que podemos ter de um documento histórico (Camargo; Gonçalves, 1996, p.349).

Nos próximos capítulos utilizei algumas séries documentais para pensar como homens e mulheres escravizado/as conseguiram estabelecer relações que fogem da clássica imagem senhor x escravizado através de ações cotidianas. Não eram apenas bens semoventes ou objetos que poderiam ser agrilhoados e arrastados por animais pelas ruas, conseguiram, mesmo diante de várias adversidades, criar laços de solidariedade e sociabilidade entre si e entre livres e libertos/as. Ressaltando a importância da pesquisa e o uso dos documentos como recurso pedagógico para se construir outras narrativas sobre a escravidão negra no Maranhão.

**2 RELAÇÕES DE SOCIABILIDADES E SOLIDARIEDADE NO SERTÃO SUL-MARANHENSE.**

Enquanto educadora e diante da necessidade de se avançar sobre as questões que envolvem o ensino de história sobre a escravidão negra, a partir desse capítulo realizei um esforço para apresentar outras leituras sobre o cotidiano da população escravizada dos sertões sul-maranhenses. Nessa empreitada, os vestígios encontrados nocorpo documentalcitado linhas atrás mostraram-se de grande importância, a partir deles pude traçar um esboço sobre as redes de relações de solidariedade e sociabilidade (re)criadas por escravizados/as entre si e entre eles/as e livres e libertos/as, destacando as estratégias utilizadas em seu dia a dia para construírem espaços de autonomia e resistência dentro de um contexto que insistia em coisificá-los/as e invisibilizá-los/as.

Nesta parte do texto, optei por utilizar, na maioria das vezes, as escrituras de compra e venda de escravizados/as. Documentos que demonstram a

[...] transação comercial de algum bem, onde estavam envolvidos compradores, vendedores e testemunhas. Denominava-se uma escritura porque era realizada por um tabelião e era registrada em livros cartoriais; era também pública porque estava sob controle do Estado, escrita por um burocrata imperial; e, finalmente, era uma compra e venda porque tinha o fim de transacionar de forma legal qualquer bem: casas, terras, móveis, escravos etc. Assim, este documento produzido durante o século XIX com o objetivo de tornar público e legal as relações comerciais e com o fim de evitar problemas de embargo e herança, torna-se privilegiado para entender a dinâmica comercial de escravos, já que apresenta informações relevantes sobre os trâmites da obtenção de cativos na época (Caratti, 2009, p.4).

Os registros analisados de compra e venda de escravizados/as da Carolina-MA na segunda metade do século XIX, de uma forma geral têm a seguinte estrutura. No início eram colocados os dados gerais sobre o documento, tais como: sua natureza (venda ou compra), os nomes do/a comprador/a, vendedor/a e da pessoa que estava sendo transacionada (negociada). Logo em seguida, foi colocado o ano, mês, dia e local (cidade e província) onde foi registrada a escritura. Há informações sobre os/as contratantes a exemplo do local de residência, profissão e estado civil e outros qualificativos do lugar social que ocupavam (capitão, coronel, alferes, dona[[62]](#footnote-61) etc). Sobre o/a escravizado/a, as informações variaram um pouco. Constava o nome, cor, idade, estado civil, profissão, origem, se tinha filhos/as e seu preço. Em alguns documentos encontrei o número da matrícula[[63]](#footnote-62) do/a cativo/a comercializado/a. Para tornar o documento legal, além da ‘fé’ dada pelo tabelião, havia a necessidade da assinatura das testemunhas, colocadas no final do registro.[[64]](#footnote-63)

Nas transações comerciais envolvendo escravizados/as era exigido pelo governo brasileiro, para a cobrança do imposto, a sisa. Quando, em 18 de dezembro de 1882 Agostinho Antonio de Medeiros vendeu o escravizado Antônio, mulato, roceiro de 38 anos de idade, à Dona Juliana Moreira Pereira por 400 mil réis, foi cobrado 4 000 réis de sisa por esta negociação (Registro de Compra e Venda de Escravizado (RCVE) de Antônio, 1882, p.9v). Já na venda de Benecdito, roceiro de 20 anos de idade realizada em 15 de setembro de 1883, por Francisco Cavalcante Maranhão a Raimundo das Neves Lima, foi recolhida aos cofres do Estado o valor de 22 mil réis (RCVE de Benedicto, 1883, p. 25v). 32 mil réis foi a sisa paga na venda da escravizada Antônia, roceira de 15 anos de idade, feito pelo Alferes João José Nolleto a João Ayres da Sylva Jocca em 9 de setembro de 1875 (RCVE de Antônia, 1875, p.4).

No Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão em São Luís-MA, localizei 169 documentos referentes a negócios envolvendo 192 escravizados/as sul-maranhenses. Esse corpo documental é composto por 8 escrituras de hipotecas, 5 de doação e 3 de permutas, todas entre as décadas de 1850 e 1860. Em relação às escrituras públicas de compra e venda de escravizados/as, 4 são da década de 1850; 49 da década de 1860; 66 da década de 1870 e 33 da década de 1880, fazendo um total de 152 registros. A partir dos fragmentos presentes nesta documentação procurei compreender as redes de relações de sociabilidades e solidariedades que homens e mulheres escravizados/as construíram no sertão sul-maranhense.

Percebi que as décadas de 1860 e 1870 foram os períodos em que houve um maior fluxo de venda e compra de escravizados/as registrados/as no cartório de Carolina-MA. As medidas promovidas pelas autoridades brasileiras, a partir dos anos de 1850, visando colocar um fim ao regime de trabalho escravizado no Brasil, devem ter contribuído para aumentar as transações comerciais internas envolvendo escravizados/as. A Lei Eusébio de Queirós aprovada em 1850 é um exemplo. A partir daquela data, cessava a vinda para o Brasil de mão de obra africana. Diante deste fato os/as grandes proprietários/as, dependentes do trabalho de homens e mulheres cativos/as, passaram a buscá-los/as dentro do próprio território brasileira, desenvolvendo, assim, um intenso e lucrativo comércio interno de mão de obra escravizada.

Em relação ao Maranhão, a aprovação da Lei Eusébio de Queirós contribuiu para aumentar o cenário de crise. A partir de então, acentua-se “[...] um movimento de exportação de escravos para fora da Província, dando origem a um novo ramo de negócios, sobre o qual as autoridades constituídas não conseguiram ter nenhum controle, o tráfico interprovincial” (Ribeiro, 1990, p.84). O Maranhão junto com outras províncias do Norte-Nordeste, tornaram-se, nas palavras da professora e historiadora maranhense Jalila Ribeiro, uma “nova costa africana” (Ribeiro, 1990, p.84).

A situação difícil que a economia maranhense vivia na década de 1850, causando um forte declínio ao setor produtivo e de exportação, também atingiu a criação de gado. Sobre esse período a professora Jalila Ribeiro (1990, p.54) destaca que

Em meados do século XIX, no processo de declínio da produção maranhense, a pecuária não foi exceção. A partir da década de 1850 o consumo de carne era superior à oferta. Nos relatórios presidenciais passam a ser constantes os comentários sobre a falta de carne, em especial na capital, e seu elevado preço. Anualmente, milhares de cabeças de gado eram importadas.

Dos 152 RCVEs transcritos por mim em apenas 2 (dois) há referências que os escravizados negociados teriam como destino os mercados do sudeste. Foram os casos dos meninos Tibencio, de 16 anos, e Manoel, de 17 anos de idade, que em 1877 foram vendidos para Ernesto Ribeiro da Silva, morador na cidade de Oliveira da província de Minas Gerais, e presente em Carolina-MA (RCVE de Tibencio e Manoel, 1877, p.39v e p.45 respectivamente). No registro de venda de Tibério o comprador declarou que o revenderia (RCVE de Tibencio, 1877, p. 41).

As dinâmicas das relações de compra e venda de cativos/as, vislumbradas a partir dos RCVEs de Carolina-MA, da segunda metade do século XIX, concentraram-se dentro da própria província do Maranhão. Carolina, Pastos Bons, Caxias, Imperatriz, Riachão, Mirador e a capital São Luís apareceram como possíveis destinos dos escravizados/as negociados/as. Tais indícios sugerem que a maioria daqueles/as homens e mulheres cativos/as não foram desterrados/as com o tráfico interprovincial e levados/as para as fazendas de café que se espalharam pelo Sudeste, pelo menos diretamente. O escravizado Manoel, de 42 anos de idade, foi vendido em 10 de janeiro de 1883 por José Maria Gonzales Araújo à Carolina Barbosa Mascarenhas, ambos moradores na cidade de Carolina-MA (RCVE de Manoel, 1883b,[[65]](#footnote-64)p.15V). Também eram de Carolina o Tenente José Cavalcante Maranhão e Feliciano Rodrigues da Silva, que em 19 de outubro de 1875 negociaram o escravizado Felix de 46 anos e descrito como agricultor (RCVE de Felix, 1875, p.5).

Em 1873 o escravizado chamado Pedro de apenas 14 anos foi vendido à Dona Juliana Moreira de Medeiros, moradora na rua Direita na cidade de Carolina-MA, consta nesse registro que Pedro morava em um lugar chamado São Manoel com seu senhor o Major Justino Antônio de Medeiros (RCVE de Pedro, 1873a, p.32v). Retirado do meio dos seus, foi também o escravizado Eduardo, solteiro e roceiro, quando seu senhor João de Aquino Pereira, morador no lugar Folha Larga, do termo da cidade de Carolina-MA, à Pedro Pinto Ribeiro, comerciante na cidade de Caxias-MA (RCVE de Eduardo, 1875, p.8v). Não foi apenas uma mudança de campo para a cidade que aquelas transações promoveram na vida de Pedro e Eduardo. Estes, na cidade, teriam que (re)criar laços de sociabilidades e solidariedades, estabelecer outros acordos dentro e fora de seu grupo jurídico-social que pudessem lhes garantir a sobrevivência longe do lugar e das pessoas que conviviam até a suas vendas.

Não havia dentro da lógica comercial escravista um limite para que um/a escravizado/a pudesse deixar de ser comercializado/a. A pequena Joanna, de apenas 6 anos de idade, foi vendida por Romão Gomes de Souza ao Major Justino Antonio Medeiros, ambos moravam na zona rural de Carolina-MA, em 13 de junho de 1873 (RCVE de Joanna, 1873, p.34). Desde cedo aprenderia que viver e morrer no meio dos seus não seria uma tarefa fácil para aqueles/as que tinham sua liberdade cerceada por interesses que estavam fora de seu alcance. Nada encontrei sobre as relações que Joanna foi obrigada a abandonar, mas posso conjecturar que uma rede de relações que lhe ajudava a sobreviver em meio aos mandos e desmandos de seu senhor foi desfeita, e seria urgente a criação de outra na sua nova morada.

A história da venda do escravinho Hygino, de 10 anos de idade, ocorrida em 7 de agosto de 1860 para o Tenente Coronel Felisdelphio Antonio Noronha, morador na província de Goiás; e de Faustino, de 13 anos de idade, ocorrida em 26 de fevereiro de 1862 a José dos Santos Correa, cuja residência ficava localizada na cidade de Sobral na província do Ceará, indica que as redes de sociabilidades e solidariedades que escravizados/as dos sertões sul-maranhenses não eram (re)construídas apenas dentro da província maranhense. Os casos acima são exceções. As transações comerciais envolvendo a mão de obra escravizada na Carolina-MA da segunda metade do século XIX, na maioria dos casos analisados, foram feitas por pessoas que viveram em diferentes lugares dentro da própria província do Maranhão. O comércio de escravizados/as e a possibilidade que aqueles sujeitos tinham de (re)construção de redes de solidariedade e sociabilidade eram locais ou próximos à Carolina-MA.

**2.1 SENHORES E SENHORAS X ESCRAVIZADOS E ESCRAVIZADAS**: relações permeadas por tensões e acordos.

Já disse acima, que a maioria dos/as escravizados/as comercializados/as foram vendidos/as e comprados/as por indivíduos que viviam na província do Maranhão, muitos/as moravam na mesma cidade, Carolina-MA. Por tanto, eram vizinhos/as e alguns/mas daqueles/as negociadores/as pertenciam à mesma família. Assim, os cativos/as, mudariam de moradia, mas teriam a possibilidade de manter as redes de relações pessoais e sociais construídas antes da sua venda. Foi o caso, por exemplo, do mulato escravizado Lourenço, de 30 anos, que teve como vendedor Francisco Gomes de Gouveia e como comprador Hilário Gomes de Gouveia, moradores de Carolina-MA (RCVE de Lourenço, 1870, p.10v).

Nas dinâmicas que caracterizaram as transações de compra e venda de escravizados/as nos sertões sul-maranhenses, voltar a viver sob o domínio da família de seu ex-senhor era uma situação possível de ocorrer. Vejamos o exemplo de Luisa. Aos 11 anos de idade Luisa foi comprada pelo Tenente Coronel Ildefonso Barbosa Mascarenhas, que em 30 de dezembro de 1870 pagou a quantia de 400 mil réis ao também Tenente Coronel Joaquim Ayres da Silva pela referida escravizada (RCVE de Luisa, 1870a, ‌p.11v-12). Dois anos depois, precisamente em 4 de setembro de 1872, Luisa volta a pertencer a família Ayres da Silva. A negociação junto ao Tenente Coronel Ildefonso Barbosa Mascarenhas foi feita pela viúva do Tenente Coronel Joaquim Ayres da Silva, Dona Joaquina Ayres da Silva, todos moradores na rua do Cemitério da cidade de Carolina-MA, era um negócio realizado entre vizinhos (RCVE de Luisa, 1872b,‌ ‌p.25v e 26).

Dona Joaquina Ayres da Silva não diz quais os motivos que a levaram a readquirir Luisa. Esta, pela proximidade de seus senhores que moravam na mesma rua, provavelmente não deixou de frequentar a casa dos Ayres da Silva e consequentemente se distanciar dos vínculos lá construídos, importantes para ela e para Dona Joaquina Ayres da Silva que não se incomodou de pagar 100 mil réis a mais para ter Luisa de volta a sua casa (RCVE de Luisa, 1872b,‌ ‌p.25v e 26). A sociedade que se formou nos sertões dos pastos bons do século XIX, era uma sociedade dinâmica, mestiça e complexa. As relações não eram engessadas. As pessoas não estavam confinadas nas fazendas ou dentro de seu círculo jurídico-social. Elas se movimentaram, se encontraram, se relacionaram, se misturaram, inverteram a ordem vigente. Nas relações cotidianas construídas o conflito era presente, mas também foram criadas brechas possíveis de (re)estabelecer diálogos, acordos e negociações. Esse sertão não era só rural, era escravista também. Os vínculos que Luisa havia construído na propriedade de seu e sua antigo/a senhor/a não foram rompidos com sua venda ocorrida em 1870, provavelmente teriam sido eles que contribuíram para a volta de Luisa à casa dos Ayres da Silva em 1872.

Homens e mulheres escravizados/as pertenciam a um sistema mercantil sujeitos a todas as opressões. O futuro de suas vidas não era determinado apenas pelas transações de compra e venda realizadas pelos/as seus e suas senhores/as. Momento também delicado era quando se viam diante de disputas judiciais devido a morte de seus/suas proprietários/as. As relações formadas por livres, libertos/as e escravizados/as no Sul do Maranhão do Oitocentos eram marcadas por histórias complexas e instigantes como a da escravizada Benta. Em 1873 parte significativa de Benta passou a pertencer à mulher do Tenente Coronel Ildefonso Barboza Mascarenhas, Anna Joanna Ferreira, como herança do espólio deixado por seu pai Martinho Ferreira da Silva. Na época, Benta já tinha uma filha que a acompanhava chamada Egidia de apenas 18 meses (RCVE de Benta, 1973a, p.36; 36v e 37). Ser escravizado/a era ter seu destino, na maioria das vezes, atrelado à existência e vontades de seus/suas senhores/as, o que gerava muitas incertezas. Estas só aumentavam em situações como a de Benta. Uma parte de seu corpo e de sua vida, assim como também a de sua filha Egídia, mesmo sendo livre, passava a pertencer ao Tenente Coronel Ildefonso. E a outra?

A outra foi deixada por Martinho Ferreira da Silva ao seu neto Pedro Fernandes da Silva (RCVE de Benta, 1876b, p.24). A data de 24 de outubro de 1876 marca um momento importante para Benta e sua pequena família. Honório Ayres da Silva, de uso de suas atribuições legais, vende ao Tenente Ildefonso Barbosa Mascarenhas que já era senhor da maior parte da escravizada Benta, à parte que tinha da referida escravizada, pela quantia de cento e trinta mil réis moeda corrente (RCVE de Benta, 1876b, p.25).

Parece-me que ao longo dos anos Ildefonso Barbosa Mascarenhas construiu uma relação “amistosa” com sua escravizada Benta. Esta, em 5 de setembro de 1885, levou à pia batismal da Freguesia de Carolina, para receber os santos óleos, sua filha Manuela, uma recém-nascida de pouco mais de 1 (um) mês. Na ocasião, o senhor de Benta, Ildefonso Mascarenhas, foi registrado como padrinho da pequena Manuela (Registro de Batismo (RB) de Manuela, 1885, p.103). Caso raríssimo de acontecer entre as escravizadas e seus proprietários nos sertões sul-maranhenses. Senhores, geralmente apadrinharam filhos/as de cativas pertencentes a outros/as proprietários/as e não formavam vínculos tão sólidos e importantes dentro de sua própria escravaria (Andrade, 2020, p.130). Mas casos como o do Tenente Ildefonso Mascarenhas e sua escravizada Benta, mostram o quão intrincadas eram as relações sociais formadas nos sertões sul-maranhenses. E o laço de compadrio formado entre Benta e Ildefonso Mascarenhas

[...] mais uma vez, acabou contribuindo para o alargamento das redes de relações de sociabilidade e de solidariedade que eram gestadas na época. Escravizado/a e senhor/a se encontravam e se misturavam, ao mesmo tempo em que podiam se chocar, se contrapor. Isso ajuda a pensar a sociedade formada por relações não só de conflitos, mas também de negociações, de barganhas, de concessões e, por que não dizer, também de afeto? (Andrade, 2020, p.130).

Mesmo diante das adversidades que marcaram sua vida, enquanto um bem que pertencia a outro e a ele estava sujeita, Benta, agora com 29 anos, tinha aumentado sua família, e com ela ampliado a rede de relações que poderia ter lhe dado amparo, ajuda, conforto e afeto nesses 14 anos que estava sob o domínio da família Mascarenhas. A madrinha de Manuela, foi [ilegível] Francisca Coelho, a qual, por não constar se era escravizada ou liberta, considerei-a uma mulher livre.

Não foi somente entre escravizada e senhor que se estabeleceram vínculos que relativizam a clássica imagem que se tem sobre tais relações: o/a escravizado/a apenas como vítima passiva das maldades de senhores/as sádicos/as, muitas vezes, as únicas representações presentes em alguns livros didáticos e nas salas de aula de ensino básico quando essa temática é abordada.[[66]](#footnote-65) O testamento da liberta Maria Pinto de Oliveira nos dá pistas de como aqueles indivíduos criaram vínculos que não eram tão simples de serem compreendidos. No referido documento consta que em 1866 Maria Pinto de Oliveira conseguiu a sua tão sonhada liberdade, alforriou-se. Na época não contava com a presença da mãe, Felipa, já falecida e pertencente a Bernardo Pinto de Oliveira. Ao fazer seu testamento em 1879 a liberta Maria Oliveira registra que fora casada por duas vezes, em primeiras núpcias com o indígena José Maria, e em segundas núpcias com o indígena Rufo, ambos falecidos e sem deixar filhos/as (Testamento de Maria Pinto de Oliveira, 1879. p. 244 e 245).

Maria Pinto de Oliveira construiu sua história a partir de uma rede complexa de relações. Os vínculos sociais que estabeleceu ao longo dos seus 65 anos de idade mostram como aqueles indivíduos, apesar de estarem sujeitos a uma sociedade tão opressora, não ficaram presos aos espaços e papéis que lhes eram imputados. Ter sido casada em primeira e segunda núpcias com indígenas, mostra que Maria de Oliveira teve no alargamento dos seus laços pessoais vínculos de sociabilidade e solidariedade que foram para além de seu grupo de convívio mais restrito. Parece-me que mesmo após sua liberdade o contato e ligação que existiam com a família de seu antigo proprietário, Bernardo Pinto de Oliveira, continuaram. Os indícios presentes na documentação apontam que tais laços eram muito significativos para a testadora. Maria de Oliveira nomeou seu afilhado, o menino Manuel Pinto de Oliveira, como seu único herdeiro (Testamento de Maria Pinto de Oliveira, 1879. p.245). Pelo sobrenome de Manuel, *Pinto de Oliveira*, suponho que o beneficiário dos espólios da liberta Maria pertenceria à mesma família de seu ex-senhor. Possivelmente um neto de Bernardo Pinto de Oliveira que teria convivido com Maria e despertado nela afetos que a levaram a nomeá-lo como seu único herdeiro.

Nos negócios de venda e compra de escravizados/as no sertão dos Pastos Bons alguns nomes e sobrenomes se repetiram. Ayres, Silva, Ribeiro, Motta, Rodrigues, Pereira, Gomes dentre outros, são alguns dos sobrenomes de pessoas que frequentemente apareceram ora como compradoras, ora como vendedoras. Não era só no litoral que o comércio e posse de escravizados/as constituíram uma das fontes de poder, apresentaram-se também como um importante elemento de distinção socioeconômica entre algumas famílias sertanejas sul-maranhenses.

Analisando as escrituras de transações comerciais de escravizados/as, percebi que houve um maior número de homens comprando ou vendendo em relação às mulheres. Em alguns casos o nome se repetiu, isto é, apareceu mais de uma vez negociando cativos/as. Dentre eles, destaco o Major Filadelphio Antonio Noronha, que teve seu nome registrado por 10 vezes no cartório de Carolina-MA como comprador de escravizados/as. Essas compras, em sua maioria, ocorreram na década de 1860 e envolveram uma ou, no máximo, duas pessoas escravizadas. O Major Filadelphio Antonio Noronha também vendeu mão de obra escravizada. Os negócios do Major Filadelphio envolvendo mão de obra cativa não se restringiram à compra e venda. O Major apareceu como hipotecário do escravizado de nome Honorato que recebeu de uma dívida feita por Francisco Alves Ferreira (Escritura de Dívida e Hipoteca do Escravizado Honorato, 1860, p.74).

Diversas também eram as relações mercantis envolvendo carne humana feitas pelo Capitão Diocleciano Augusto Maranhão. Seu nome foi registrado 5 (cinco) vezes comercializando cativos/as. Uma dessas transações comerciais ocorreu em 23 de fevereiro de 1878. Na ocasião, por razões que desconheço, o Capitão Diocleciano juntou-se com o Alferes Joaquim Antônio Nogueira e compraram de Virgílio Marones da Motta a escravizada Maria, roceira, de 26 anos de idade (RCVE de Maria, 1878b,‌ ‌p.3). Três meses depois, em 23 de maio de 1878, a mesma Maria foi vendida por Diocleciano e Joaquim aos seus afilhados Pedro e Antônio pelo mesmo valor pago a Virgílio da Motta, 500 mil réis (RCVE de Maria, 1878b,‌ ‌p.6v).

Não foram só os moradores de Carolina que movimentaram o mercado de escravizados/as. Naquele universo de negociadores/as de cativos/as Pedro Pinto Ribeiro, um comerciante da cidade de Caxias-MA, através de seu procurador Joaquim Pereira de Alcântara Cabral, adquiriu 5 (cinco) mancípios/as, comprados/as dos moradores/as de Carolina-MA e adjacências. Nos registros não constam que tipo de comércio o referido comprador exercia, mas seja qual for, os/as escravizados/as Eduardo (RCVE de Eduardo, 1875, p.8v), Christino (RCVE de Christino, 1876, p.11), Basília (RCVE de Basília, 1876, p.14v), Pio (RCVE de Pio, 1876, p.17) e Athanasio (RCVE de Athamasio, 1877, p.31v-32) comprados/as por Pedro Pinto Ribeiro seriam uma das mercadorias disponíveis em seu estabelecimento comercial. Importante ressaltar que de uma forma geral nos documentos por mim analisados, não era recorrente o registro de comerciantes vendendo ou comprando escravizados/as, o caso de Pedro Pereira é uma exceção.

Não encontrei grandes lotes de cativos/as sendo negociados/as, isso pode ser explicado devido à pequena quantidade de escravizados/as daquela região se comparado às grandes plantações do Norte do Maranhão. Em apenas uma escritura foi registrada uma transação envolvendo 4 (quatro) escravizadas, Maria, Francisca, Leonça e Florinda. Estas, junto com outrosbens semoventes, foram vendidas por Virgilio Marones da Motta e sua mulher Dona Maria da Motta e Silva para Dona Felizarda da Motta e Silva, era um negócio entre parentes‌ (RCVE de Maria, Francisca, Leonça e Florinda, 1872,‌ ‌p.20v e 21). Pelas idades que constam no registro de compra e venda de Maria, 25 anos; Francisca, 17 anos; Leonça, 19 anos e Florinda de 64 anos, passei a conjecturar que entre as 4 (quatro) mulheres houvesse laços para além da sua condição de escravizadas, elas poderiam formar uma família. Virgilio Marones da Motta e sua mulher Dona Maria da Motta e Silva possivelmente estavam vendendo e consequentemente mantendo mães e filhas juntas.

Na cidade de Carolina-MA e em suas vizinhanças era constante a presença de negociadores de bois, de terras e de gente. Cabe ressaltar que, mesmo havendo a repetição de pessoas como compradores/as ou vendedores/as de escravizados/as, não posso aferir que essas pessoas tinham nesse comércio sua principal atividade econômica. O que os indícios presentes na documentação cotejada apontam é que tais transações faziam parte dos negócios que movimentaram a economia local e envolveram um número pequeno de mão de obra em cada transação realizada com objetivo, aparentemente, de atender as necessidades dos serviços de senhores e senhoras sul-maranhenses e adjacências.

Em tais documentos, não busquei compreender apenas as movimentações econômicas que envolveram homens e mulheres escravizados/as. Procurei neles, como sugere a historiadora e pesquisadora maranhense Maria da Glória Correia, “[...] vestígios de suas trajetórias de vida que [pudessem] desvelar as marcas de seu ser, suas angústias e medos, desejos e esperanças, desenhar o mapa de seus afetos [...]” (Campos, M., 2010, orelha do livro). Destaco, por exemplo, o caso de Maria, negociada pelo Capitão Diocleciano, citada acima,[[67]](#footnote-66) que em menos de um ano mudou três vezes de dono, aquelas transações mercantis não representaram apenas uma mudança de proprietário e de sua moradia, mas também uma transformação em toda as redes de relações pessoais e coletivas há muito construídas por Maria e tantos/as outros/as mancípios/as que teriam que ser (re)construídas e ressignificadas.

Dentro do quadro social e econômico desenhado pelos vestígios presentes nos RCVEs sobre a sociedade sertaneja sul-maranhense nas últimas décadas do Oitocentos, chamou-me a atenção a presença de mulheres à frente dessas negociações. Dos 152 registros analisados, em 24 senhoras/donas aparecem como compradoras e em 21 como vendedoras. Um exemplo foi Dona Juliana Moreira Pereira que se dirigiu 7 (sete) vezes ao cartório de Carolina-MA para registrar a compra de escravizados/as. Um desses casos envolveu uma outra Dona, Felizarda Maria da Motta, que em 7 de junho de 1875 vendeu à Dona Juliana Moreira Pereira a escravizada Vicença, com 18 anos de idade e solteira (RCVE de Vicência, 1875,‌ p.2).

Dona Rita Diamantina Pereira da Costa também aparece algumas vezes, precisamente 3 (três), como compradora de mão de obra cativa. Em uma dessas negociações Dona Rita não levou de imediato para sua casa “as mercadorias” recém-adquiridas. Foi dado ao senhor Avelino Augusto da Silva, vendedor, um prazo de 12 meses para entregar os escravizados, Rozária e Diogo, ou o valor pago pelos cativos à compradora, na época um conto e duzentos mil réis. Rozária e Diogo também teriam um ano para reestruturarem as redes de relações que haviam construído enquanto estavam sob a posse de Avelino da Silva e pensarem nas estratégias de sobrevivência que iriam criar na nova residência, caso seu senhor não conseguisse pagar a dívida. Não eram só os planos de Avelino Augusto da Silva e de Dona Rita Diamantina Pereira da Costa que ficavam suspensos (RCVE de Rozária e Diogo, 1881, p. 64-65).

Marize Campos (2010, p.43) destaca que apesar dos avanços nos estudos sobre a participação das mulheres na vida política e econômica do Brasil Setecentistas, e Oitocentista,

[...] poucos são os trabalhos acerca da mulher na economia escravista como investidora, consumidora e transmissora de processos socioideológicos [...] [muitas daquelas mulheres] no Brasil [...] se não possuíam poder político, possuíam poder econômico: eram detentoras de terras e escravos e não raras vezes encaminhavam petições por terras e cuidavam atentamente da demarcação das propriedades que possuíam.

Dona Juliana Moreira Pereira, Dona Rita Diamantina Pereira da Costa, Dona Umbelina Ayres Garcia, Dona Francisca Bernardina de Vasconcellos, Dona Raimunda Bernardina de Vasconcellos, Dona Felizarda Maria da Motta e Dona Maria Joaquina de Souza que aparecem ora como compradoras, ora como vendedoras[[68]](#footnote-67) não eram uma Juliana de tal ou uma Rita de tal. O fato de o escrivão destacar que elas eram *Donas,* possivelmente, assim como fizeram com os títulos de Capitão, Alferes, Tenentes etc. dados a alguns senhores, estaria associada a uma distinção que, dentro daquela sociedade sertaneja sul-maranhense, não se restringia apenas a questões econômicas, era também social e cultural.

As relações sociais que caracterizaram os sertões nordestinos no século XIX gestaram “[...] uma sociedade fundamentada no patriarcalismo. Altamente estratificada entre homens e mulheres, entre ricos e pobres, entre escravos e senhores, entre ‘brancos’ e ‘caboclos’ [...]” (Falci, 2004, p.204). Mas, apesar dessa realidade, aquelas mulheres, encontraram brechas para construir espaços de autonomia. Dona Juliana, Dona Felizarda, Dona Rita e tantas outras mulheres “Donas” não se limitaram a ficar reclusas em seus lares cuidando de seus afazeres domésticos. E mesmo diante de algumas limitações, estiveram à frente dos negócios de sua família.

Diante de uma dificuldade financeira, senhores/as utilizaram seus/as cativos/as como garantia para quitarem suas dívidas. Foi o que ocorreu aos/as escravizados/as Luzia, de 38 anos; a João, de 8 anos; a Justino de 3 anos e a Joanna com pouco mais de 2 anos de idade. No dia 6 de novembro de 1854 aqueles/as cativos/as foram hipotecados/as por seu senhor, o Capitão José Thomaz Ribeiro, como garantia de uma dívida que fez com o Alferes Joaquim Marques dos Reis (Registro de Dívida e Hipoteca da Escravizada Luzia, João, Justino e Joanna, 1853, p.2v).

O mesmo aconteceu com Raimunda, seus filhos João de 11 anos e Victorio de 10 anos de idade. É importante registrar que Raimunda também era acompanhada por um filho ingênuo, chamado Thomaz. Toda a família de Raimunda foi hipotecada em 28 de fevereiro de 1881 por Balthazar José Martins para pagar uma dívida de 2 000$000 de réis a João José de Souza Milhomem. O destino de Domingas e sua família ficou à mercê das vicissitudes da vida de seu senhor (Registro de Dívida e Hipoteca da Escravizada Raimunda, 1873, p.352-353). Caso conseguisse pagar sua dívida, Domingas e seus filhos continuariam na propriedade de Balthazar José Martins, gozando da companhia das relações que já haviam construído, caso contrário, teriam que enfrentar as incertezas que a mudança de proprietário e moradia causariam com aquela negociação.

**2.2 HOMENS, MULHERES E CRIANÇAS ESCRAVIZADAS:** toda mão de obra era bem-vinda!

Nas escrituras de compra e venda de escravizados/as não se encontra apenas dados sobre as transações econômicas. Nestes documentos foram também registradas informações que caracterizaram física, social e juridicamente cada sujeito negociado. São estes dados que me interessam. Neste subcapítulo, a partir dos fragmentos encontrados nos documentos analisados, procurei saber como a população escravizada dos sertões sul-maranhenses era descrita e o que estas descrições poderiam sugerir sobre as relações que aqueles indivíduos estabeleceram entre si e entre livres e libertos/as que viveram naquele lugar e período histórico.Na primeira análise destes dados identifiquei a existência de uma população escravizada, cuja tez da pele correspondia a uma paleta com cores múltiplas. Na Tabela 1 estão presentes as cores/qualidade atribuídas à pele dos/as escravizados/as negociados/as na Carolina-MA da segunda metade do século XIX.

Tabela 1 - Cores/Qualidades de escravizados/as.

| **Cores/Qualidades** | **Nº de escravizados/as encontrados/as na pesquisa nos RCVEs** |
| --- | --- |
| Crioulo/a | 39 |
| Cabra[[69]](#footnote-68) | 51 |
| Mulato/a | 13 |
| Preto/a | 34 |
| Pardo/a | 14 |
| Cafuza | 3 |
| Caboclo/a | 1 |
| Fula | 1 |
| Não consta | 12 |

Fonte: Autoria própria (2023).

.

Sobre as denominações étnicas do século XIX, Ticiane Nunes, Nadja Pinheiro e Expedito Ximenes em seus estudos apontam que tais registros representavam muito mais do que uma simples classificação, funcionavam também, como elemento de distinção político-social (Nunes; Pinheiro; Ximendes, 2017, p.104). Em relação às cores de homens e mulheres escravizados/as registradas em documentos do Oitocentos, é preciso fazer-lhes uma análise socioeconômica, não esquecendo qual era o lugar social que homens e mulheres negros/as ocupavam e assim,

realizar uma problematização das terminologias de classificação racial que a eles eram dirigidas, tentando descrevê-las a partir de suas relações com a escravidão. No período relativo à escravidão, em especial o século XIX, havia vários termos utilizados como forma de designação da população negra e há uma tendência de explicar esse fenômeno através da miscigenação, colocando em segundo plano aspectos ligados às relações sociais. Desta forma, termos como preto, pardos, mulatos, crioulos, cabras tendem a ser considerados a partir de uma interpretação que nem sempre leva em conta sua função social (Fonseca, 2009, p.202).

Eduardo Paiva (2015, p.30-31), refletindo sobre essa questão, destaca o termo "qualidade" como mais um conceito utilizado para distinguir, classificar e construir hierarquias étnico-sociais entre

[...] os indivíduos e os grupos sociais a partir de um conjunto de aspectos (ascendência familiar, proveniência, origem religiosa, traços fenotípicos, tais como a cor da pele, o tipo de cabelo e o formato de nariz e boca), pelo menos quando isso era possível. Quando não era possível essa conjunção, os elementos mais aparentes e/ou convenientes eram acionados para que a identificação se efetuasse, e o que certamente variou de região para região, de época para época, em uma mesma época e em uma mesma região.

Ao registrar a cor nos documentos sul-maranhenses do século XIX não se estava assinalando apenas a tonalidade da pele dos sujeitos escravizados, mas também marcando a posição que cada um assumiria dentro daquela sociedade violentamente estratificada. Esse marcador físico, social, econômico e cultural, pardo/a, preto/a, cabra, caboclo/a, criolo/a e outros, foi registrado apenas para a população escravizada ou para àqueles/as recém-saídos/as da escravidão, ou seja, os/as libertos/as. Os/As compradores/as e vendedores/as de mão de obra cativa, em nenhum registro analisado por mim, tiveram as cores de peles/sociais registradas.

Na escritura de venda de Simão, escravizado, descrito como crioulo, com idade de 25 anos, solteiro, roceiro e natural da província de Carolina, as informações sobre seu vendedor, Belizário Antônio de Mattos, e seu comprador, Firmino de Araújo Coelho, são apenas os lugares onde viviam, o primeiro era de Carolina-MA e o segundo da província de Goiás (RCVE de Simão, 1872, ‌‌p.29). Assim também, ocorreu no registro de compra e venda de Domingos: escravizado, cabra de 20 anos de idade, solteiro e sem ofício, vendido por Casimiro Gonsales Monteiro d`Azevedo a Norberto Soares Mascarenhas em 21 de abril de 1862 (RCVE de Domingos, 1862, ‌‌p.14).

Diante destes casos questiono: Aquele/as senhores/as por serem livres, eram assim, automaticamente considerados/as como “brancos/as”? E aqui me lembro de uma outra reflexão feita pelo Eduardo Paiva (2015, p.31) vejamos:

O emprego das “qualidades” dependeu ainda de percepções sociais e individuais (nem sempre padronizadas) de cada autor de registro histórico, das autoridades e de populares. Mais ainda: a “qualidade” de uma pessoa podia ser alterada ao longo de sua vida, de acordo com conveniências e circunstâncias.

Assim, Justino, Manoel, Rita, Casimiro, Norberto, Felizarda, Firmino e tantos/as outros/as que aparecem como negociadores/as de carne humana em Carolina-MA, na segunda metade do século XIX, poderiam ter ao longo de suas vidas melhorado suas “qualidades” e "embranquecidos/as" física e socialmente. Ser preto/a, criolo/a, cabra, ou mulato/a para a sociedade sertaneja sul-maranhense, parece-me que estava diretamente ligado à escravidão ou a posições sociais subalternas.

Em apenas 1 (um) registro não consegui identificar o gênero do/a escravizado/a negociado/a. Nas escrituras onde isso foi possível, em 99 dos 167 casos foram de homens escravizados. Jonatas Carrati sugere que a escolha por cativos poderia estar associada com o tipo de serviço onde a mão de obra masculina era empregada (Carrati, 2008, p.10). No caso da região sul-maranhense, possivelmente iriam compor a força de trabalho utilizada tanto dentro das residências rurais e urbanas, quanto também nas atividades das fazendas de gado de seus e suas proprietários/as, uma lida que para muitos/as era preferível entregar aos cuidados de um escravizado.

Em 68 vezes mulheres escravizadas apareceram nas transações comerciais registradas no cartório de Carolina-MA. Foram empregadas nas mais variadas funções. Descritas, em alguns registros, como capazes de realizar qualquer trabalho. Muitas daquelas mulheres ao serem negociadas levavam consigo os/as filhos/as ingênuos/as. Teodora, uma escravizada de 34 anos, vendida pelo Alferes Joaquim Antônio Nogueira em 9 de outubro de 1884 ao Tenente Leonardo Pereira d`Araujo Britto, levou para a nova morada os três filhos ingênuos que possuía, Tereza, Felipe e Evangelista (RCVE de Theodora, 1884, p.38). Em muitos desses casos era dado a essas crianças “livres” o mesmo tratamento dispensado às suas genitoras. Suas vidas

[...] parece não ter sido tão diferente das crianças nascidas escravizadas. Teixeira (2010, p.59), em seu estudo sobre os/as filhos/as de escravizadas em propriedade, cuja produção era destinada à subsistência, em Mariana (MG), entre os anos de 1850-1888, ressalta que os/as ingênuos/as nascidos/as e criados/as dentro das senzalas, junto com suas mães, ‘foram mantidos em quase sua totalidade na mesma condição servil dos cativos de fato.’ Nessas áreas, assim como nas propriedades criatórias do Sul do Maranhão, distantes dos grandes centros produtores que exigiam um número cada vez maior de trabalhadores/as escravizados/as, os/as filhos/as de escravizadas nascido/as após a Lei de 1871 devem ter sido aproveitados/as compulsoriamente como mão de obra (Andrade, 2020, p.67).

Em relação à faixa etária dos/as homens e mulheres escravizados e escravizadas e comercializados/as, nos 152 registros de compra e venda encontrei idades que variaram entre 7 meses e 61 anos. Conforme Kátia de Queirós Mattoso (1988, p.39-42)

[…] as idades de vida que correspondem às categorias de infância, adolescência, idade adulta e velhice, são as mesmas para a população livre e para a população escrava. Há, porém, entre uma e outra uma diferença de monta, ligada à função social desempenhada por cada uma dessas categorias de idade: uma criança branca livre e até mesmo a criança de cor livre pode ter seu prazo de ingresso na vida ativa protelado, enquanto as crianças escravas, que tenham atingido certa idade, entram compulsoriamente no mundo do trabalho. Há, pois, um certo momento em que o filho da escrava deixa de ser a criança negra ou mestiça irresponsável para tornar-se uma força de trabalho para os seus donos. Através dos documentos que conhecemos, e particularmente os testamentos e inventários *post mortem,* parece que podemos logo distinguir duas idades de infância para os escravos: de zero aos sete para oito anos, o crioulinho ou a crioulinha, o pardinho ou a pardinha, o cabrinho ou a cabrinha, são crianças novas, geralmente sem desempenho de atividades de tipo econômico; dos sete para os oito anos até os doze anos de idade os jovens escravos deixam de ser crianças para entrar no mundo dos adultos, mas na qualidade de aprendiz, de moleque ou de moleca, termos que designava outrora todo pequeno negro ou jovem [...].

Seguindo a orientação dada pela historiadora acima, considerei a idade de 12 anos como fim do período da infância de meninos/as escravizados/as nos sertões de Pastos Bons. A partir dessa idade àqueles/as escravizados/as deixaram de ser crianças e foram inseridos/as na vida adulta que para o contexto da época significava a entrada também no mundo do trabalho, eram tidos/as como produtivos/as (Pinheiro, 2005, p.160). Na lida diária desempenhada por aqueles/as cativos/as, seja no campo ou na cidade, constituíam-se espaços onde eles/as puderam ampliar e/ou (re)construir suas redes de sociabilidades.

Dos registros analisados por mim, em 27 deles oficializaram negociações que envolveram escravizados/as de idades entre 7 meses e 12 anos. A venda dos pequenos João (RCVE de João, 1866, p.2) e Ludugerio (RCVE de Ludugerio, 1867, p.11v), ambos com apenas 2 anos de idade, foram alguns desses casos. Estas transações mostraram um dos aspectos mais perversos presentes no cotidiano de homens e mulheres que viveram sob o jugo do cativeiro, o esfacelamento de seus laços familiares e comunitários.

Apenas 5 (cinco) dos registros de transações com crianças cativas continham o nome de suas genitoras. Hermenegildo e Cypriana, por exemplo, ambos de 12 anos de idade e filhos de Maria, escravizada, foram vendidos por Ignacio José d`Almeida, morador da Comarca de Boa Vista do Tocantins, província de Goiás, ao Tenente José Cavalcante Maranhão em 21 de outubro de 1882 (RCVE de Hermenegildo e Cypriana, 1882, p.2v).

Santos, Milani e Perez (2019, p.40-41) no texto *“Infância” das “crianças” negras e escravas no Brasil: Aproximações com realidades contemporâneas*, destacam alguns motivos da possível orfandade que as crianças escravizadas vivenciaram ao longo de suas vidas. Em seus estudos identificaram

[...] que nem sempre o não aparecimento dos nomes dos pais nos inventários significava que os pais estavam mortos e que não havia mais nenhum contato entre pais e filhos. Muitas eram as causas que provocavam a orfandade. Um exemplo comum era a prática de doações: quando um senhor decidia doar um escravo a um de seus filhos, este escravo tinha seu nome retirado do plantel da fazenda do pai e passava a fazer parte do plantel de escravos do filho, o que fazia com que os filhos daquele escravo não mais tivessem pais registrados junto a eles. Um segundo exemplo era a alforria, que fazia desaparecer o registro dos pais. Outros motivos muito comuns de orfandade eram os seguintes: as vendas, os legados, as fugas e as exigências de que, para se registrar um filho, era necessário que os pais fossem casados, segundo os ritos da Igreja Católica [...] Apesar destes tantos motivos, a morte dos pais figura entre as principais causas da desestruturação dos vínculos familiares.

Diante da ausência de referências paternas e maternas cabia à comunidade na qual aquelas crianças estavam ou seriam inseridas exercer aqueles papéis (Mattoso, 1988, p.47). O fato de os nomes dos pais biológicos não constarem nos registros, não significa dizer que não estariam presentes no cotidiano de seus/suas filhos/as. Os/As meninos/as crioulos/as que sobreviveram às altíssimas taxas de mortalidade infantil presentes no Brasil colonial e imperial não viveriam completamente solitários/as

[...] existia uma rede de relações sociais escravas, em especial as de tipo parental. Muito possivelmente ele teria irmãos, um ou outro tio, primos, além de, por vezes, avós, que poderiam viver dentro e fora de seu plantel [...] em propriedades longe do mercado de escravos há pelo menos vinte anos, onde não raro mais de 90% da escravaria possuíam parentes, ele com certeza seria irmão, primo, sobrinho ou neto de alguém. Em qualquer circunstância, porém, teria a criança já uma ‘tia’ ou um ‘tio’, mesmo que não consanguíneos. Um padrinho (e, muito frequentemente, uma madrinha), com certeza, os pais já lhe haviam providenciado logo pelo nascimento (Florentino; Góes, 2005, p.215)

Pelos exemplos citados acima, é pertinente indagar: por que senhores/as dos sertões sul-maranhenses investiram seu capital em crianças escravizadas? Para a pesquisadora Maria Lúcia Mott, a predileção do comércio de importação por pessoas mais jovens para serem escravizadas pode ser explicada pelo fato de crianças possuírem uma maior facilidade para se adaptarem ao ritmo de trabalho onde seriam empregadas; também por possuírem uma maior longevidade em relação aos adultos e idosos e por último, mas não menos importante, os comerciantes e proprietários/as também viam no preço, menor, se comparado ao valor de um homem e mulher com mais idade, um forte atrativo (Mott, 2013, p.59).

Tal perspectiva também poderia explicar as transações comerciais envolvendo escravizados/as em tenra idade nos sertões sul-maranhenses no período em foco. Maria Lúcia Mott (1989, p.88) enfatiza que

O menor preço da criança escrava tornava-se uma mercadoria acessível aos pequenos proprietários impossibilitados muitas vezes de investirem na compra do escravo adulto. Expilly, comerciante francês que esteve no Rio de Janeiro de 1853, diz em se livro Le Brésil tel qu´il est, que os moleques e os negrinhos eram muitas vezes enviados a aprender algum ofício, segundo a sua opinião, o que posteriormente trazia um lucro ao senhor.

Maria Cristina Pinheiro (2005, p.177) ressalta que ao desempenhar determinadas tarefas, as crianças escravizadas passariam por um processo de adestramento que os auxiliariam, desde muito cedo, no exercício de interiorização do papel e lugar que eles/as ocupariam dentro daquela sociedade. Prática que fazia parte do que Florentino e Góes chamaram de “pedagogia senhorial”, aquelas crianças precisavam desde cedo aprender uma profissão referente ao seu lugar jurídico-social dentro daquele contexto, ser um/a escravizado/a obediente (Florentino; Góes, 2005, p.218).

Apesar de ter havido uma especialização nas atribuições que muitas daquelas crianças desempenharam, não havia uma divisão de trabalho rígida entre os meninos e as meninas escravizados/as, eram empregados/as conforme as necessidades que surgiam (Parra, 2016, p.8). E quais seriam as funções realizadas por esta mão de obra? Segundo Maria Lúcia Mott, a criança escravizada desempenhava as mais diversas e variadas tarefas. Em muitos casos eram atividades exercidas exclusivamente por elas (Mott, 1989, p.89).

Em uma sociedade rural, por exemplo, as crianças escravizadas estavam longe de representarem um fardo para os/as seus/suas proprietários/as. Eram responsáveis pelos trabalhos domésticos, que abrangiam um rol extenso de atividades (passar, engomar, coser, lavar, cozinhar, cuidar da casa, serem babás ou “brinquedos” para os/as crianças filhos/as dos/as senhoras etc.) e pelos serviços no campo, na lida diária do eito das fazendas (cuidar dos pequenos rebanhos, dar ração aos animais, ajudar na plantação e colheita, a limpar a mata dentre outras atribuições). Nos núcleos urbanos somam-se àquelas ocupações à venda de quitutes na rua, o levar e trazer recados e correspondências, além de poderem aprender ofícios como engraxate, barbeiro, carpinteiro, marceneiro e outras profissões (Mattoso, 1988, p.51; Pinheiro, 2005, p.177).[[70]](#footnote-69) Sendo assim, essa mão de obra seria de grande utilidade na dinâmica que marcou as relações sociais e econômicas daquela sociedade escravocrata (Mott, 1989, p.91).

Posto isso, quais funções desempenhariam os/as 29 meninos/meninas escravizados/as transacionados/as na Carolina-MA da segunda metade do século XIX? De acordo com os indícios encontrados na documentação trabalhada, os/as senhores/as e/ou o escrivão do cartório não tinham o costume de registrar quais ofícios aqueles/as pequenos/as escravizados/as estavam aptos/as a desempenharem, infelizmente. No lugar da profissão foram registrados como *sem ofício* ou *sem profissão alguma*. E seguindo o pensamento de Kátia Mattoso, acredito que mesmo com tais registros é pouco provável que aqueles indivíduos não tivessem exercido alguma atividade contínua nas propriedades de seus senhores e/ou suas senhoras (Mattoso,1988, p.53).

Em 25 de agosto de 1869 foi aprovada uma lei que proibia a separação, por venda, de homens e mulheres escravizados/as legalmente casados e os/as filhos/as menores de 15 anos e, frutos dessa união. A medida foi ratificada em setembro de 1871 com a Lei do Ventre Livre. Naquele momento a idade mínima dos/as filhos/as passou de 15 para 12 anos (Jacinto, 2015, p.26). Foi o que ocorreu com a família de Leonor em 22 de março de 1878. Ela e suas duas filhas, Perpétua de 11 anos e Isabel de 8 anos, foram vendidas por João Silveira Galvão ao Tenente José Cavalcante Maranhão por 600 mil réis (RCVE de Leonor, Perpétua e Victório, 1878, p.12v). E também com Raimunda, que junto com seus dois filhos, João e Victório, de 11 e 10 anos de idade respectivamente, tiveram suas residências mudadas quando, em 18 de dezembro de 1880, sua senhora, Brígida Bezerra das Neves, natural da província de Goiás, os vendeu para Baltazar José Martins, residente à rua Direita. Com a escravizada Raimunda veio o filho, ingênuo, pois nasceu em dez de outubro de 1873 (RCVE de Raimunda, João e Victorio, 1880, p.40). Essa família, em 1882, permanecia unida em outra transação comercial realizada por Baltazar José Martins. Este senhor colocou Raimunda e seus filhos como garantia de pagamento de uma dívida contraída junto ao Tenente José Cavalcante Maranhão (Registro de Hipoteca de Raimunda, João e Victorio, 1882, p.86).

Assim como Raimunda, outras escravizadas eram transacionadas e junto com elas levaram para a residência dos/as novos/as donos/as seus ou suas filhos/as ingênuos/as. O caso da escravizada Theodora, mãe de Thereza, Fellipe e Evangelina, negociada entre o fazendeiro e Tenente Leonardo Pereira d`Araújo Britto, vendedor, e o Alferes Joaquim Antônio Nogueira, comprador. O negócio foi realizado em 9 de outubro de 1884, foi mais um entre outros exemplos (RCVE de Theodora, 1884, p.38v).

Dois anos depois, em 12 de agosto de 1886, o agora Tenente Coronel Leonardo Pereira d`Araújo Britto, realizou a compra da escravizada Alexandrina, que pertencia a Antônio Pereira Marinho. Este declarou no registro de compra e venda que Alexandrina possuía um filho ingênuo chamado Quirino, que o acompanhava (RCVE de Alexandrina, 1886, p.45v - 46).

Mesmo nascendo após a lei de 1871 não significava dizer que Thereza, Fellipe, Evangelina e Quirino iriam gozar plenamente de suas liberdades. Nas duas transações realizadas pelo Tenente Leonardo Pereira, viu seu contingente de trabalhadores compulsórios aumentar não apenas pela aquisição de Theodora e Alexandrina, dado que os/as filhos/as de suas escravizadas também se tornaram mão de obra disponível para realizar as tarefas em seus domínios. Entretanto, por viverem dentro de uma propriedade de um senhor escravista, possivelmente, aquelas crianças receberam o mesmo tratamento dado às suas mães, mulheres escravizadas (Mattoso, 1988, p.54; Teixeira, 2010, p.53).

Por conseguinte, Theodora e Alexandrina conseguiram manter suas famílias unidas diante das transações que seus proprietários as envolveram. Casos como estes não corresponderam à regra, nos negócios de compra e venda de crianças escravizadas nos sertões sul-maranhenses da segunda metade do século XIX, geralmente aquelas crianças eram comercializadas sozinhas, sem a companhia de parentes. As leis de 1869 e a de 1871 em várias ocasiões foram desrespeitadas por senhores e senhoras sertanejas sul-maranhenses. Meninos/as viram-se constantemente enredados/as em negociações que tinham como consequência imediata a quebra de suas redes parentais. Pedro de apenas 9 anos de idade negociado por Marcondes de Abreu Valadares em 24 de setembro de 1869 foi um deles (RCVE de Pedro, 1869b, p.6). Em todas essas negociações há um silêncio na documentação em análise sobre a situação familiar daqueles meninos. Sabe-se que aquelas práticas eram mais uma forma de violência que as mulheres escravizadas teriam que suportar, teriam suas vidas marcadas pela tensão de se verem a qualquer momento apartadas de seus entes queridos (Falci, 2004, p.227).

Em meio a tanta dor, sofrimento e angústia diante da separação causada pela venda/compra de mães/pais escravizados/as, o pequeno Athamasio viu em sua venda, ocorrida em 17 de agosto de 1875, a possibilidade de reestabelecer a convivência com sua mãe, a escravizada Mônica que já pertencia ao Alferes Fortunato Pereira da Conceição, comprador de Athamasio (RCVE de Athamasio, 1875b, p.3).

**2.3 A ATUAÇÃO DA MÃO DE OBRA ESCRAVIZADA NO SERTÃO SUL-MARANHENSE.**

Os vestígios‌ ‌presentes‌ ‌nas escrituras de‌ ‌compra‌ ‌e‌ ‌venda‌ ‌de‌‌ escravizados/as‌ ‌me ajudaram a ampliar o olhar sobre a complexidade das relações sociais que caracterizaram a sociedade sul-maranhense da segunda metade do século dezenove. Por eles percebi que os/as escravizados/as sertanejos/as não eram apenas roceiros/as, desempenharam diversas tarefas indispensáveis para a dinâmica socioeconômica dentro e daquela sociedade. A partir dos dados coletados nos RCVS, na Tabela 2 coloquei as profissões de homens e mulheres escravizados/as que foram registradas no momento de suas vendas.

Tabela 2 - Profissões dos/as escravizados/as.

| **Profissões dos/as escravizados/as.** | **Quantidade de registros de compra e venda analisados.** |
| --- | --- |
| Sem ofício/sem profissão alguma | 61 |
| Não consta | 21 |
| Não identificado | 1 |
| Inutilizado | 1 |
| Roceiro | 35 |
| Roceira | 20 |
| Cozinheiro | 1 |
| Cozinheira | 5 |
| Vaqueiro | 2 |
| Agricultor | 2 |
| Pedreiro | 2 |
| Marceneiro | 1 |
| Carpina | 1 |
| Serviço doméstico | 2 |

Fonte: Autoria própria (2023).

Diante de narrativas que insistem em silenciar a presença de escravizados/as no processo de formação da sociedade sertaneja nos sertões sul-maranhenses durante seu processo de conquista, a tabela acima sugere que homens e mulheres cativos/as desempenharam tarefas importantes na construção e manutenção daquele universo sociocultural e material. Cito os exemplos dos escravizados Tobias, comprado e registrado como oficial de pedreiro (RCVE de Tobias, 1870, ‌‌p.8); de Jeremias, um escravizado de 53 anos e registrado com a profissão demarceneiro(RCVE, 1883, ‌‌p.23v); e por fim, o do escravizado Cipriano, que era cozinheiro (RCVE de Cipriano, 1862, p.9). Para Tobias, Jeremias e Cipriano, ter uma especialidade profissional também lhes dava uma posição de destaque dentro da sociedade senhorial na qual estavam inseridos. Poderiam utilizar as vantagens que seus ofícios representavam como moeda de troca ao negociarem com seus e suas senhores/as, assim como também, a partir deles, assumir relevância dentro dos grupos que pertenciam (Barroso, 2014, p.109).

As mulheres escravizadas desempenharam diversas atividades dentro daquela sociedade sertaneja. Luiza, por exemplo, foi registrada como sendo uma escravizada, crioula de idade aproximadamente 13 anos de serviços domésticos (RCVE 1869‌-1876, ‌‌p.25v). Solimar Lima, nos lembra que o trabalho doméstico era formado por muitas e múltiplas tarefas (passar, engomar, cortar lenha, lavar, cozinhar, colocar à mesa etc.). E que apesar de pertencerem ao ambiente doméstico das casas senhoriais, aquelas mulheres em regiões rurais não ficavam restritas a transitarem no ambiente e nem a executarem tarefas atribuídas às atividades do lar (Lima, II Webinário do GEPEAM, 28 de setembro de 2021). Elas

[...] estavam na lida, nos processos de trabalho intimamente vinculados ao pastoreio e a agricultura, desenvolvendo diferentes processos de trabalho, desde os mais pesados até os considerados mais leves. Podemos encontrar as mulheres lidando diretamente com os animais, plantando, colhendo […] Essa especificidade do trabalho doméstico feminino na zona rural, vai conferir a ele uma diversificação de processos produtivos. É como se as trabalhadoras escravizadas tivessem por força da obrigação servil ganharem diferentes habilidades e, portanto, desfrutarem de uma diversificação do uso da força do trabalho. Possuíram, muitas habilidades para além daquelas que supostamente identificamos ou que a documentação identifica como trabalho doméstico para as mulheres [...] (Lima, II Webinário do GEPEAM, 28 de setembro de 2021).

De acordo com a pesquisadora piauiense Miridan Falci (2004, p.208-209) as mulheres escravizadas nos sertões do Piauí no século XIX,

[...] trabalharam principalmente na roça, mas também foram usadas por seus senhores como tecelãs, fiandeiras, rendeiras, carpinteiras, azeiteiras, amas de leite, pajens, cozinheiras, costureiras, engomadeiras e mão de obra para todo e qualquer serviço doméstico.

Os indícios encontrados na documentação que estudo sugerem que a realidade das mulheres escravizadas que viveram nos sertões sul-maranhenses nas últimas décadas do século XIX, não diverge muito das cativas piauienses. Como exemplo cito o caso de Maria, negociada em 3 de outubro de 1875 entre Hermogenes Ferreira Barboza, vendedor, e Dona Rita Diamantina Pereira da Costa, compradora, ambos moradores na rua Direita em Carolina. Maria foi descrita como uma escravizada de 25 anos, solteira e roceira. No mesmo documento foi colocado que Maria era mãe de Marcellino de apenas 6 anos de idade. Pela matrícula de Maria, presente na escritura de venda, foi registrado que a mesma além de roceira era capaz de realizar qualquer atividade (RCVE de Maria, 1875c, ‌‌p.22-22v).

Ser vendida como roceira não significava que Maria iria apenas exercer tal tarefa, por ser capaz de desempenhar *qualquer trabalho* estava disponível para executar todas as demandas vindas do cotidiano da propriedade, e que ela a partir daquele momento passaria a fazer parte. Estar em vários lugares desempenhando diversas funções possibilitaria a Maria o encontro com pessoas também diversas, livres, libertos/as e escravizados/as. Maria junto com seu filho Marcellino, teriam oportunidades, nesses ambientes, de desenvolverem estratégias para formarem redes relacionais que lhes permitissem criar laços de solidariedade e sociabilidade para além de seu grupo social e jurídico.

Vários/as escravizados/as foram registrados/as como *sem offício nenhum*, *sem profissão alguma* ou não tiveram suas profissões descritas nos livros de registros pesquisados. Norberto, 24 anos, crioulo foi vendido em 24 de março de 1862 pela quantia de 1 (um) conto de réis e foi registradosem profissão (RCVE de Norberto, 1862, p.6v); Honorato, de 14 anos de idade, negociado em 22 de maio de 1875, foi vendido pela quantia de 800 mil réis, e registrado como sem ofício (RCVE de Honorato, 1875, ‌‌p.1). Algumas interrogações surgiram diante desses casos: Como um escravizado de idade de 14 ou 24 anos comprados a valores tão altos não tiveram em seus registros o nome de suas profissões? Em seus estudos sobre as relações escravistas no sertão do Cariri cearense entre os anos de 1850 a 1884, Ana Cortez, ao se deparar com essa mesma informação, sugere que àqueles/as escravizados/as cuja atividade não era registrada fossem dadas não só as atividades mais difíceis, mas também desempenhavam diversas e variadas funções (Cortez, 2008, p.69).

Na lida das fazendas de gado, a mão de obra do/a escravizado/a foi também utilizada (Ribeiro, 1990, p.54). Nas fazendas de gado que surgiram nos sertões sul-maranhenses junto com o processo de conquista, feito por baianos e pernambucanos, Francisco de Paula Ribeiro nos conta que aqueles senhores de terra utilizaram pouca mão de obra livre e menos ainda a escravizada (Franklin; Carvalho, 2007, p.117). Para melhor compreender a dinâmica que caracterizou as relações construídas naquele espaço, foi-me necessário avançar nas pesquisas sobre aquela realidade social, tida por muitos, construída apenas por homens brancos montados em seus cavalos e seus familiares.

Nessa empreitada, encontrei apenas pedaços, fragmentos de histórias. Assim, vi-me impelida a atentar para as informações marginais a partir dos resíduos documentais que pudessem me ajudar a ampliar o olhar sobre aquela realidade social (Ginzburg, 1989, p.150-51). Foi através dos indícios presentes na documentação produzida pela classe proprietária que construí minha narrativa sobre as vivências de homens e mulheres escravizados/as no Alto Sertão de Pastos Bons[[71]](#footnote-70) na segunda metade do XIX. É importante salientar que o corpo documental disponível para realizar essa pesquisa não contém testemunhos direto dos sujeitos por mim estudados. São falas e escritas de terceiros. São desses olhares, muitas vezes carregados de julgamentos e fragmentados, que procurei compreender as complexas relações de sociabilidades e solidariedades tecidas por escravizados/as entre si e entre livres e libertos/as daquele sertão.

O processo de colonização do território maranhense foi realizado de duas formas: no Norte houve a implantação da agroexportação, com forte presença do Estado português, amparado no emprego da mão de obra escravizada negra, chamado de frente de expansão litorânea. Já no sul-maranhense, a conquista do território tomou outros rumos. Lá foi realizada por vaqueiros vindos da Bahia e Pernambuco, tangendo suas boiadas e formando currais, que eram administrados por eles e seus filhos, homens livres e “brancos”. A colonização desse vasto território foi possível graças à expansão pastoril. Houve em solo maranhense dois espaços claramente demarcados; um negro e escravista, no Norte; e outro “branco”, livre e pecuarista, no Sul (Cabral, 1992, p.59-137).

Sobre a participação de escravizados/as no trabalho cotidiano das fazendas sul-maranhenses, a professora Socorro Cabral (1992, p.106) assevera que

O trabalho escravo e o livre foram utilizados com frequência. Ao que parece, os escravos desempenhavam função subalterna atribuída aos fábricas. Em nenhuma fonte consultada encontramos referência a vaqueiros escravos, o que nos leva a sugerir que os vaqueiros eram sempre recrutados entre os trabalhadores livres.

A afirmação de Cabral corrobora com as observações feitas por Francisco de Paula Ribeiro sobre aquela região (Franklin; Carvalho, 2007, p.138). O mesmo é repetido por Regina Campos, Júlio Pinto e Regina Claro, que ao falarem sobre as atividades criatórias que impulsionaram a colonização do interior do Brasil, afirmam que o trabalho realizado naquelas pastagens era “[...] realizado sob o regime de parcerias por homens livres, os vaqueiros, que administravam as terras em nome dos proprietários que viviam no litoral (Campos; Pinto; Claro, 2016, p.233).

Por esses escritos criou-se a ideia de uma identidade regional sul-maranhense, construída a partir da figura do vaqueiro,[[72]](#footnote-71) repito, visto como homem livre e “branco”. No entanto, o que identifiquei em estudos anteriores foi a existência de um sertão mais complexo, dinâmico e mestiço não só na cor da pele, mas também nas relações sociais lá construídas (Andrade, 2020, p.41-85). É preciso aprofundar as investigações sobre a sociedade sertaneja construída ao longo das margens dos rios sul-maranhenses durante seu processo de conquista. Problematizar a ideia da existência de uma única narrativa para se compreender o processo de formação daquela sociedade, que não foi obra apenas de uma classe social (Cabral, 1992, p.166).

Nas análises feitas no corpo documentalque disponho, surgiram fragmentos de histórias que podem nos ajudar a compreender os espaços em branco construídos há tempos pela historiografia maranhense sobre as relações entre livres, libertos/as e escravizados/as, que juntos formaram aquela sociedade (Ginzburg, 2002, p.100-117). João, por exemplo, vendido por Justino Soares da Motta a Trajano Lino Rodrigues, em 28 de janeiro de 1871 foi descrito como um crioulo, de 45 anos de idade, natural de Pastos Bons e que desempenhava a função de vaqueiro (RCVE de João, 1871, p.19v). Eram também vaqueiros os escravizados Francisco e Raimundo. Sobre o primeiro consta que tinha 34 anos de idade e era filho da escravizada Maria e foi negociado em 30 de maio de 1877 (RCVE de Francisco, 1875, p.34). Já o escravizado e vaqueiro Raimundo, quase 4 (quatro) anos depois da venda/compra de seu companheiro de infortúnio e profissão Francisco, em 3 de janeiro de 1881, conseguiu por meio da cota do fundo de emancipação a sua tão esperada carta de liberdade (CL). Neste documento consta ainda que Raimundo tinha 40 anos e que era casado com uma mulher livre (CL de Raimundo, 1881, p.347).

O sertão de João, Francisco e Raimundo[[73]](#footnote-72) era múltiplo e dinâmico.[[74]](#footnote-73) Ao assumirem as funções de vaqueiro, estes escravizados não só relativizaram, também inverteram a ordem das coisas. Dentro da construção dos espaços sociais que eram forjados naquela realidade, a trajetória de cada escravizado/a sul-maranhense, muitas vezes, deslocou as hierarquias, criou espaços de fuga e no limite de liberdade. Alguns escravizados/as conseguiram subverter as normas e os modelos pré-estabelecidos, assim, ressignificaram as relações construídas entre si e com os/as livres e libertos/as. Construindo, assim, espaços de resistência à ordem vigente, utilizando-se e integrando-se, muitas vezes, às normas e regras impostas pela sociedade senhorial em que viviam (Moraes, 2009, p.65).

Vivências como as citadas acima implode o script há muito repetido para quem ensina e estuda sobre a história do Sul do Maranhão. Pensar a sociedade sertaneja sul-maranhense apenas como um lugar formado pela ação de vaqueiros livres e “brancos” conduzindo suas boiadas e conquistando aquele território, já não permite mais compreender a complexidade daquela realidade. O sertão sul-maranhense também era escravista.

Desse modo, a profissão de vaqueiro era econômica e socialmente desejada por todos que compunham o cenário das fazendas de gado espalhadas pelo interior do Brasil durante a ação de colonização. Para os escravizados, alcançar tal status representaria também a possibilidade de estarem em um lugar privilegiado, onde pudessem criar estratégias de luta para conquistar vantagens e direitos para si e para os seus e assim, aproveitar as frestas dentro de uma sociedade extremamente hierarquizada para criar espaços de negociação/barganha com seus/suas senhores/as. Por conseguinte, as relações com estes/as eram sempre marcadas por tensões. Ambos encenaram no palco das relações sociais sertanejas falas e movimentos que atendessem aos seus interesses.

Em estudo sobre a cultura política no sertão da Bahia entre os anos de 1880-1900, a pesquisadora Joana Medrado destaca como a relação, nem sempre harmoniosa, entre vaqueiros e proprietários daquela região marcou a formação da estrutura de poder lá gestada, havia

[...] a existência de um acordo social entre fazendeiros e vaqueiros [...] não era uma regra, e sim uma fórmula que costumava dar certo. Era uma norma de conduta e um tipo de associação útil para ambas as partes: de um lado fidelidade, prontidão e proteção e, do outro, benesses materiais, algum prestígio social e também proteção [...] (Medrado, 2012, p.108).

Acordos que em alguns casos não foram cumpridos. Mairton Silva (2016, p.185) ao estudar as memórias de Domingos Gomes sobre a descrição das fazendas existentes no Piauí entre os séculos XVII e XVIII, destaca que

[...] Domingos Gomes conta que havia nas fazendas deixadas pelo bandeirante no Piauí um “famoso vaqueiro e mameluco chamado Antonio Gomes de Oliveira”, que juntamente com um escravo que administrava a fazenda do Campo Grande, utilizavam das suas famas para ampliar seus direitos em torno da posse das quartas partes dos bois. Para o religioso, além dos bezerros nascidos, o mameluco Antonio Gomes de Oliveira e o escravo vaqueiro da fazenda Campo Grande retiravam suas quartas não só dos animais nascidos na fazenda, mas também daqueles gados bravos que ao serem amansados e postos nos currais se retiravam “ao quarto sem fazer menção alguma das mortas, nem de vaca nem do campo [...].

O escravizado vaqueiro construiu em seu cotidiano espaços de autonomia, de luta, de resistência e (r)existência. Os vínculos com seus/suas donos/as eram pautados na cordialidade e nos conflitos, muitas vezes velados. Era uma relação contraditória a que existia entre vaqueiros e proprietários/as. Estes ao mesmo tempo que dominavam, também dependia daquele para a manutenção de seu domínio. Pois

Eram os vaqueiros, afinal, que sabiam de tudo na fazenda: limites, localização do gado, condições das instalações e das pastagens, existência de fontes, olhos d’água, madeiras, entre outros aspectos. Eram eles também que dominavam a chave da boa relação com os demais trabalhadores (Medrado, 2012, p.129).

Os vaqueiros exerceram um lugar importante na estrutura de funcionamento das atividades desenvolvidas nas fazendas. Era alguém em quem o/a proprietário/a precisava ter como aliado, um homem de sua confiança. Parece-me que não foi o caso da relação estabelecida entre Dona Filomena Ribeiro da Conceição e o vaqueiro Fabrício do Nascimento Ferreira. Em um processo que Dona Filomena moveu contra seu marido, Francisco Antonio da Silva em 18 de maio de 1877, impõe como primeira condição para que o casal entrasse em um acordo, não somente a imediata retirada do referido vaqueiro da fazenda Sam Romão, como também não dar abrigo a Fabrício em qualquer pedaço de terra que pertencesse ao casal (Escritura de Trato e Convenção, 1877, p.134-134v).

Se entre Dona Filomena e seu vaqueiro as relações não eram tão harmoniosas, situação diferente ocorria entre o Tenente Coronel Leonardo Pereira de Araújo Britto e seu vaqueiro Manoel, um homem escravizado. Vejamos o que a carta de alforria de Manoel nos sugere sobre os vínculos que havia entre aquele senhor e seu vaqueiro/escravizado:

[...] Eu Leonardo Pereira de Araújo Britto, abaixo assinado, declaro que por minha morte ou pela de minha mulher Dona Clara Britto Chaves de Araújo, ficará liberto como do ventre livre tivesse nascido, o meu escravizado Manoel, mulato, com idade hoje de trinta e seis anos, mais ou menos, solteiro**,** vaqueiro, natural da Comarca da Imperatriz desta Província do Maranhão, em remuneração dos bons serviços que tem prestado; esta declaração lhe servirá de título de liberdade [...] Carolina, cinco de novembro de mil oitocentos e oitenta e seis, digo oitenta e três [...] (CL de Manoel, 1873, p.138v).

Manoel devido aos longos anos de bons serviços prestados após a morte de seu/sua senhor/a poderia gozar de sua inteira e real liberdade. Não é difícil imaginar quantas e variadas estratégias foram criadas cotidianamente por Manoel para conseguir a sua carta de alforria. Nessa teatralização da vida nos sertões escravistas, negociar também era um ato de resistência.

Miridan Falci estudando a dinâmica das propriedades no interior do Piauí, ressalta que nas fazendas particulares tinham 2 (dois) tipos de vaqueiros: havia o vaqueiro chefe, homem livre, que contava com o auxílio de um outro vaqueiro, um escravizado. Já nas fazendas estatais as tarefas exercidas por esses profissionais ficaram a cargo de um só homem, que geralmente era um escravizado. Este tinha consciência dos limites que sua condição colocava no trato com seu/sua senhor/a, sabia até onde poderia negociar/barganhar (Falci, 1995, p.160-163).

A diferenciação social dentro das relações estabelecidas entre a população escravizada foi construída muitas vezes das funções que cada um exercia no interior daquela estrutura. Existia uma hierarquia na mão de obra cativa utilizada nas regiões de criação de gado. Havia os escravizados que exerciam a função de vaqueiro, roceiros, agricultores, domésticos etc. (Abreu, 2011, p. 52). Quanto a função de vaqueiro

era e é uma atividade especializada, que confere a quem a exerce dignidade e prestígio, mas que exige do seu dignitário uma força de vontade, um treino e uma habilidade específica (principalmente destreza física) só comparada às atividades dos oficiais de algum mister. E é por isso que o matuto, até hoje, se designa, ‘tenho o ofício de vaqueiro’, demonstrando um aprendizado e uma capacidade operacional superior àquele que trabalha com a enxada. É por isso que o preço do escravo-vaqueiro era igual ao de um mestre de um ofício, um carpinteiro [...] (Falci, 1995, p.162).

Nas fazendas do Piauí, nos conta Mairton Silva (2016, p.187), que os representantes do governo português tinham consciência de que só poderiam administrar as propriedades mediante acordos e parcerias estabelecidas com os vaqueiros. Pois,

Os jesuítas tinham conhecimento de que, durante as jornadas, seus vaqueiros e marchantes, utilizando-se “de má consciência” e com o apoio de “más mulheres” ocultavam nas matas muitos gados; o que ao final eram contabilizados como perdas ou mortes por fraqueza. Para resolver o problema dos descaminhos do gado, os missionários começaram a inserir olheiros nas viagens; tais sujeitos eram encarregados exclusivamente da fiscalização dos tropeiros; mesmo assim “sabe Deus se eles ajudaram a furtar [...].

Ser escravizado e vaqueiro nos sertões não significava apenas prestígio, aqueles indivíduos também gozaram de alguma liberdade com as tarefas advindas de sua função. Nas idas e vindas atrás das boiadas, muitas vezes perdidas na mata, escravizados/vaqueiros poderiam passar vários dias seguindo suas pegadas e junto com elas se distanciarem dos olhares vigilantes de seu/sua senhor/a.

Ao refletir sobre a sociedade que se formou nos sertões sul-maranhenses me vem à mente as histórias que construíram uma narrativa sobre a figura quase mística do vaqueiro, descrito como o colonizador, o povoador e o “desbravador” daquelas terras cujos feitos em nada se assemelhavam aos violentos e sanguinários bandeirantes. Nos sertões do Sul do Maranhão, nos contava toda uma homogênea literatura e oralidade, que a conquista foi realizada por homens “brancos” e livres, responsáveis por levar aos confins daquelas terras “lampejos de civilização”. As narrativas sobre os feitos de tais homens foram não só responsáveis por dar tons de heroísmo a essa empreitada, como também, silenciar acontecimentos que pudessem tirar deles esse protagonismo. A complexidade da paisagem social surgida das relações entre livres, libertos/as e escravizados/as não aparece nestes relatos.

Os escravizados do sul-maranhense não foram só auxiliares de vaqueiros, os “fabricas” (Cabral, 1992, p.106). João, Francisco, Raimundo e Manoel, homens/escravizados e vaqueiros, mostram a existência dos contrastes, das complexidades e tensões que foram responsáveis pela formação e diversidade daquela sociedade. São histórias que ainda permanecem ausentes das discussões em sala de aula e dos livros sobre a história do Maranhão e da sua parte mais ao Sul. Ainda se repete o mesmo discurso, escrita e imagem: o vaqueiro era o homem livre e “branco”. Os vestígios presentes nos documentos pesquisados me possibilitaram avançar na compreensão daquele universo social, construído nas campinas dos bons pastos sul-maranhenses na segunda metade do século XIX e relativizar algumas verdades tidas como única possibilidade de se compreender aquela realidade.

**2.4 FUGIR ERA UM ATO DE RESISTÊNCIA:** os casos de Bárbara, Germano e Ignacio.

Os historiadores João José Reis e Flávio dos Santos Gomes (1996, p.9) nos lembram que

Onde houve escravidão houve resistência. E de vários tipos. Mesmo sob a ameaça do chicote, o escravo negociava espaços de autonomia com os senhores ou fazia corpo mole no trabalho, quebrava ferramentas, incendiava plantações, agredia senhores e feitores, rebelava-se individual e coletivamente [...].

Assim, ao analisar os documentos de compra e venda de escravizados/as busquei um olhar que fugisse da ideia de estar diante apenas de uma mercadoria, de um item que seria comprado e vendido por senhores/as ou/e comerciantes (Chalhoub, 2011, p.56). Eram homens e mulheres carregados/as de experiências e subjetividades que buscaram diariamente estratégias para (r)existir e resistir a um sistema que teimava em os/as silenciarem, em os/as coisificarem. Nas lutas silenciosas travadas diariamente houve escravizados/as que fugiram, que criaram situações em que acordos comerciais os/as envolvendo eram anulados ou firmados (Chalhoub, 2011, p.56). Eles/as resistiram não só pela luta armada ou coletivamente.

Na dinâmica do comércio de escravizados/as não era raro cativos/as encontrarem maneiras de interferirem nos momentos decisivos de suas negociações (Chalhoub, 2011, p.36). Assim, fico a conjecturar quais seriam as pressões, o jogo de interesses, os acordos e embates que antecederam a venda daqueles/as escravizados/as sertanejos/as sul-maranhenses? Que estratégias de luta foram (re)elaborando em seu cotidiano para que pudessem de alguma forma influenciar nas negociações que decidiram o destino de suas vidas?

Dos casos citados acima não tenho muitos elementos para aprofundar sobre as possíveis “interferências” que aqueles/as escravizados/as tiveram nos negócios de seus e suas senhores/as, quando o destino de suas vidas estava em jogo, mas o registro de venda de ‌‌Germano, escravizado de 58 anos me deu pistas sobre essa questão. Consta na escritura de transação de Germano que no momento da negociação ele se encontrava foragido. E para não ter mais despesas com sua captura e para também evitar novas fugas, Dona ‌‌Julianna ‌‌Moreira ‌‌Pereira resolve vendê-lo ‌‌para‌‌ Manoel‌ ‌Gonçalves‌ ‌de‌ ‌Sousa,‌ ‌ambos‌ ‌moradores‌ ‌em‌ ‌Carolina-MA,‌ ‌em‌ ‌22 de agosto de 1872. Consta ainda no documento que Germano, era quebrado em uma das virilhas, o que tudo indica, não foi empecilho para que Germano procurasse novos ares longe de sua senhora‌(RCVE de Germano, 1872,‌ ‌p.24v).

O caso de Germano mostra que os/as cativos/as não viveram passivamente sob o domínio de seus e suas senhores/as, reagiram da maneira que encontraram a ordem escravista vigente. Para os/as escravizados/as a fuga era

A unidade básica de resistência no sistema escravista, seu aspecto típico [...] [Elas] iam desde as pequenas "escapadelas" para divertimento, prática religiosa, visita a parentes, ou encontros amorosos, à fuga definitiva, preferencialmente um caminho sem volta, em que se buscava a construção de uma nova vida em liberdade, fosse em quilombos, fosse misturando-se com a população negra livre dos pequenos ou grandes centros urbanos (Reis, 1998, p.57)

Conquistar a liberdade era o desejo de todos/as que viveram em cativeiro. O sonho de tornarem-se donos/as de suas próprias histórias, mesmo que fosse por um curto espaço de tempo, levou aqueles/as homens e mulheres a criarem, a partir das fugas, espaços de resistência e de liberdade. Sentimentos que talvez tenham feito o escravizado Ignacio, apesar de se encontrar doente, seguir o mesmo caminho que Germano. Ignacio, descrito como um escravizado crioulo de 30 anos de idade, ao ser negociado por seu senhor Manoel Umbelino de Freitas em 19 de setembro de 1872, encontrava-se foragido da propriedade de Manuel Umbelino de Freitas (RCVE de Ignacio, 1872, p.26v).

Além desses casos, tem a história da escravizada Bárbara, que foi vendida por Venceslau Correia de Carvalho, residente no lugar chamado Bonito, ao comerciante Antônio da Rocha Maya, ambos do distrito de Carolina, pelo valor de 400 mil réis. Em seu registro de compra e venda, feito em 30 de julho de 1881 foi registrado que ao fugir da propriedade de Venceslau Correia Carvalho, Bárbara teria dito que para lá não voltaria. E para evitar maiores prejuízos, Venceslau Carvalho estava disposto a fazer qualquer negócio, até mesmo trocá-la por gados ou “animais produtivos” (RCVE de Bárbara, 1881, p.59). O que levou Bárbara a fugir da propriedade de Venceslau Carvalho? Uma das hipóteses levantadas por historiadores como Eduardo Silva sugere que diante de ações como a de Bárbara, acordos antes firmados entre senhor/a e escravizados/as tenham sido quebrados e a permanência na casa do seu/sua senhor/a tenha se tornado insuportável (Silva, E., 1989, p.64).

Quase um ano depois, em 9 de maio de 1882, Bárbara[[75]](#footnote-74) teve seu destino mais uma vez redefinido por uma nova escritura de compra e venda. Antonio da Rocha Maya, sem expor os motivos, oficializou sua venda ao fazendeiro Cláudio Gomes Goveia, morador na província do Goiás e presente naquele momento na cidade de Carolina-MA, pelo valor de 500 mil réis (RCVE de Bárbara, 1882b, p.80). Não posso dizer que essa nova negociação foi fruto de mais um “ato de rebeldia” feito por Bárbara. O certo é que Bárbara mais uma vez mudaria de residência, e com isso teria que buscar estratégias para (re)construir laços que pudessem servir de auxílio e de acolhida em seu novo lar.

Os exemplos‌ acima me levam‌ ‌a‌ ‌pensar‌ ‌nas‌ ‌estratégias‌ ‌possíveis‌ ‌criadas‌ ‌por‌ ‌aqueles‌ ‌sujeitos‌‌ escravizados,‌ ‌que ‌‌mesmo ‌‌com ‌‌alguma ‌‌dificuldade ‌‌física, como foi o caso de Germano, ‌‌sonharam ‌‌e ‌‌buscaram ‌‌a ‌‌tão‌‌ desejada ‌‌liberdade. Com esses atos de rebeldia, de desobediência às normas senhoriais estabelecidas, Germano, Ignacio e Bárbara teriam (re)forçado o desejo em seus senhores/as de lhes venderem. E assim, talvez, encontrar em outra morada melhores condições de (r)existência naquele ambiente tão opressor quanto era a sociedade escravista na qual viveram.

As ‌‌relações que‌ ‌definiram‌ ‌os‌ ‌vínculos‌ ‌entre‌ ‌os/as‌ ‌escravizados/as‌ ‌e‌ ‌seus/uas‌‌ senhores/as não eram caracterizadas apenas por ‌‌uma‌ *mansa‌‌* *e‌ ‌passifica‌ ‌posse‌*,‌ ‌como‌ ‌alguns e algumas senhores/as deixaram registrados/as em‌ ‌várias‌ ‌escrituras de transações de‌‌escravizados/as.‌ **‌**Aqueles/as homens e mulheres cativos/as ‌‌‌fugiram, ‌‌resistiram e provocaram fissuras na estrutura daquela sociedade senhorial que lhes deram possibilidades de (re)criarem espaços para exercerem suas subjetividades e, no limite, também suas vontades. Não esqueçamos que

[...] Há uma margem de manobra para os sujeitos históricos, ainda que conduzida por uma racionalidade limitada [...] sujeitos históricos desenvolvem estratégias com alguma autonomia, muito embora tal liberdade esteja cercada por limitações. Isso porque os sistemas de dominação e de controle demarcam pontos de apoio que autorizam a ação, porém, não conseguem diluir, em absoluto, os caminhos que podem ser percorridos pelos indivíduos. Em outras palavras, circunscrevem regularidades, ainda que não apaguem por completo as variações das próprias normas (Costa, 2018, p.39-41).

Ainda sobre os casos citados acima, Eduardo Silva (1989, p.62-63) sublinha que

A despeito de nossas construções ideológicas, poucos escravos, em termos relativos, fugiram. Os que o fizeram, contudo, impuseram grandes prejuízos a seus senhores e afrontaram um sistema poderoso, includente, total. Sua importância, como a de revoltas e quilombos, não deve ser medida em termos puramente quantitativos. A fuga, como a insurgência, não pode ser banalizada: é um ato extremo e sua simples possibilidade marca os limites da dominação, mesmo para o mais acomodado dos escravos e o mais terrível dos senhores, garantindo-lhes espaço para a negociação no conflito.

Parece não ter sido “dores de cabeça” com seu escravizado Joaquim o principal motivo que levou Manoel Gonçalves a vendê-lo para Dona Juliana Moreira Pereira em 19 de abril de 1876 (RCVE de Joaquim, 1876, p.7v). Manoel Gonçalves ao passar o direito de posse do referido escravizado à Dona Juliana Moreira, impõe à Dona Juliana a condição de não o vender a outra pessoa, sem que antes falasse com ele, também deixa registrado a obrigatoriedade que a compradora teria de revender Joaquim ao seu antigo dono, assim que este a solicitasse ‌(RCVE de Joaquim, 1876, ‌p.8).

Infelizmente, não encontrei na documentação informações que pudessem dar pistas de como era a relação entre o escravizado Joaquim e o seu ex-senhor Manoel, que fizesse este último querer, assim que pudesse, Joaquim de volta. Sei que Joaquim foi deixado como herança dos pais de Manoel e que foi vendido por uma quantia alta, se pegarmos os padrões de valores pagos na época registrados na documentação pesquisada, 1 (um) conto de réis‌ (RCVE de Joaquim, 1876, ‌p.7v). Existiriam entre eles vínculos que ultrapassaram a clássica imagem do senhor com o chicote em punho castigando seu escravizado em praça pública, as tensões dariam espaços para espaços de negociações.

Os vínculos estabelecidos entre senhores/as e escravizados/as eram carregados de contradições. Não quero aqui reproduzir a ideia alimentada por Gilberto Freyre de uma escravidão baseada em relações harmônicas, no caso, em terras sul-maranhenses, para tentar compreender os laços que havia entre Manoel, senhor, e Joaquim, seu escravizado. Vejo esse sertão como

[...] uma realidade histórica que não nos permite assimilar a relação entre senhores e escravos por um viés, baseado na dicotomia, compartimentando os extremos que disputam: branco versus negro, senhor versus escravo. Pelo contrário, nos impulsiona a perceber o sertão como um lugar fluido que estimula uma permeabilidade nas relações entre senhores e escravos [...] como um lugar instável, móbil, disperso, fugidio ao que era normativo e que estes traços marcavam a vivência entre senhores e escravos (Moraes, 2009, p.73).

É preciso pensar esse espaço em suas múltiplas e contraditórias dimensões sociais. Um cenário formado pela ação de vários/as atores/atrizes que não exerciam um único papel pré-determinado. Na luta pela (re)existência era urgente para as pessoas escravizadas encontrarem brechas naquele sistema que pudessem criar um espaço de autonomia. Lutas e fugas foram empreendidas nessa empreitada, mas não só, negociar era preciso também.

**3 A FAMÍLIA DE ESCRAVIZADOS/AS COMO FORMA DE RESISTÊNCIA NO SERTÃO SUL-MARANHENSE.**

Ainda na empreitada de vislumbrar outras formas de falar sobre as relações escravistas surgidas nos sertões sul-maranhenses da segunda metade do XIX que fujam das imagens presentes no desfile do 7 de setembro da cidade de Fortaleza dos Nogueiras-MA, destaco mais uma vez a importância do uso de documentos históricos como aliados para que possamos compreender a complexidade daquela sociedade que não se resumia nas relações de violência, apesar de também estarem presentes. (Re)Leituras podem ser feitas sobre aquele espaço-território a partir da dinâmica dos vínculos estabelecidos entre livres, libertos/as e escravizados/as e as relações que estabeleceram com o lugar em que viveram, criando assim, novas redes conceituais (Bourdieu, 2000, p.28-29). A pesquisa realizada me levou a pensar a escravidão negra como um dos fios que ajudaram a tecer e foram tecidos por uma rede de múltiplas relações que em seu conjunto deram origem àquela sociedade. Os fragmentos das histórias de homens e mulheres escravizados/as representam uma das camadas que compõem as narrativas sobre aquele espaço físico e social.

Aqui o sertão surge como resultado de práticas sociais, do ir e vir daquelas pessoas que (re)desenharam o lugar e as relações sociais nele estabelecidas, (re)construindo suas subjetividades ora seguindo as regras do jogo estabelecido, ora subvertendo-as; (re)inventando assim, outras práticas sociais que ajudaram a complexificar e a diversificar as já existentes. Aquele território transformou-se em uma arena na qual grupos sociais (livres/libertos/escravizados) disputaram o poder para demarcar seus espaços físicos, sociais e identitários. A construção de saberes sobre esse sertão tem seu lugar de fala assentado em narrativas gestadas por uma elite intelectual que silenciou, por muito tempo, a presença da população negra livre, liberta e escravizada. No entanto, a documentação pesquisada me direcionava para um outro sertão eivado por relações complexas e contraditórias, por cujos, grupos sociais se entrelaçavam, ora se misturando, ora se expelindo, construindo espaços pautados em conflitos, mas também em diálogos que permitiram àqueles sujeitos a se movimentarem, a (re)criarem e a (re)significarem vínculos.

Escravizados/as de forma individual ou coletiva promoveram ações utilizando-se das brechas encontradas dentro do sistema normativo vigente para criarem espaços de autonomia, resistência e (r)existência. As famílias de escravizados/as constituídas legalmente (sacramentadas pelos ritos católicos) e/ou vínculos consensuais são exemplos desses espaços possíveis, onde aqueles sujeitos formaram laços de sociabilidades e solidariedades que lhes proporcionaram não só condições para superarem as adversidades advindas de sua condição, mas também, representaram uma forma de aumentar suas redes de relações (Lopes, 2013, p.6).[[76]](#footnote-75)

Nos últimos anos a produção historiográfica sobre o casamento entre a população escravizada avançou e ainda avança. Atualmente não se discute mais se os/as cativos/as constituíram ou não famílias. A questão que se coloca hoje é compreender os elementos que contribuíram para a realização daquelas uniões (Faria, 1998, p.4). O esforço no momento atual das pesquisas é compreender quais as estratégias que os/as escravizados/as criaram em seu cotidiano para construírem laços de parentescos e quais os significados que esses (re)arranjos familiares tiveram tanto para os/as cativos/as quanto para os seus e suas donos/as. Falar sobre a família de escravizados/as é quase inevitável não destacar as reflexões feitas por Robert W. Slenes em seu livro *Na senzala, uma flor - Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste século XIX*.Para este historiador,

[...] as relações de parentesco constituem um nexo importante para a (re)criação das esperanças e recordações das pessoas: isto é, para a formação de memória, projetos, visões de mundo e identidades [...] a família conjugal escrava, apesar de sua vulnerabilidade diante das condições da escravidão, ‘havia emergido como uma instituição social viável’ [...] Como consequência, [a família] provavelmente ajudou muitos escravos a reterem sua identidade e lidarem efetivamente com as pressões psicológicas da escravidão [...] (Slenes, 2001, p.28).

Importante ressaltar que a análise feita pelo autor acima é pautada em documentos de regiões de grandes plantações do sudeste brasileiro e que receberam uma grande quantidade de mão de obra africana, no entanto, pode também ser utilizada no estudo dos laços familiares que escravizados/as criaram em regiões de pequenas propriedades com número menor de mão de obra cativa. Dessa forma, as pesquisas que historiadores/as vêm fazendo para compreender as dinâmicas das relações familiares de escravizados/as, me ajudou a ter um maior entendimento sobre como aqueles indivíduos foram criando um mundo próprio diante das condições em que viveram (Metcalf, 1987, p.230).

Sobre os matrimônios de escravizados/as, as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia recomendaram que, poderiam

[...] casar com outras pessoas cativas, ou livres, e seus senhores lhe não podem impedir o Matrimônio, nem o uso dele em tempo e lugar conveniente, nem por esse respeito os podem tratar pior, nem vender para outros lugares remotos, para onde o outro por ser cativo, ou por ter outro justo impedimento o não possa seguir, e fazendo o contrário pecam mortalmente [...] Pelo que lhe mandamos, e encarregamos muito que não ponham impedimentos a seus escravizados para se casarem, nem com ameaças, e mau tratamento lhes encontrem o uso do Matrimônio em tempo e lugar conveniente, nem depois de casados os vendem para partes remotas de fora, para onde suas mulheres por serem escravizadas, ou terem outro impedimento legítimo, os não possam seguir. E declaramos, que posto que se casem, ficam escravizados como de antes eram, e obrigados a todo serviço de seu senhor (Vide,1853, p.125).

Oficializar a união diante de um padre não alterava a condição social e jurídica de homens e mulheres que viveram sob a escravidão. O casamento religioso, assim como outros ritos católicos, co-existiram com as normas opressoras da sociedade escravista colonial e imperial brasileira. Na teoria e de acordo com os preceitos cristãos, senhores e senhoras não teriam motivos para ver em tais uniões algum tipo de ameaça para a estabilidade de suas propriedades.

Os registros de casamento encontrados por mim não trazem muitas informações sobre as pessoas envolvidas nesse rito religioso e social. Neles constam a data, o lugar da realização do matrimônio, o nome do noivo e da noiva, onde moravam, suas filiações (se natural ou legítimo/a e condição social e jurídica dos pais), os nomes de seus/suas proprietários/as, das testemunhas e a assinatura do religioso que fez o registro e abençoou tal cerimônia. Não encontrei informações sobre a idade e profissão dos nubentes.[[77]](#footnote-76) A partir desses fragmentos de histórias contidos nesses documentos, também fragmentados, busquei compreender a dinâmica dessas relações dentro da sociedade sertaneja e escravista dos sertões sul-maranhenses do século XIX.

Nesta pesquisa encontrei poucos assentos de casamentos entre escravizados/as. Nos quatro livros de registros de casamentos consultados, apenas 6 (seis) documentos envolviam sujeitos escravizados. O registro de casamento entre Vicente e Raymunda foi um deles. Vejamos:

Aos vinte e oito de Maio de mil oitocentos e quarenta e quatro na Igreja de S. Pedro de Alcântara da V. de Carolina, se casaram os contraentes Vicente criolo e Raymunda, cabra escravizados de Lourenço Pinto de Abreu morador nessa Freguesia e foram testemunhas deste casamento Martinho da [?] Araujo e [?] Conrª Salis [...] (Registro de Casamento (RC) de Vicente e Raymunda, 1844, p.15v, grifo meu).

A união de João, criolo, e Maria, angola, também recebeu as bênçãos da Igreja. O enlace matrimonial ocorreu em 20 de julho de 1844 (RC de João e Maria, 1844, p.17v). Um ano antes, em 15 de abril de 1843, no sítio paciência na casa do Tenente Coronel Pedro Nunes de Camargo casaram-se Antônio e Doroteia, ambos cabras e escravizados (RC de Antônio e Doroteia, 1843, p.13v).

Ser levado/a ao altar não significava dizer que a estabilidade da família legalmente constituída de Vicente, Raymunda, João, Maria, Antônio e Doroteia estivesse garantida. Mesmo constituindo-se um lugar em que aqueles indivíduos pudessem encontrar refúgio, afeto, apoio e acolhimento, a existência e manutenção de suas famílias estavam entrelaçadas às dinâmicas das famílias de seus/suas senhores/as. O medo de ver seus laços familiares sendo estilhaçados a qualquer momento foi um sentimento que acompanhou os/as escravizados/as que se aventuraram na empreitada de construírem vínculos tão fortes e importantes diante das adversidades que suas condições sociais e jurídicas diariamente representaram.

Alida Metcalf (1987, p.231), apesar de reconhecer que os arranjos familiares formados pela população escravizada eram espaços em que eles/as pudessem exercer um certo grau de autonomia, salienta que

Como os escravos não podiam formar famílias autossuficientes e independentes e eram obrigados a constituí-las dentro ou nas proximidades do domicílio de seu senhor, suas famílias eram grandemente afetadas pelos acontecimentos na vida deste. A riqueza e o ciclo de vida dos proprietários, especialmente, influenciavam a formação e duração das famílias escravas. Assim, o ciclo familiar dos cativos (ou como as famílias escravas se desenvolviam e mudavam durante a vida de um indivíduo) dependia das características dos senhores - do seu grau de riqueza e de como suas famílias se modificavam ao longo do tempo [...].

Assim, o domínio que o/a senhor/a exerceu sobre a família de seus/suas escravizados/as não era só para utilizar esses vínculos como mais uma forma de controlá-los/as (Slenes, 2011, p.28). Dependiam da vontade e da própria vida daqueles/as escravagistas a possibilidade da existência de tais relações. Esta situação tornava-se mais delicada dentro das pequenas propriedades, onde o contato entre as famílias era maior e, portanto, eram mais dependentes (Da Costa; Schwartz; Slenes, 1987, p.264-65).

Além de sofrerem com os possíveis infortúnios que a família de seus/suas proprietários/as pudessem passar, como por exemplo, a morte de seu/sua senhor/a, o que poderia desencadear a separação da família por meio dos longos e complexos processos de herança; o espaço doméstico da família de escravizados/as ainda estava sujeito a sofrer com outras questões advindas do contexto histórico. E o século XIX, em especial a segunda metade, foi marcado por acontecimentos que modificaram significativamente a dinâmica que há séculos existia entre escravizados/as e senhores/as. O desenvolvimento do tráfico interprovincial foi um desses eventos. Soma-se a este fato, a burocracia que era imposta àqueles/as que quisessem oficializar suas uniões (Jacinto, 2005, p.75-77; Slenes, 2011, p.98).

Diante de tantos obstáculos e incertezas, podemos nos perguntar o que ainda levava pessoas como Vicente, Raymunda, João, Maria, Antônio e Doroteia a oficializarem suas relações diante do pároco? Conforme Luiza Miranda (2018, p.71)

casar-se tanto para a sociedade livre, escravizada ou liberta, não era apenas o ato de unir duas pessoas para a constituição de uma família aos moldes legítimos do catolicismo, controle social e religioso, mas também uma forma de reivindicação de um lugar social e/ou arranjos de resistência para os envolvidos nesse processo.

Robert Slenes destaca que é preciso uma investigação mais detalhada sobre os efeitos que as uniões abençoadas pela Igreja teriam para os envolvidos na cerimônia e como este rito católico era (re)significado dentro de suas comunidades. Para isso, é necessário atentar para os benefícios conseguidos na lida diária, no que ele chamou de as “coisas miúdas” do dia a dia dos sujeitos escravizados/casados (Slenes, 2011, p.157). Dentre esses ganhos, o autor acima faz uma descrição, a partir de relatos e telas feitos por viajantes que andaram pelo Brasil durante o século XIX, dos espaços destinados para os escravizados/as em várias fazendas. Robert Slenes (2011, p.167) constatou que para a população escravizada

[...] casar-se - mesmo sem o ritual da Igreja, se acreditarmos nos relatos de Burmeister, Tschudi e Giglioli - conferia acesso a um espaço construído próprio, seja um cubículo num barracão/pavilhão, seja um barraco separado [...] Além disso, e mais importante, era uma habitação dividida com um parceiro de *vida*, não apenas de roça. Enfim, o casar-se frequentemente implicava para o escravo ganhar mais espaço construído; mas, sobretudo, significava apoderar-se do controle desse espaço, junto com o cônjuge, para a implantação de seus próprios projetos.

Casar-se poderia vir acompanhado da possibilidade de conseguir vantagens materiais, um espaço físico seu, onde pudessem gozar de alguma liberdade; e emocionais, um/a companheiro/a que pudesse ajudá-lo/a a suportar as agruras que a vida em cativeiro causava. Vicente, Raymunda, João, Maria, Antônio e Doroteia ao firmarem seus votos matrimoniais diante de um pároco, talvez pudessem ver nesse rito a esperança de melhores oportunidades de (r)existência. É importante ressaltar que essa autonomia conseguida por alguns através do matrimônio, não queria dizer que para eles/as a escravidão seria mais branda em relação àqueles/as que não tiveram seus enlaces oficalizados.

O historiador Roberto Guedes ressalta que junto com outros símbolos, o matrimônio dentro das senzalas dava aos/as senhores/as um status diferenciado em relação aos que não promoviam essas uniões dentro de sua escravaria. As alianças oficializadas entre a população escravizada representariam para seus/as senhores e senhoras uma distinção social, demonstrava que eles/as seguiam os preceitos religiosos e sociais orientados pela Igreja e pelas autoridades governamentais (Guedes, 2008, p.158).

Apesar de não serem documentos militares, nos registros de casamentos de escravizados/as foram colocados os títulos militares dos senhores, o que por sua vez demarcavam posições sociais dentro daquela sociedade fortemente hierarquizada (Guedes, 2008, p.156). Dos 6 (seis) assentos de casamentos de escravizados/as que encontrei na Freguesia de São Pedro de Alcântara, em dois foram colocados a ocupação militar e social dos senhores. O Capitão Jozé da Silva Aguiar dono dos casal de escravizados/as João e Maria (RC de João e Maria, 1844, p.17v) e o Tenente Coronel Pedro Nunes de Camargo senhor dos recém-casados Antônio e Doroteia (RC de Antônio e Doroteia, 1843, p.13v). Esses marcadores sociais estão presentes também em outros documentos, como, por exemplo, os registros de compra e venda de escravizados/as, nas cartas de liberdade, inventários e nos registros de batismo analisados por mim. Os colonizadores dos sertões sul-maranhenses eram colonos militares, proprietários de terras, gados e também escravistas.

Em estudo sobre os arranjos familiares construídos pelos/as cativos/as, os historiadores Manolo Florentino e José Roberto Góes ressaltam que tais uniões eram vistas pelos/as proprietários/as como uma estratégia utilizada para conseguirem a tão desejada paz em suas senzalas. A família, conforme estes pesquisadores, seria o elemento regular dos instintos rebeldes de suas propriedades. É de se supor que nenhum pai ou mãe, a título de exemplo, iria evadir-se de suas fazendas deixando abandonando seus entes queridos (Florentino; Góes, 1997, p.90). Se para Florentino e Góes a família formada por homens e mulheres escravizados/as era uma das causas que os/as impediam de lutar por liberdade, não é a mesma realidade encontrada pela historiadora baiana Isabel Reis (1998, p.77-78), a partir de pesquisas em anúncio de fugas de escravizados/as na Salvador XIX. Nestes estudos a referida professora deparou-se com

fugas de escravos "casados", "amásios", "camaradas", de mulheres "grávidas", "pejadas", "às vésperas de parir", com filhos e muito raramente deixando-os para trás, além de "irmãos", "primos", etc. Foram fugas em família, para ir ao encontro da família, em prol da família, e muitas vezes tendo familiares como cúmplices. Constatamos que os escravos percorreram pequenas e grandes distâncias com parentes ou em busca deles. Foram fugas do campo para a cidade, da cidade para o campo, dentro do Recôncavo baiano, entre o Norte e Sul da província e até mesmo entre esta e outras províncias.

Era por e com sua família que escravizados/as criaram estratégias de luta para não só construí-la, mas fundamentalmente, mantê-la diante das adversidades do sistema opressor em que viveram. Somente em 1869 o governo brasileiro aprovou uma lei que dentre outras medidas no seu Art 2º dizia que “Em todas as vendas de escravos, ou sejam, particulares ou judiciais, é proibido, sob pena de nulidade, separar o marido da mulher, o filho do pai oumãe, salvo sendo os filhos maiores de 15 annos” (Decreto nº 1.695, de 15 de setembro de 1869).

A idade de 15 anos como limite para se proibir a separação da criança de seus pais escravizados caiu para 12 anos com o decreto de nº 5.135, de 13 de novembro de 1872. Antes dessas medidas, a lei de nº 2.040 de 28 de setembro de 1871 tornou livre todos/as filhos/as de escravizadas nascidos/as a partir daquela data. Assim, as autoridades políticas brasileiras efetivamente interferiram nas relações entre senhores/as e suas propriedades humanas, seus e suas escravizados/as.

As leis citadas acima limitaram o poder senhorial para negociar seus bens, tornando-se assim, mais um elemento desestimulador no mercado matrimonial da população escravizada. Possivelmente diante daquelas medidas os/as proprietários/as dos sertões sul-maranhenses seguiram o padrão comportamental encontrado pela professora e pesquisadora maranhense Antônia Mota, ao estudar as famílias de escravizados/as formadas dentro das propriedades senhoriais da ribeira do Itapecuru no final do dezoito e início do dezenove. Na pesquisa realizada, Mota encontrou um número muito pequeno de casamentos entre a população escravizada (Mota, 2011, p.3).

Nos livros de registros de casamentos na Carolina-MA entre os anos de 1842 e 1849, encontrei 4 (quatro) casamentos de escravizados/as. Esse número caiu para 2 (dois) assentos nos três livros restantes, que por sua vez, corresponderam a um período muito maior, 1864 a 1893. Tais dados sugerem que o casamento religioso, que já era raro na primeira metade do XIX, em seus anos finais, tornou-se quase impossível. E assim, como na São Luís do século XIX as uniões abençoadas pelos representantes da Igreja Católica para a população escravizada nos sertões de Pastos Bons também se constituíram uma exceção (Jacinto, 2005, p.74-76). Sempre é bom lembrar que, mesmo não havendo a oficialização daquelas relações, não significa que não existiram. Falarei deste ponto mais adiante.

Os indícios encontrados nos registros de casamentos da população escravizada deram pistas de como tal rito foi responsável pela construção de uma longa e complexa teia de relações que ultrapassaram os limites das senzalas. Naquelas cerimônias foram (re)construídos laços de afeição, amizade e solidariedade entre indivíduos que não pertenciam ao mesmo grupo jurídico e social dos nubentes. Os vínculos formados entre os/as noivos/as e as testemunhas levadas ao altar na Carolina-MA do século XIX são exemplos de estratégias utilizadas pelos envolvidos naquelas cerimônias para ampliarem suas redes relacionais.

No casamento de Luiz, escravizado, e Ignez da Cunha Ribeiro foram padrinhos Sebastião de Souza Dantas, Innacio José Rodrigues, Luzia Rosa da Silva e Benecdita Gomes de Britto, homens e mulheres livres[[78]](#footnote-77)(RC de Luiz e Ignez, 1885, p.78v). Antonio Dionisio Soares e Antonio Amancio de Oliveira, homens livres, em 9 de agosto de 1842 foram padrinhos do enlace matrimonial de Martinho, cabra, e Adriana, cabra, ambos escravizados (RC de Martinho e Adriana, 1842, p.5). Eram também homens e livres, Manoel de Abreu e Fellipe de tal que testemunharam o enlace realizado entre os escravizados Antônio e Doroteia, realizado em 15 de abril de 1843 (RC de Antônio e Doroteia, 1843, p.13v).

Não tenho como saber qual a qualidade dos vínculos entre os/as padrinhos/madrinhas e os nubentes antes do casamento, em que circunstâncias eles/as se encontraram e estabeleceram relações. Sei que dentro das possibilidades de escolha de testemunhas dadas aos/as noivos/as, estes/as preferiram estabelecer relações com sujeitos que não pertenciam ao seu grupo social e jurídico, eram livres. Luiz, escravizado e Ignez da Cunha Ribeiro; Martinho e Adriana, ambos escravizados; e Antônio e Doroteia, também cativos, formaram vínculos sociais verticais com seus/suas padrinhos/madrinhas de casamento. Tais alianças poderiam ser vantajosas para todos/as os envolvidos/as na cerimônia. O historiador Daniel Barroso (2012, p.97) destaca que nessas relações havia

[...] uma multiplicidade de aspectos, de aspirações e de motivações, a relação de nubentes e testemunhas estava esteada em três elementos basilares: o reforço dos vínculos pessoais de diversas ordens, a busca pelo ‘amparo social’ e ampliação da clientela.

Dentre as expectativas dos/as escravizados/as que estabeleceram tais vínculos com livres ou libertos/as estava a de conquistar se não a tão sonhada liberdade, pelo menos, o amparo para suportarem o cotidiano do cativeiro. Aquelas uniões ampliaram e complexificaram ainda mais as relações que foram construídas nos sertões de Pastos Bons na segunda metade do XIX.

Livres, libertos/as e escravizados/as não viveram em seus espaços isolados/as, se encontraram, se misturaram e juntos construíram aquela sociedade. Os/As escravizados/as procuraram diariamente estratégias para formarem redes parentais e de amizade que nem sempre se restringiram aos espaços das propriedades de seus senhores/as. Ainda sobre a importância das testemunhas, Daniel Barroso (2012, p.92) destaca que

As testemunhas ocupavam um lugar central tanto no rito em si, como no matrimônio enquanto um ato social. A escolha provavelmente privilegiaria pessoas que para os nubentes e suas famílias eram ‘especiais’. ‘Especiais’ não apenas no sentido de afinidade entre as partes, mas também em relação a aspectos de ordem social, econômica, política e ou cultural. Ainda que sob perspectivas bastante diferentes e conquanto não se concebesse um vínculo formal de parentesco, as testemunhas estavam para o casamento tal com os padrinhos e madrinhas estavam para o batismo.

Quanto ao gênero das testemunhas dos casamentos entre escravizados/as analisados por mim, identifiquei a ausência de mulheres em alguns registros, os pares de padrinhos eram homens. Foi o que aconteceu nos matrimônios de Martinho com Adriana e de Antônio com Doroteia, citados acima. Pensando na sociedade sertaneja sul-maranhense no dezenove marcada pela violência e precariedade de boa parte da população que lá viveram, ser livre/liberto e homem parece ter representado a melhor opção. Os historiadores Daniel Barroso (2012, p.96) e Déborah Silva (2013, p.61) também observaram essa tendência nas regiões que estudaram.

Em nenhum dos livros de registros de casamentos pesquisados encontrei uniões envolvendo liberto/as. Somente em 2 de agosto de 1868 foi registrada a presença de uma liberta em uma cerimônia matrimonial. No casamento de José Pereira da Silva, filho legítimo de Nicolau José da Silva e de Eleutina Ferreira da Conceição com Vicencia Pereira Moreira, a noiva foi registrada como sendo filha natural de Germana, uma liberta (RC de José Pereira da Silva e Vicencia Pereira Moreira, 1868, p.17v). Caso raro na documentação que trabalho. As lacunas presentes em tais documentos me impedem de avançar em algumas reflexões sobre a complexidade das relações construídas naquele espaço social.

Na tentativa de compreender os múltiplos, diversos e heterogêneos arranjos e rearranjos familiares no Brasil desde a chegada do primeiro europeu, os estudos sobre a família ampliaram seu conceito. Fala-se hoje em família no plural (Scott, 2009, p.16). Diante das possibilidades que a historiografia sobre o tema me dar, no presente trabalho irei adotar o conceito dado por Iraci Da Costa, Robert Slenes e Stuart Schwartz. A família de escravizados/as para eles e ela era formada pelo

[...] casal (unido ou não perante a Igreja), presentes ou não ambos os cônjuges, com seus filhos, caso houvesse [sic]; os solteiros (homens ou mulheres) com filhos e os viúvos ou viúvas com filhos. Em qualquer dos casos os filhos deveriam ser solteiros, sem prole e coabitar junto aos pais. Os viúvos (as) isolados (as), bem como o solteiro(a) a viver junto a filho(s) com prole, não constituem família, e enquadram-se no grupo denominado "pseudo famílias" dividido em três subcategorias: uma relativa aos viúvos isolados (vale dizer que não constituam família), outros referentes às pessoas em vivência com filho(s) e respectiva(s) prole(s). Entende-se, ademais, por Chefe de Família, o "cabeça do casal" (homem ou mulher presente) (Da Costa; Schwartz; Slenes, 1987, p.257).

As famílias formadas nos campos e nas cidades do Brasil durante a colônia e o império foram o resultado de diferentes alianças de solidariedades e sociabilidades que no conjunto deu origem a uma sociedade mestiça em suas cores e em seu modo de viver. Essas famílias foram constituídas por

[...] livres, libertas e escravas; endogâmicas (os cônjuges eram escravos, independentemente de pertencerem ao mesmo senhor); exogâmicas (um cônjuge escravo e o outro forro ou livre); mistas (compostas por casais de qualidades distintas: brancos, índios, africanos, caboclos, mulatos, pardos); legítimas (uniões sacramentadas pelo casamento cristão) ou concubinas e consensuais (uniões estáveis ou esporádicas entre casais que viviam juntos sem contrair o matrimônio) (Chaves, 2016, p.213).

É preciso ampliar os olhares e o repertório conceitual sobre os (re)arranjos familiares que escravizados/as (re)criaram levando em consideração as diferenças regionais e as características peculiares das relações escravistas estabelecidas em cada lugar. Sobre esse assunto, Roberto Guedes afirma que ao se enveredar por essa temática a “[...] A palavra-chave é, portanto, diversidade [...]”(Guedes, 2008, p.149).

Os registros de casamento são os principais documentos que possuímos para estudarmos as relações matrimoniais, mas não são os únicos. Ao pesquisar sobre a constituição legal da família de escravizados/as em uma região como os sertões do sul-maranhense me deparei com algumas dificuldades. Apesar de contar com uma grande variedade de séries documentais, a quantidade é pequena; muitos documentos estão desgastados pelo tempo e não possuem uma ordem cronológica linear. O desafio foi, a partir dos fragmentos encontrados nesse material, compreender as estratégias que aqueles/as homens e mulheres utilizaram para estabelecerem vínculos de solidariedade e de sociabilidade no mundo em que viveram. Assim, além dos registros de casamento, procurei vestígios das relações matrimoniais envolvendo a população escravizada em todo o corpo documental que eu tinha disponível.

Na carta de liberdade de Raimunda, de 55 anos de idade, consta que a mesma era casada com um escravizado de nome Thiburcio (CL de Raimunda, 1864, p.114). Não foi registrado no documento qual foi o destino jurídico de seu esposo, se continuou escravizado ou se também conseguiu conquistar sua liberdade. Já os cônjuges João e Angélica com idades de mais de 70 anos, conseguiram a tão sonhada e desejada liberdade por uma quantia de 350 mil réis entregues ao seu ex-senhor, o Major Alexandre Gomes da Silveira, em 3 de março de 1873 (CL de João e Angélica, 1873, p.98).

Levada pela inquietação causada pelas informações do registro de liberdade de João e Angélica, revisitei o inventáriopós-morte de Alexandre Gomes da Silveira[[79]](#footnote-78) a procura de alguma informação. Infelizmente nada encontrei sobre João e Angélica. Dos/as 11 (onze) escravizados/as arrolados/as como bens de Alexandre da Silveira, não havia indícios que apontassem para a existência de vínculos consanguíneos entre João e Angélica (Inventário pós-morte de Alexandre Gomes da Silveira, 1886).

Mesmo não sendo parentes consanguíneos é provável que dentro do plantel de Alexandre Gomes da Silveira escravizados e escravizadas tenham construído laços de parentesco. Relações que não foram registradas pelas responsáveis por fazerem os documentos que hoje estudo. Possivelmente aqueles/as homens e mulheres tiveram em seu cotidiano a companhia de parentes consanguíneos como tios/as, avós/avôs; e de parentes frutos dos ritos que participavam como padrinhos, madrinhas, compadres, comadres; além de amigos/as e vizinhos/as e formaram com eles/elas alianças que no decorrer de suas vidas representaram um auxílio e amparo. Aqueles sujeitos escravizados não viveram sozinhos à mercê dos mandos e desmandos das vontades senhoriais.

É possível imaginar que no lote de 7 (sete) escravizados/as libertados/as pelo Major Filadelphio Antonio Noronha em 10 de janeiro de 1874, havia entre eles laços parentais. Tal ato, de acordo com o próprio Filadelphio, foi realizado por serem

[...] credores de minha gratidão e remuneração uns pelos bons serviços que me hão prestado e outros por os haver criado e educado como se meus filhos fossem; pelo que de minha livre e espontânea vontade que logo depois de minha morte gozem de plena liberdade como se de ventre livre houvessem nascidos em virtude deste escrito [...] (CL de João, Serafim, Leonardo, Antonio, Eva, Guilherme e Cyrio, 1874, p.110).

Assim, os/as escravizados/as

[...] João, pardo, de 72 annos de idade, solteiro, sapateiro, natural do Piahuy; Serafim, crioulo, de 60 annos de idade, sem officio; Leonardo, pardo, de 40 annos de idade, solteiro; Antonio, pardo, de 22 anos de idade, casado, carpina; Eva, parda, de 7 annos de idade, filha de minha escrava Edwvirges; Guilherme, pardo, de 5 annos de idade, filho de minha escrava Martinha e Cyrio, pardo de um anno de idade filho de Narciza, fallecida [...] (CL de João, Serafim, Leonardo, Antonio, Eva, Guilherme e Cyrio, 1874, p.110).

Após a morte de seu dono passariam a viver em liberdade. O Major Filadelphio Antonio Noronha era um escravista de muitas posses. Seu nome aparece em alguns registros de compra e venda e em carta de liberdade de outros/as escravizados/as.

**3.1 A FAMÍLIA COMO FORMA DE RESISTÊNCIA:** Justino Alberto Lima, Amancia Pereira de Miranda, Luiz e Ignez da Cunha Ribeiro.

Um dos pontos em comum nos trabalhos que estudam os casamentos mistos realizados entre escravizados/as, livres e libertos/as diz respeito à influência que os tamanhos dos plantéis tiveram na formação daquelas uniões (Goldschmidt, 2004, p.117; Oliveira Filho, 2016, p.79). No sul-maranhense do século XIX, devido ao pequeno número de mão de obra escravizada empregada, o “mercado matrimonial” tornou-se restrito para àqueles indivíduos, que por sua vez, foram buscar seus/suas parceiros/as em outros grupos sociais, dando origem assim, a diferentes (re)arranjos familiares.

Na carta de liberdade passada ao escravizado Raimundo no dia 3 de janeiro do ano de 1881, pelo Major Pedro Pereira Jacomo Bezerra, consta que Raimundo era casado com uma mulher livre (CL de Raimundo, 1881, p.347). Manoel, que conseguiu sua liberdade em 9 de dezembro de 1880, era casado com mulher forra de nome Vicência Maria da Conceição (Procuração de Martinho José Ribeiro, 1880, p.18v-19). Os laços de afinidade, afeto, solidariedade e sociabilidade formados com aqueles enlaces demonstram que homens e mulheres escravizados/as não viveram isolados/as nas propriedades de seus/suas senhores/as. Formaram redes de relações e apoio dentro e fora de suas comunidades. Os vínculos matrimoniais formados por Raimundo e Manoel foram utilizados para que eles tecessem múltiplos e variados laços, possibilitando o encontro e a mistura de pessoas que possuíam condições sociais e jurídicas diferentes (Machado, 2002, p.1).

E pensando a sociedade maranhense no dezenove, quer seja na capital ou no sertão sul-maranhense, onde a cor e a diferença sociojurídica eram utilizadas como demarcadores sociais, ao estabelecerem tais uniões aqueles escravizados também procuraram conseguir uma melhor posição dentro da estrutura social em que viveram (Jacinto, 2005, p.101).[[80]](#footnote-79) Não é possível afirmar categoricamente se Raimundo e Manoel conseguiram mudar de status social e jurídico com os laços matrimoniais estabelecidos com seus cônjuges livre/liberta, mas seus ou suas descendentes possivelmente sim, uma vez que, quem determinava a condição jurídica dos/as filhos/as era a mulher (Guterres, 2010, p.5). A esperança de ver a próxima geração de sua família longe dos grilhões do cativeiro também tenha sido um dos motivos que levou Luiz, escravizado, a oficializar sua relação com Ignez da Cunha Ribeiro, filha legítima de Martiliano da Cunha Machado e de Anna Ribeiro Machado, em 5 de outubro de 1885 (RC de Luiz e Ignez, 1885, p.78v).[[81]](#footnote-80)

Sobre as relações que foram construídas entre livres e escravizados/as, gostaria de citar mais um exemplo. Athamazia, em 25 de maio de 1883, conseguiu comprar sua carta de alforria junto ao seu ex-proprietário João Ayres da Silva Mascarenhas e através do pecúlio e do fundo de emancipação. Nesse documento consta que Athamazia era casada com um homem livre. Infelizmente não registraram o nome de seu companheiro (CL de Athamazia, 1883, p.72). Sei que Athamazia tinha um filho menor também escravizado de nome Joaquim. Este não vivia com a mãe, era propriedade de Simplycio Ayres da Silva (CL de Joaquim, 1883, p.72v). Althamazia e Joaquim possivelmente foram separados em processo de partilha de herança (Procuração de Simplycio Ayres da Silva, 1883, p.70). O certo é que coincidentemente em 25 de maio de 1883, Joaquim, através do fundo de emancipação, também foi libertado (CL de Joaquim, 1883, p.72v). Teria o companheiro, um homem livre, de Athamasia contribuído financeiramente para a compra da liberdade de sua esposa e filho? Por ser um homem livre, possuiria maiores oportunidades para conseguir recursos para ajudar sua família a conquistar a tão sonhada liberdade?

Foi por meio dos recursos pagos por seu pai, Bartolomeu, que em 13 de julho de 1875 a menina Roza, de apenas 8 anos de idade, conseguiu sua carta de alforria (CL de Roza,1875, p.135). Infelizmente não foi registrada, por descuido do escrivão ou por opção das partes contratantes, a condição jurídica de Bartolomeu. Seria ele um liberto ou um livre, que teria juntado meios para libertar sua filha? Não posso responder essa pergunta, sei que enquanto pai Bartolomeu garantiu, através da compra da carta de alforria, um futuro com mais possibilidades para sua filha Roza. Casos como este, demonstram que aquelas famílias travaram uma luta diária não só para se formarem, mas também, para manterem-se unidas diante daquele contexto.

Os libertos se casaram com escravizadas. Antônio, homem liberto, foi registrado como esposo da escravizada Maria na carta de liberdade do filho do casal, o pequeno Justo de apenas 3 (três) anos, passada por Maria Gonçalves Lima, em 10 de janeiro de 1874 (CL de Justo, 1874, p.110). O enlace matrimonial entre Antônio, um forro, e a escravizada Maria dava uma maior complexidade aos vínculos sociais construídos nos sertões sul-maranhenses. Não consegui saber se Antônio pertenceu à mesma senhora de Maria, ou se conheceu sua esposa em outros momentos fora da propriedade e das vistas senhoriais; ou se ainda, morava na mesma propriedade de sua esposa ou em sua vizinhança. Esta última hipótese, segundo a historiadora Eliana Goldschmidt, não colocaria em risco a estabilidade da propriedade de Dona Maria Lima, pois em tais uniões além do termo de consentimento[[82]](#footnote-81) dado pelo senhor ou senhora os nubentes teriam que apresentar o termo de seguimento

[..] para assegurar que, efetuado o casamento misto, o cônjuge que não estivesse em escravidão seguisse sempre o outro, a despeito das normas eclesiásticas que determinavam às mulheres ‘que acompanhem a seus maridos, como são obrigadas’ [...] Tais exigências, não previstas pela legislação, mas adotadas na prática pelas autoridades eclesiásticas, consagraram, no século XIX, o procedimento da sociedade escravocrata em relação aos casamentos mistos (Goldschmidt, 2004, p.122-123).

Assegurados seus direitos de propriedade, senhores e senhoras, teoricamente, não teriam motivos para se oporem a tais enlaces. Assim, mesmo utilizando-se de alguma autonomia conseguida nas relações de diálogos e negociações com seus e suas proprietários/as, os/as escravizados/as ainda precisavam da autorização daqueles/as para realizarem seus matrimônios. Diante de questões como esta, é bom lembrar que

[...] Decerto essa liberdade não é absoluta: culturalmente e socialmente determinada, limitada, pacientemente conquistada, ela continua sendo, no entanto, uma liberdade consciente, que os interstícios inerentes aos sistemas gerais de normas deixam aos atores. Na verdade, nenhum sistema normativo é suficientemente estruturado para eliminar qualquer possibilidade de escolha consciente de manipulação ou de interpretação das regras, de negociação [...] (Levi, 2006, p.179).

Tais casos mostram as contradições existentes dentro do sistema normativo em que aqueles sujeitos viveram e como foram criando cotidianamente fendas onde pudessem exercer suas subjetividades.

Em relação aos livres e libertos/as que estabelecessem laços matrimoniais com escravizados/as ao assinarem o termo de consentimento, na prática, acabaram ficando presos à propriedade do/a senhor/a de seus cônjuges, transformando-se assim, em mão de obra extra para os/as proprietários/as, sob a condição de agregados/as. Era os ganhos que os escravagistas teriam ao consentirem tais uniões em seus plantéis (Cunha, 2016, p.228-230; Nascimento Neto, 2017, p.5).

Mas, quem eram esses e essas agregados/as livres e/ou libertos/as que faziam o caminho inverso, do mundo dos livres em direção ao mundo dos/as escravizados/as? Os professores e pesquisadores Ivana Cabral e Johny Araújo (2011, p.6) em seus estudos sobre a sociedade piauiense na segunda metade do século XIX, constataram que

Os agregados ou moradores foram importantes personagens da sociedade e da economia rural piauiense. Podiam-se encontrar nesta categoria, trabalhadores livres libertos e até mesmo escravizados. Alguns eram agregados a uma família e conviviam dentro de casa, outros se estabeleciam em um determinado lote de terras, com a permissão dos proprietários. Dedicavam-se ao cultivo das terras, auxiliados por familiares ou mesmo trabalhadores, escravos e livres. Ocupavam-se da pecuária e da produção agrícola para o sustento de sua família e de seus trabalhadores, o excedente da produção destinava-se ao comércio com outras regiões, ou mesmo dentro da própria província.

Poderiam ser também forasteiros/as que para garantirem sua sobrevivência em um novo lugar estabeleceram alianças verticais e horizontais com as pessoas que lá viviam. Homens e mulheres muitas vezes pobres que migraram de região para região à procura de melhores condições de vida e que viram no estabelecimento de uniões familiares estáveis uma possibilidade de encontrar um lugar seguro para recomeçarem, mesmo que esse lugar ficasse à sombra da casa-grande (Castro, 1995, p.64). Soma-se a isso a garantia de um lugar para morar e o apoio advindo dos vínculos formados dentro de sua comunidade e na vizinhança na hora de uma necessidade (Machado, 2002, p.9, 17 e 19; Goldschmidt, 2004, p.115).

A historiadora e professora maranhense Cristiane Jacinto (2005, p.102) ao estudar essas relações na São Luís do século XIX destaca que

[...] Possivelmente os interesses afetivos tenham sido um elemento que possibilitou a esses sujeitos driblar essas dificuldades [condições jurídicas e sociais diferentes] ou se submeter às condições que implicavam uma relação como essa [...].

Além das necessidades materiais, tais uniões também representaram um lugar onde aqueles sujeitos puderam encontrar apoio, afeto e um/a companheiro/a e juntos sonharem e buscarem conseguir um dia ter toda a família vivendo em liberdade.

O historiador paraibano Wlisses Abreu em relação aos laços matrimoniais formados entre a população escravizada, livre e liberta de São João do Rio do Peixe no sertão da Paraíba, destaca que eram visíveis as mudanças que o “ser escravizado” estava passando nos momentos finais do sistema escravista, naquela época, eram bem mais difícil encontrar a diferença entre pessoas livres ou libertas pobres e um/a escravizado/a (Abreu, 2011, p.137). Viveram misturados/as e formaram alianças de ajuda mútua para suportarem os rigores de uma sociedade marcada pela violência e exclusão. Diante das relações tecidas no cotidiano da sociedade brasileira no Oitocentos, a professora Hebe de Castro (1995, p.77) reitera que

[...] a escravidão era praticamente a única relação social efetivamente institucionalizada. A estabilidade deste arranjo social não se constituía apenas sobre a violência e a desigualdade de recursos, mas principalmente sobre o costume, que abria atalhos e provia recursos (sociais e culturais) para conviver com a realidade da violência e da desigualdade [características primeiras daquele sistema].

Os arranjos familiares da população escravizada sertaneja sul-maranhense foram constituídos dentro de um universo relacional muito mais amplo. Esse sertão não era caracterizado somente por uma relação maniqueísta entre escravizados/as e seus/suas senhores/as. Peço licença para transcrever o registro de casamento de Justino Alberto Lima e Amância Pereira de Miranda:[[83]](#footnote-82)

Aos quatro dias do mês de agosto de mil oitocentos e oitenta e cinco. Assisti o matrimônio e que entre si celebram Justino Alberto Lima e Amancia Pereira de Miranda; escravizada; ele é filho de uma indígena do aldeamento de Piabanha província de Goiaz; ela filha da escravizada Maria Pereira de Miranda, sendo testemunhas - José Joaquim Lopes, Francisco de Salles Maciel [?], Eufrazia Pereira de Arruda e Ritta Alves Fragozo [...] (RC de Justino e Amancia, 1885, p. 75).

Também era indígena o cônjuge de Jezuína, quando recebeu sua carta de liberdade passada por Joaquim Bernadino Gomes em 8 de abril de 1874. Nela Joaquim diz que em sinal dos bons serviços que Jezuína, na época com 40 anos de idade, lhe tem prestado, desde a tenra idade, daquele dia em diante, ela poderia junto com seu marido Antônio gozar de sua inteira e real liberdade (CL de Jezuína, 1874, p.98v-99). Não foi somente através do casamento religioso que indígenas e homens e mulheres escravizados/as criaram vínculos. No batismo que ocorreu em 22 de agosto do ano de 1880 na fazenda Chapadinha Tiburcio e Candida, ambos escravizados, foram registrados como padrinhos da inocente Jacinta, filha de Antônia, uma indígena (RB de Jacinta, 1880, p.122).

Estas ligações criadas com o rito do matrimônio e do batismo, apontam para a existência de um sertão sul-maranhense constituído por uma sociedade complexa, formada por múltiplos laços. As uniões interétnicas e jurídicas são exemplos de estratégias utilizadas por aqueles sujeitos que lhes possibilitaram não só criar elos, mas também, (re)orientarem e complexificarem os núcleos familiares e comunitários já existentes. Não se limitaram às relações criadas apenas entre os seus e suas companheiros/as de cativeiro ou entre estes/as e seus e suas proprietários/as. Os fragmentos que encontrei na documentação apontam para uma coexistência entre escravizados/as, livres e libertos/as que ultrapassou as precariedades do mundo do trabalho no qual estavam submetidos/as. Experienciaram outras vivências dentro daquela sociedade.

**3.2 PARA ALÉM DAS BÊNÇÃOS DA IGREJA:** famílias de escravizados/as monoparentais.

Os casos acima não eram a regra. Raramente as mulheres escravizadas dos sertões sul-maranhenses tinham suas uniões abençoadas pela Igreja Católica, o que não significa dizer que elas não conseguiram formar vínculos sociais e afetivos ou que não tivessem ao seu lado um companheiro (Falci, 2004. p.220). Assim,

devemos ter em mente desde já que a formação de unidades conjugais e, em última análise, de famílias, não dependia do casamento consagrado pela Igreja, quer para os escravos, quer para os livres. Dizer que um casal não era casado e que seus filhos eram ilegítimos não significa que eles não formavam uma unidade familiar, ainda que legalmente pudessem ser incapacitados sob certos aspectos (Schwartz,1988, p.310).

Dessa forma, as escravizadas Francisca e Dionizia, ambas pertencentes a Dona Maria Gonçalves Lima, que levaram seus filhos naturais, Ciryaco e Casimiro, respectivamente, para receberem os santos óleos na matriz de Carolina-MA em 25 de dezembro de 1874, formaram com eles uma família (RB de Ciryaco e Casimiro, 1874, p.20 e 20v). Também era uma família o núcleo constituído por Cezária, cativa de Malaquias Gomes de Goveia, e seus dois filhos naturais, os pequenos Manoel e Joaquim, batizados pelo Padre Carrilio Pereira da Silva, em 13 de junho de 1886 (RB de Manoel e Joaquim, 1886, p.148v e 149v).

Mesmo que o casamento religioso representasse uma das formas que aqueles indivíduos pudessem garantir algum status ou mesmo conseguirem aumentar seu círculo de relações, a existência de múltiplas formas de arranjos familiares não deixou de fazer parte dos vínculos criados entre livres, libertos/as e escravizados/as (Cunha, 2016, p.3). Os laços formados durante o rito batismal nos dão pistas de como aquelas mulheres escravizadas (re)elaboraram os vínculos familiares dentro e fora de sua comunidade.

Dos 81 registros de batismo de filhos/as de escravizadas da Freguesia de São Pedro de Alcântara analisados por mim, em apenas 1 (um) constava o nome do pai. Liberato Antônio foi registrado como esposo de Ronia, escravizada de D. Maria Gonçalves [?]. Ambos levaram a menina Ignacia de apenas 8 (oito) meses de idade para receber os santos óleos na pia batismal de Carolina-MA em 20 de dezembro de 1873 (RB de Ignácia, 1873, p.2). A maioria dos/as ingênuos/as levados/as à pia batismal daquela Freguesia foram registrados/as como filhos/as naturais, ou seja, os pais não mantinham relações legalmente reconhecidas pela Igreja Católica com suas mães, isso, no entanto, não as impediu de batizá-los/as.

Tais indícios sinalizam para a existência de uma grande quantidade de lares de escravizados/as chefiados por mulheres legalmente solteiras. Cabe dizer que registrá-los/as como naturais, ou ilegítimos/as, não significa que seus genitores eram desconhecidos. Poderia, em alguns casos, representar uma estratégia utilizada para esconder dos olhos curiosos dos paroquianos um relacionamento ilícito de acordo com os preceitos cristãos (Miranda, 2018, p.64). Sobre esse assunto, a historiadora Isabel Reis destaca que, de acordo com as engrenagens que colocavam o sistema escravista em movimento, a figura paterna não era tão importante quanto a materna, pois era desta que vinha a possibilidade de renovar a mão de obra do plantel de seu ou de sua senhor/a, entretanto, não podemos dizer que não ter o nome do pai registrado nos registros de batismo, significasse que ele não vivia ou não estava por perto de sua prole (Reis, 1998, p.73-74). Diria mais, da sua família. Além do concubinato aqueles/as filhos/as registrados/as como naturais, poderiam ter sido gerados/as através de contatos consentidos e/ou mesmo através do uso da força (Miranda, 2018, p.84).

Não foram só as jovens escravizadas que se mantiveram solteiras. No registro de compra e venda dasescravizadas Verônica, de 50 anos e Thereza de 80 anos feito, constava que elas eram solteiras (RCVE de Verônica e Thereza, 1862, p.8). Eram também solteiras Mônica e Maria, ambas de 60 anos quando conseguiram conquistar suas cartas de alforrias em 1864 e 1884, respectivamente (CL de Mônica e Maria, 1864; 1884, p.119;103-respectivamente).

Ser solteira não era uma condição apenas das mulheres escravizadas. Ezequiel, vendido por Manoel José da Silva Braga a Filadelphio Antonio Noronha em 4 de junho de 1876, foi descrito como sendo um crioulo, de 50 anos e solteiro (RCVE de Isaquiel, 1876, p.9). Quando em 4 de setembro de 1883 Antônio Moreira Lima registrou a escritura de venda de seu escravizado Jeremias, afirmou ser ele cabra, com idade hoje de 53 anos e também era solteiro (RCVE de Jeremias, 1883, p. 24).

No sertão sul-maranhense aquelas mulheres escravizadas (re)criaram múltiplas formas de se relacionarem e (re)construírem seus núcleos familiares e nem sempre seguiram os preceitos ditados pela Igreja Católica. Conseguiram diante de todas as adversidades encontrar espaços para formarem laços de amizade, afeto, companheirismo e solidariedade. Criaram espaços onde os vínculos parentais não se restringiram a sua comunidade, tão pouco aos companheiros/as de infortúnio. As relações consensuais construídas por elas possivelmente não foram apenas com homens escravizados, assim como os casamentos mistos, também formaram uniões mistas para além das orientações religiosas (Machado, 2002, p.11). Cotidianamente subverteram a ordem posta, (re)criaram estratégias onde puderam negar sua coisificação e mostraram que suas vidas não se resumiram ao espaço do trabalho.

Refletindo sobre a dinâmica econômica e social das pequenas propriedades escravistas no interior de São Paulo, responsável em grande parte pela instabilidade dos laços familiares formados pela população escravizada, Alida Metcalf (1987, p.238) ressalta que nessas realidades os

[...] pequenos proprietários encorajaram a formação de famílias escravas matrifocais. Tais famílias formaram-se como parte do ciclo familiar dos escravos, surgindo em épocas de mudança econômica na vida dos proprietários - quando escravos eram vendidos - ou após herança - quando famílias eram separadas. Em tais épocas, o laço familiar mais provável de ser reconhecido e mantido pelos senhores era o entre mães e filhos. Por razões bastante práticas conservavam-se frequentemente as mães junto com seus filhos, especialmente os pequenos, para que elas pudessem continuar a criá-los. O vínculo entre mãe e filhos foi, de certa forma, o menor denominador comum da família escrava, e aquele com maior probabilidade de sobreviver aos deslocamentos durante o ciclo familiar escravo causados por herança ou mudanças econômicas na vida do proprietário.

Para as mulheres/mães escravizadas dos sertões sul-maranhenses, também uma área formada por pequenas propriedades de escravizados/as, não era fácil manter-se junto aos seus filhos e as suas filhas. A escravizada Raimunda Valleria, viu-se separada de sua filha Constança, de apenas 2 (dois) anos de idade, quando seu senhor, o Doutor Manoel Jansem Pereira a doou para sua sobrinha e afilhada Dona Angélica de Camargo, em 30 de setembro de 1865 (Registro de Doação de Constância, 1865, p.56). O mesmo aconteceu com a escravinha Roza, de apenas 18 meses de idade também pertecente a Manoel Jansem, quando na mesma data de 30 de setembro de 1865 foi doada a Dona Maria Alexandrina Pereira, afilhada de Manoel, separando-a de sua mãe Eliza (Registro de Doação de Roza, 1865, p.13V-14). Sobre essa prática em terras maranhenses, Antônia Mota (2011, p.2-3) destaca que

As sociedades passadas, como as formações atuais, eram contraditórias. No Maranhão, embora proprietários de escravos reconhecessem vínculos familiares entre os escravos, não hesitavam em quebrá-los, caso isto lhe fosse conveniente. Estamos nos referindo à prática comum naquela sociedade de presentear filhos, netos e afilhados com escravos de pouca idade, como vemos de forma recorrente nas recomendações testamentárias [...] O que se apreende dos registros escritos da época é que embora vivessem em uma sociedade com forte tradição cristã, moralmente se encarava com naturalidade separar mães escravas de filhos pequenos [...].

Sobre os casos acima os/as filhos/as das escravizadas foram doados/as para pessoas que pertenciam ao mesmo grupo social e familiar dos senhores, eram afilhadas que poderiam morar próximas às casas das mães daqueles/as escravizados/as que haviam recebido. Saber onde e com quem estavam Constança e Roza poderia dar a Raimunda ,Valleria e Eliza um alívio diante das dores e incertezas causadas pela separação de suas filhas. Mesmo não vivendo na mesma residência, mães e filhas teriam a possibilidade de manter algum contato, e assim, estabelecerem redes de apoio e auxílio (Mota, 2014, p.9-10). Situações como as de Constança e Roza, pelo menos em teoria, teriam mudado a partir de 1869 quando foi aprovada a lei de nº 1.695 que proibiu a separação de filhos/as menores de 15 anos de suas genitoras. Até essa lei, as famílias formadas por sujeitos escravizados ficavam à mercê, muitas vezes, das vontades e vicissitudes de seus/suas senhores/as.

“O sertão é do tamanho do mundo”, já nos dizia Guimarães Rosa (1984, p.57). A sociedade sertaneja que se formou no Sul do Maranhão, volto a destacar, não foi erguida apenas pela atuação dos colonizadores. Africanos/as e seus/suas descendentes (livre/libertos/as e escravizados/as) e indígenas também contribuíram nessa construção, e não apenas sendo as “mãos e os braços” de senhores/as, mas influenciando e sendo influenciados/as por/em todas a relações que definiram aquele lugar chamado de sertão de Pastos Bons. Eram homens e mulheres que em suas inúmeras estratégias diárias de (r)existência se apropriaram, sobreviveram, (re)elaboraram, (re)adaptaram e subverteram a ordem social vigente, (re)escrevendo suas histórias.

**4 PRODUTO EDUCACIONAL.**

 Website *Docsul: escravidão negra no sertão sul-maranhense na segunda metade do século XIX*.

**4.1 RELAÇÃO ENTRE O OBJETO DA TESE E A PROPOSTA DE PRODUTO**

**EDUCACIONAL:** percurso de construção do Produto Educacional.

Para o produto educacional, selecionei algumas histórias de homens e mulheres escravizados/as presentes na tese e sugeri atividades. Fiz um resumo de cada série documental presente no Website, destacando a importância desses documentos para a historiografia sobre a escravidão negra no Maranhão.

**4.2 ACESSIBILIDADE**

Coloquei no Website - *Docsul: escravidão negra no sertão sul-maranhense na segunda metade do século XIX* algumas ferramentas para torná-lo mais inclusivo, como: Leitor de Tela, utilizado principalmente por pessoas com deficiência visual; Leitor de Libras, que é responsável por traduzir de forma automática as informações contidas nos textos, áudios ou em vídeos para a Língua Brasileira de Sinais – Libras de forma gratuita; Alto Contraste, utilizado por pessoas que têm médio ou alto déficit de visão e a ferramenta de Lupa e Zoom.

**4.3 PÚBLICO-ALVO:** quais os critérios de escolhas

Além dos/as alunos/as do Ensino Médio o Website *Docsul: escravidão negra no sertão sul-maranhense na segunda metade do século XIX*, foi pensado também para atender as necessidades pedagógicas de docentes e pesquisadores/as interessados/as na temática. Há abas específicas para os/as professores/as com material sobre os temas de trabalho sugeridos no website. A tese, quando finalizada, também será disponibilizada.

**4.4 DIÁLOGO COM O CONTEXTO DISCENTE:** impacto na realidade do/a discente.

Ao ter contato com documentos produzidos em outra época e local é dado ao/a educando/a oportunidade de compreender o processo de produção do conhecimento, de perceber que a história presente nos livros didáticos é o resultado de pesquisa que estabelece um diálogo entre passado e presente, tendo o documento como mediador. Dessa experiência pedagógica espera-se que os/as alunos/as possam exercer um papel de protagonismo dentro do processo de ensino-aprendizagem que fazem parte, desenvolvendo uma visão mais ampla e crítica sobre a história, e assim, dando um outro sentido ao conhecimento que aprendem.

**4.5  NATUREZA/ MODALIDADE DO PRODUTO.**

 É um produto virtual, um website com o objetivo de possibilitar o acesso a documentos, textos e atividades sobre o cotidiano da população escravizado sul-maranhense na segunda metade do século XIX.

**4.6 TECNOLOGIAS PARA APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DO PRODUTO:** a internet como instrumento de aprendizagem.

Utilizo a internet como tecnologia para elaboração e apresentação do produto. Importante ressaltar que pode ser feito o download de todo o conteúdo do website Docsul: *escravidão negra no sertão sul-maranhense na segunda metade do século XIX.*

**4.7 VIABILIDADE  E NÍVEL  DE APLICABILIDADE:** quais espaços pode ser (re)utilizado.

Avancei na produção do website *Docsul: escravidão negra no sertão sul-maranhense na segunda metade do século XIX*, nos últimos meses. Não está pronto, mas já possui elementos que me possibilitaram fazer um primeiro teste. Um junho deste ano apresentei o website para uma turma de alunos/as do ensino médio, terceiro ano, da escola estadual Vera Lúcia do município de Fortaleza dos Nogueiras-MA. 20 estudantes participaram desta atividade. Na ocasião, utilizei a sala de informática da escola municipal São Raimundo Nonato. Analisaram o layout do website, leram os textos disponibilizados, responderam as questões propostas e sugeriram alterações. No final da atividade apliquei um questionário, via googleform. Fiz a mesma atividadEstou, nesse momento, seguindo algumas dessas sugestões e fazendo alterações propostas pelos/as discentes e pelos/as docentes que também tiveram acesso ao material.

**4.8 MÉTODO PARA TESTAGEM DE APLICABILIDADE:** modelo questionário avaliação de usabilidade.

**IMAGENS DO FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DO WEBSITE.**

Interface gráfica do usuário, Texto

Descrição gerada automaticamente

Interface gráfica do usuário, Aplicativo

Descrição gerada automaticamente

Interface gráfica do usuário, Aplicativo

Descrição gerada automaticamente

Interface gráfica do usuário, Texto, Aplicativo

Descrição gerada automaticamente

Interface gráfica do usuário, Texto, Aplicativo

Descrição gerada automaticamente

Interface gráfica do usuário, Texto, Aplicativo

Descrição gerada automaticamente

Interface gráfica do usuário, Aplicativo

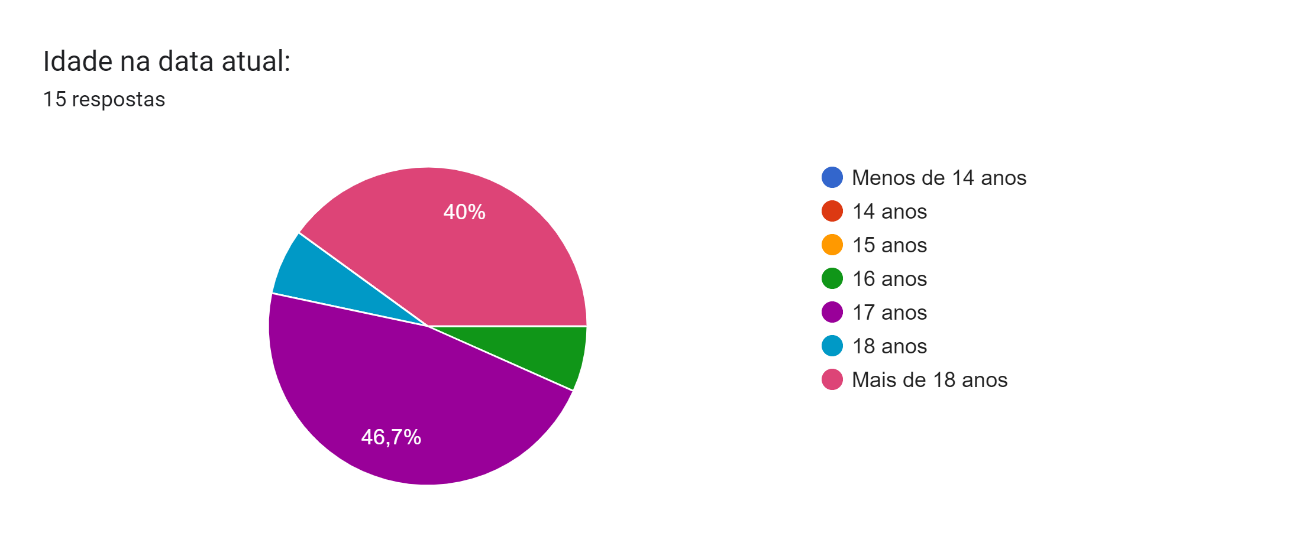
Descrição gerada automaticamente

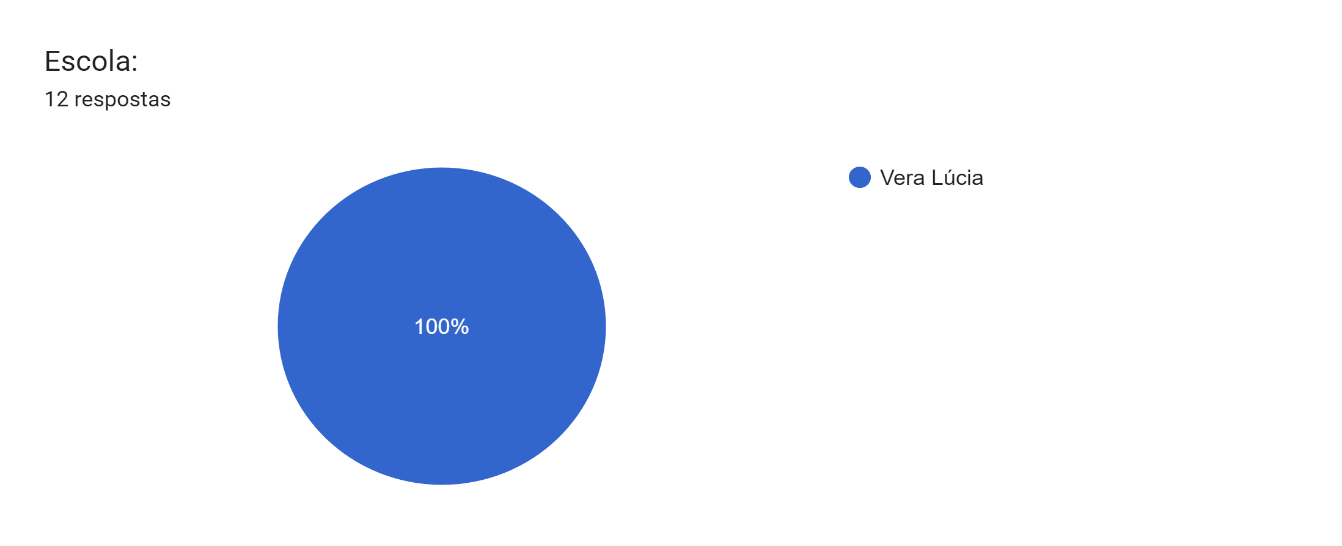
Interface gráfica do usuário, Aplicativo

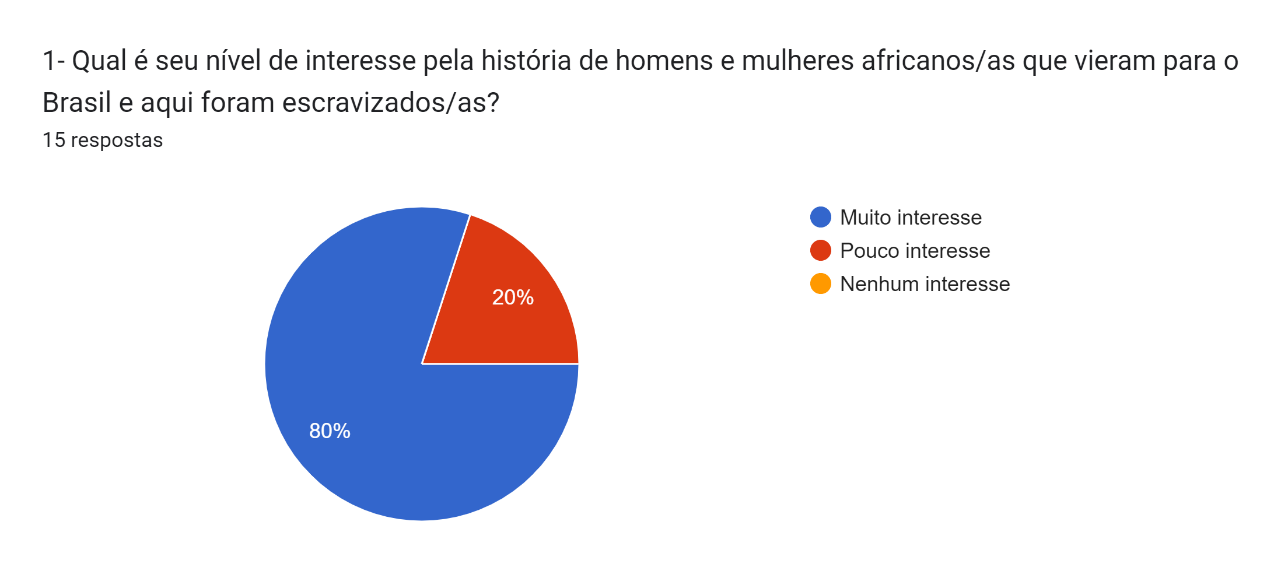
Descrição gerada automaticamente

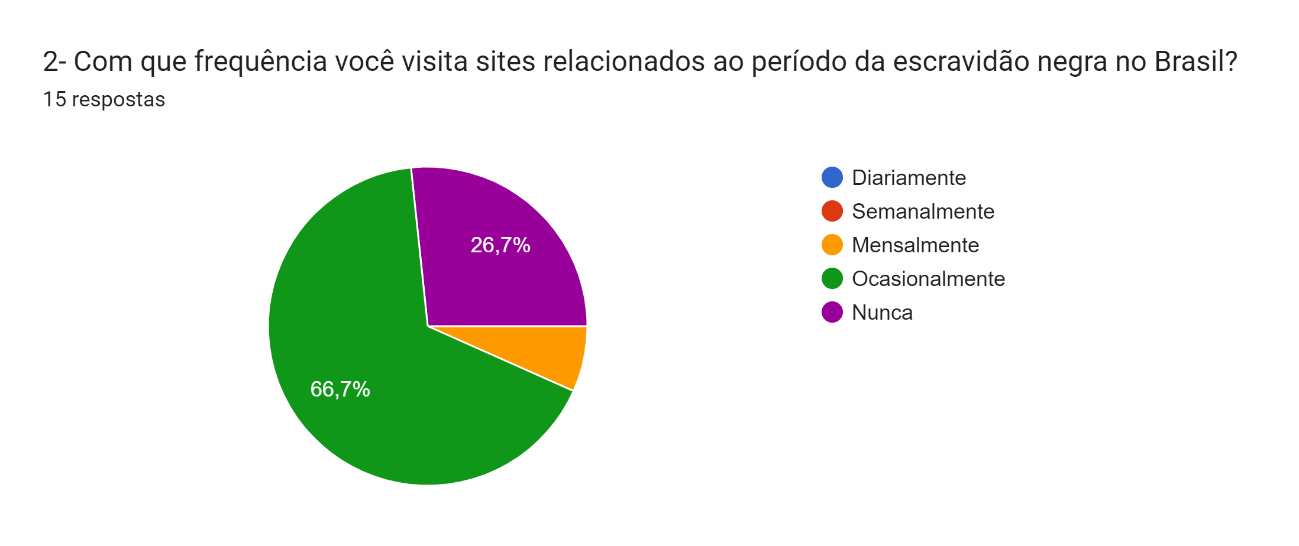
**RESPOSTAS DOS/AS DISCENTES E DOCENTES**

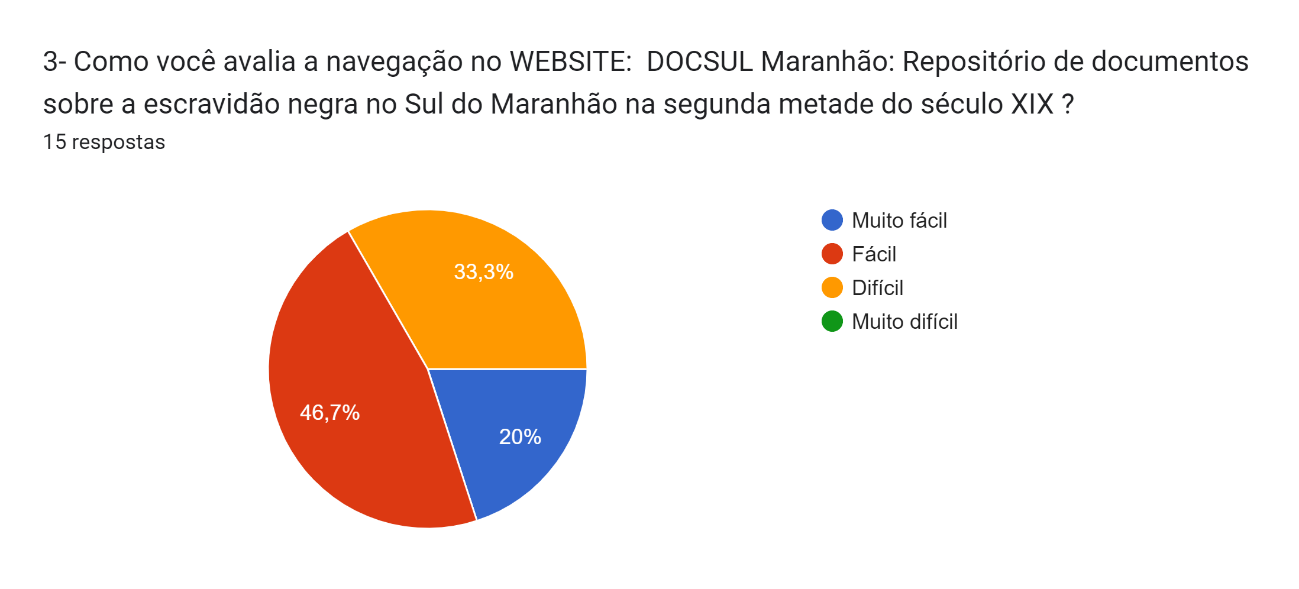




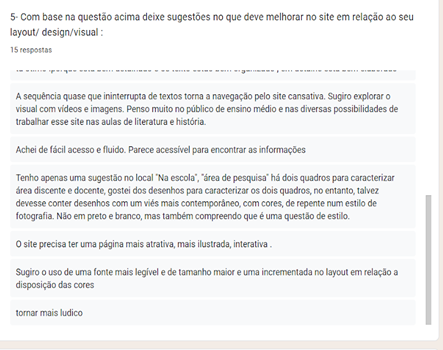




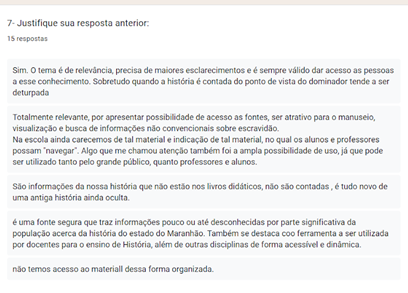


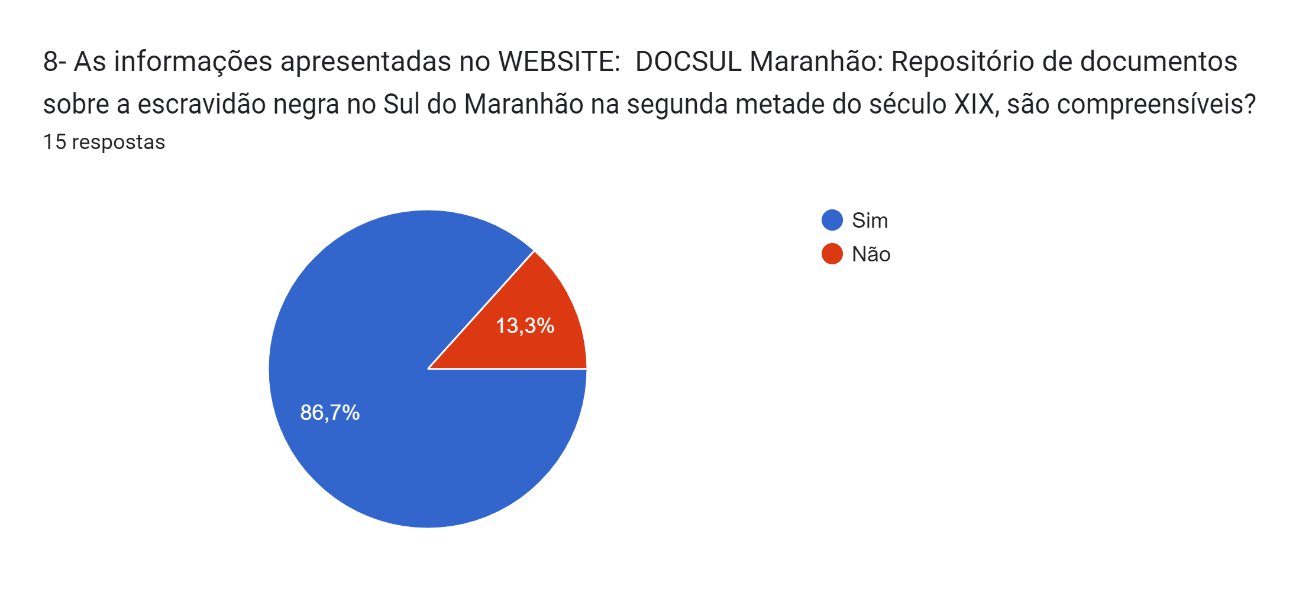


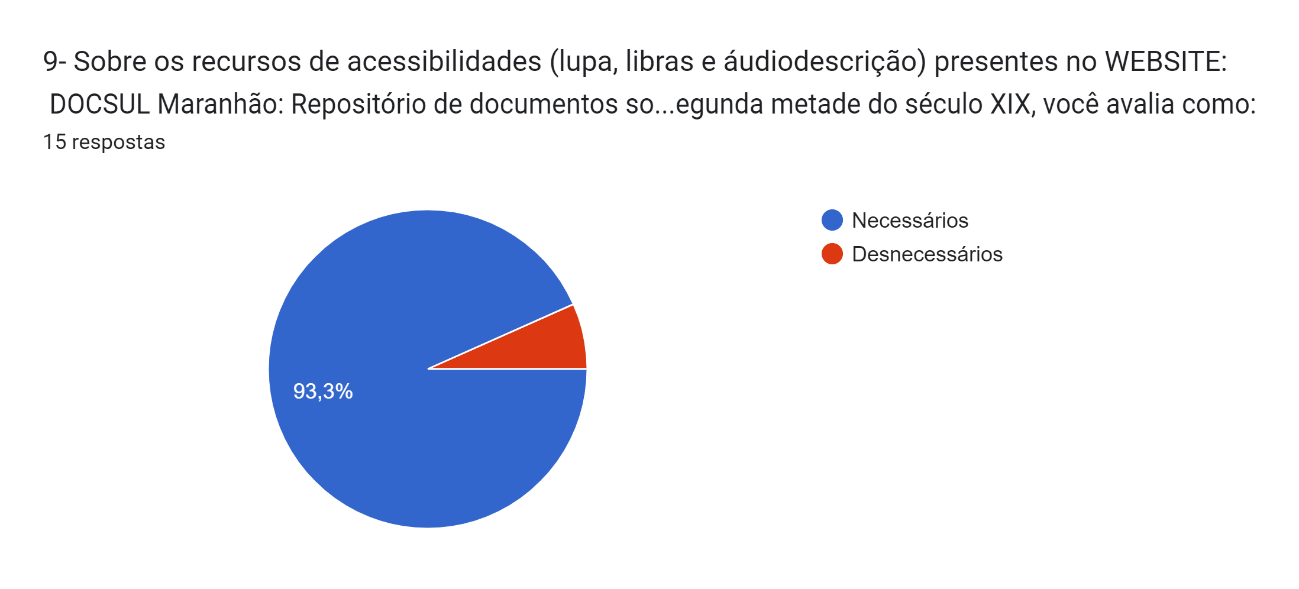


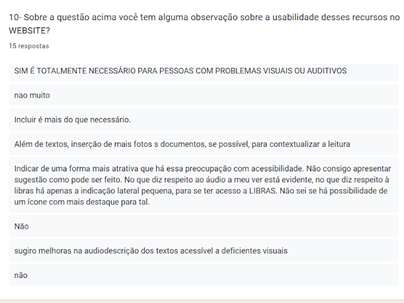


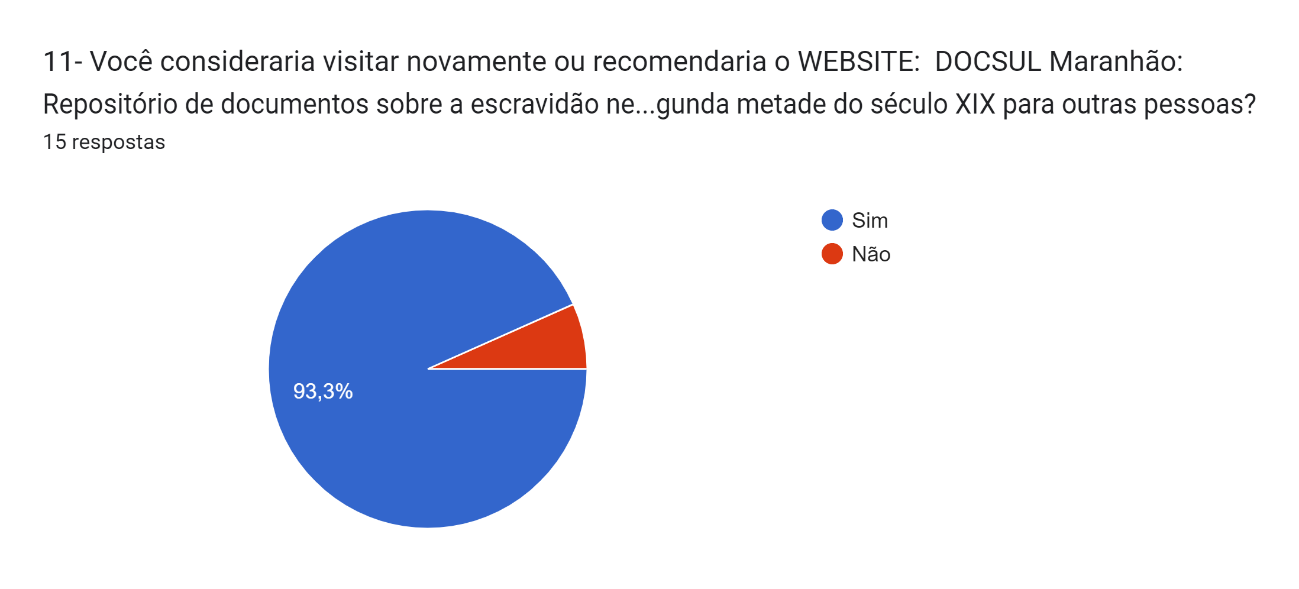




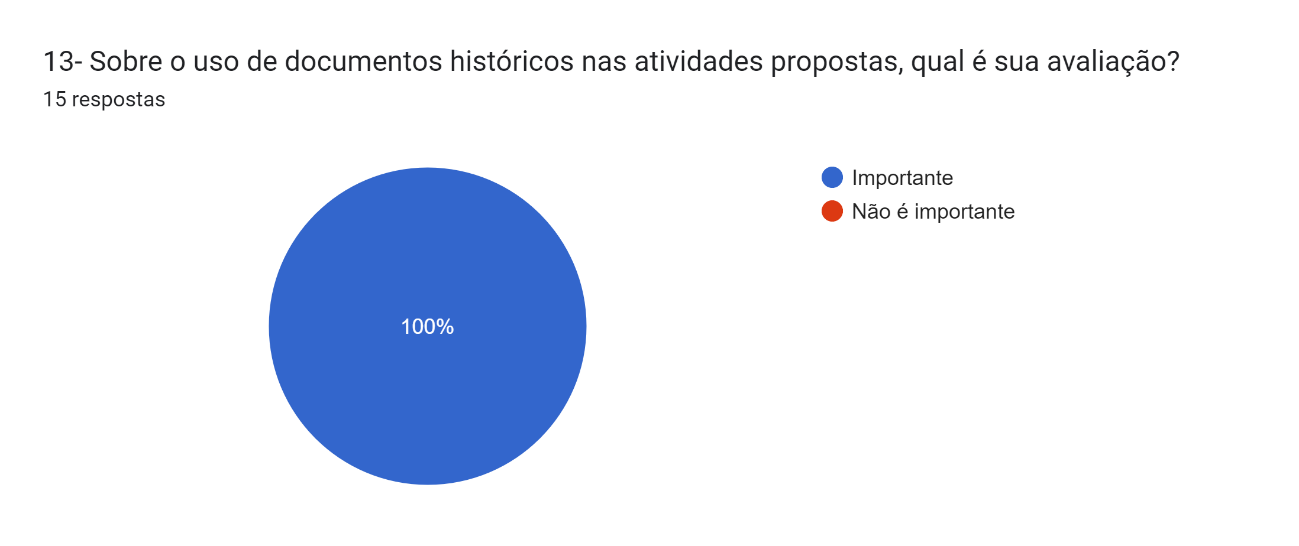












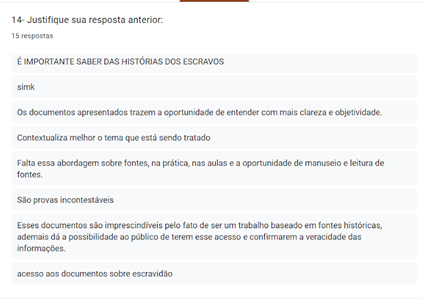


Gráfico de respostas do Formulários Google. Título da pergunta: 15- Sobre as imagens, os textos e as atividades propostas, você acha que:
. Número de respostas: 15 respostas.





**REFERÊNCIAS DO 4º CAPÍTULO**

BOVO, Marcos Clair. Interdisciplinaridade e transversalidade como dimensões da ação pedagógicas. **Urutágua:** Revista Acadêmica multidisciplinar. Maringá, UEM, n. 7, p. 1-11, ago./nov. 2005.

CAIMI, Flávia Eloisa. Geração homo zappiens na escola: os novos suportes de informação a aprendizagem histórica. In. MAGALHÃES, Marcelo et. al. (orgs.). **Ensino de história:** usos do passado, memória e mídia. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014, p. 165-183

CECATTO, Daiana Aparecida Fontana. **SITE DE CURADORIA EM JOGOS DIGITAIS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA**. (Mestrado Profissional em Rede Nacional - PROFHISTÓRIA) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Santa Catarina, 2019. Disponível em Disponível em: http://site.profhistoria.com.br/. Acesso em: 8 de fev. de 2023.

FELINTO, Erick. Em busca do tempo perdido: o sequestro da história na cibercultura e os desafios da mídia. **Matrizes,** v. 4, n. 2, p. 1-12, 2011.

FURTADO, Ronaldo Everton Araujo Vieira. **Questionando a história, das mídias digitais à sala de aula:** a investigação histórica para a autonomia crítica do estudante do ensino médio. (Mestrado Profissional em Rede Nacional - PROFHISTÓRIA) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal - RN, 2021. Disponível em Disponível em: http://site.profhistoria.com.br/. Acesso em: 8 de fev. de 2023.

GUIMARÃES, Claudio Santos Pinto. **Aulas de História nas nuvens:** os nós de ensinar História com o Google for Education no Ensino Médio. (Mestrado Profissional em Rede Nacional - PROFHISTÓRIA) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em Disponível em: http://site.profhistoria.com.br/. Acesso em: 8 de fev. de 2023.

GÜNTZEL, Alessandro. **Agência histórica:** uma abordagem por meio do podcast storytelling no ensino de história. (Mestrado Profissional em Rede Nacional - PROFHISTÓRIA) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022. Disponível em Disponível em: http://site.profhistoria.com.br/. Acesso em: 8 de fev. de 2023.

LIMA, Aline C. da Silva; AZEVEDO, Crislane Barbosa de. A interdisciplinaridade no Brasil e o ensino de história: um diálogo possível. **Revista Educação e Linguagens**, Campo Mourão, v. 2, n. 3, p. 128-150, jul./dez. 2013

LIMA, Hellen Cris Leite de. **Paraná quilombola:** um site para ensinar história. (Mestrado Profissional em Rede Nacional - PROFHISTÓRIA) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020. Disponível em Disponível em: http://site.profhistoria.com.br/. Acesso em: 8 de fev. de 2023.

NASCIMENTO, Éder Dias do. **A metodologia WebQuest na aula de história.** (Mestrado Profissional em Rede Nacional - PROFHISTÓRIA) - Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão - PR, 2018. Disponível em Disponível em: http://site.profhistoria.com.br/. Acesso em: 8 de fev. de 2023.

OLIVEIRA, Hernani Robinson da Luz. **Ensino de história com tecnologias digitais de informação e comunicação:** o uso do blog na disciplina de estudos regionais. (Mestrado Profissional em Rede Nacional - PROFHISTÓRIA) - Universidade Regional do Cariri - URCA, Crato - CE, 2021. Disponível em Disponível em: http://site.profhistoria.com.br/. Acesso em: 8 de fev. de 2023.

PAULI, Fábio Ferreira **A história entre zeros e uns:** Ensino de História e nativos digitais (2000-2018). (Mestrado Profissional em Rede Nacional - PROFHISTÓRIA) - Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Guarulhos-SP, 2020. Disponível em Disponível em: http://site.profhistoria.com.br/. Acesso em: 8 de fev. de 2023.

PEREIRA, Edilene Reis. **A corte portuguesa no Brasil:** possibilidades de ensino pelo viés interdisciplinar – roteiros para oficinas pedagógicas. Produto pedagógico (Mestrado Profissional em História) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, MA, 2021.

REIS, Wendel Mota dos. **História do lugar, ensino de história e novas tecnologias**: uma proposta para o trabalho docente no ensino médio. (Mestrado Profissional em Rede Nacional - PROFHISTÓRIA) - Universidade do Estado de Santa Catarina, São Cristóvão-SE, 2018. Disponível em Disponível em: http://site.profhistoria.com.br/. Acesso em: 8 de fev. de 2023.

ROCHA, Pedro Botelho. Professores. **Youtubers e ensino de História:** saberes, práticas e narrativas na cultura digital. (Mestrado Profissional em Rede Nacional - PROFHISTÓRIA) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE, 2021. Disponível em Disponível em: http://site.profhistoria.com.br/. Acesso em: 8 de fev. de 2023.

SALES, Rogério Santos. **Blog, escravidão, mestiçagens e ensino de história:** uma proposta de ferramenta complementar para a educação básica. (Mestrado Profissional em Rede Nacional - PROFHISTÓRIA) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista-BA, 2022.Disponível em Disponível em: http://site.profhistoria.com.br/. Acesso em: 8 de fev. de 2023.

SANTOS, Pablo Sharches Freire. **O conceito de escravidão nos livros didáticos do PNLD (2018).** (Mestrado Profissional em Rede Nacional - PROFHISTÓRIA) - Universidade Regional do Cariri – URCA, Crato-CE, 2021. Disponível em Disponível em: http://site.profhistoria.com.br/. Acesso em: 8 de fev. de 2023.

SANTOS, Roberto Eduardo Carneiro dos. **Redes digitais e ensino de história:** produção, recepção e aprendizagem por meio da internet na perspectiva da História Pública entre alunos da geração Z e Alpha. (Mestrado Profissional em Rede Nacional - PROFHISTÓRIA) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo-RJ, 2022. Disponível em Disponível em: http://site.profhistoria.com.br/. Acesso em: 8 de fev. de 2023.

SCHLATTER, Bruno Belloc Nunes. **A história que queremos:** ensino de história, protagonismo e passado prático nas redes sociais. (Mestrado Profissional em Rede Nacional - PROFHISTÓRIA) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em Disponível em: http://site.profhistoria.com.br/. Acesso em: 8 de fev. de 2023.

SILVA, Adriano Negreiros da. **Piada pronta:** a revista que não esconde o riso. Produto pedagógico (Mestrado Profissional em História) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís-MA, 2018.

1. Sobre o tema ver também: Samara, 2012, p.20-22; Santos, 2014, p.60-61,79; Orlanda, 2016, p.22-40. [↑](#footnote-ref-0)
2. Ao longo do texto serão inseridas notas explicativas sempre que eu entender ser interessante e relevante estabelecer um diálogo direto com o Produto Educacional. A intenção é demonstrar como esta pesquisa contribuiu para a construção do Produto Educacional Website *Docsul: escravidão negra no sertão sul-maranhense na segunda metade do século XIX*. [↑](#footnote-ref-1)
3. É um termo chave utilizado por mim para compreender as relações sociais construídas pela população escravizada dos sertões sul-maranhenses no dezenove. Segundo Henrique Espada Lima (2006, p.262), este conceito, “[...] colocava em cena um ator que deveria agir dentro de uma sociedade (qualquer sociedade) na qual os recursos materiais, culturais e cognitivos disponíveis eram distribuídos de modo desigual. Um indivíduo racional, certamente, mas não dotado de uma “racionalidade absoluta”: ao contrário, o que se propõe é um indivíduo que age - nas palavras de Levi - a partir de uma “racionalidade limitada”, isto é, a partir dos recursos limitados que o seu lugar na trama social lhe confere, em um contexto no qual a sua ação depende da interação com ações alheias. Portanto, o controle sobre o seu resultado é limitado por um horizonte de incertezas. [↑](#footnote-ref-2)
4. Em sintonia com as modificações linguísticas que a historiografia sobre a escravidão hoje segue, substitui a palavra escravo/a por escravizado/a. De acordo com Elizabeth Harkot-de-La-Taille e Adriano Rodrigues dos Santos (2012, p.8-9) “[...] os usos contemporâneos que têm sido feitos do vocábulo escravizado para se referir à escravidão negra parecem ter como propósito resgatar o contexto e a relação histórico-social referente ao período escravocrata, evocando ressonâncias semânticas do pressuposto de responsabilização e de opressão pelo processo de escravidão [...]. Enquanto o termo escravo reduz o ser humano à mera condição de mercadoria, como um ser que não decide e não tem consciência sobre os rumos de sua própria vida, ou seja, age passivamente e em estado de submissão, o vocábulo escravizado modifica a carga semântica e denuncia o processo de violência subjacente à perda da identidade, trazendo à tona um conteúdo de caráter histórico e social atinente à luta pelo poder de pessoas sobre pessoas, além de marcar a arbitrariedade e o abuso da força dos opressores [...]”. À exceção nas citações de outros/as autores/as que utilizo no texto.

   [↑](#footnote-ref-3)
5. Em 2020 publiquei o livro *Laços de compadrio entre escravizados/as no Sul do Maranhão (1854-1888)*. Nele falo sobre os vínculos estabelecidos entre livres, escravizados/as e libertos/as através do batismo cristão. “[...] Pelos vestígios encontrados nos registros de batismos descortina-se diante do olhar dos/as pesquisadores/as uma sociedade dinâmica e mestiça não só em suas cores, mas também no caráter das relações sociais que foram gestando ao longo do tempo” (Andrade, 2020, p.122). [↑](#footnote-ref-4)
6. Nos inventários os/as escravizados/as eram colocados/as juntos/as dos animais como gado, cavalo e égua, que constituíam o patrimônio do/a inventariado/a. Ficavam na seção de bens semoventes do referido documento. [↑](#footnote-ref-5)
7. Termo utilizado pelo historiador britânico Edward Palmer Thompson em um artigo de 1966 para se referir aos novos rumos que a historiografia inglesa sobre a classe operária estava tomando. Para ele havia, “ uma preocupação crescente em investigar as manifestações políticas e sociais não incluídas na linha oficial da evolução do movimento operário” (Thompson, 2001, p.200). Assim, E.P. Thompson propõe o projeto de construção de uma outra história da classe trabalhadora inglesa baseada nas suas múltiplas experiências, sociais e culturais. O fazer-se daquela classe não se encontrava apenas nos espaços de produção das fábricas. [↑](#footnote-ref-6)
8. Aqui faço referência ao termo utilizado pelo antropólogo e professor do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Eduardo Batalha Viveiros de Castro em seu texto apresentado no colóquio *“Questões indígenas: ecologia,terra e saberes ameríndios”*, que aconteceu no Teatro Maria Matos, em Lisboa, no dia 5 de Maio de 2017. Para ele,‘Povo’ só (r)existe no plural — povoS. Um povo é uma multiplicidade singular, que supõe outros povos, que habita uma terra pluralmente povoada de povos [...] a luta dos índios é também a nossa luta, a luta indígena [o povo LGBT, o povo negro, o povo das mulheres]. Os índios são nosso exemplo. Um exemplo de rexistência secular a uma guerra feroz contra eles para desexistí-los, fazê-los desaparecer, seja matando-os pura e simplesmente, seja desindianizando-os e tornando-os “cidadãos civilizados”, isto é, brasileiros pobres, sem terra, sem meios de subsistência próprios, forçados a vender seus braços — seus corpos — para enriquecer os pretensos novos donos da terra” (Castro, 2017, p.4 e 8). [↑](#footnote-ref-7)
9. Os/as filhos/as de escravizadas nascidos/as após a lei de setembro de 1871, seriam livres. Ao/As senhores/as foi dada a opção de libertá-los/as em troca de uma indenização que seria paga pelo Estado, ou ficarem com eles/as até completarem 21 anos de idade, opção de muitos/as escravagistas. [↑](#footnote-ref-8)
10. O contato com fontes primárias representa uma das alternativas para discentes e docentes do ensino básico reelaborarem conteúdos e metodologias de ensino. Assim, disponibilizei no Produto Educacional Website *Docsul: escravidão negra no sertão sul-maranhense na segunda metade do século XIX* uma aba (mais informações) que traz dentro dela uma pasta com descrição e imagens de alguns documentos que serviram de base para elaboração deste texto. [↑](#footnote-ref-9)
11. Até 2021, boa parte da documentação pesquisada estava nos fóruns ou em posse de particulares nas cidades de Carolina-MA e de Pastos Bons-MA. Mal acondicionadas, muitos não resistiram à ação do tempo. [↑](#footnote-ref-10)
12. Que são importantes para compreender que a realidade social em que viveram era resultado de “[...] uma interação contínua entre as diversas pessoas e grupos que se lançam ativamente a cada momento em busca de diferentes objetivos e articulando diversas formas de ação. A sociedade é entendida então como ‘o resultado cumulativo de um número de escolhas separadas e decisões tomadas por pessoas que agem frente a frente a outras pessoas’” (Lima, 2006, p.261). [↑](#footnote-ref-11)
13. Sobre o tema ver também: Moura Filho, 2020, p.33; Hakkert; Rodarte, 2021, p.551. [↑](#footnote-ref-12)
14. Jörn Rüsen compreende a consciência histórica como “[...] um fenômeno do mundo vital, ou seja, como uma forma da consciência humana que está relacionada imediatamente com a vida humana prática. [seria] a suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo [...] Seria totalmente equivocado, pois, entender por consciência histórica apenas uma consciência do passado: trata-se de uma consciência do passado que possui uma relação estrutural com a interpretação do presente e com a expectativa e o projeto de futuro. A narrativa histórica organiza essa relação estrutural das três dimensões temporais com representações de continuidade [...]” (Rüsen, 2010, p. 56;57 e 65). [↑](#footnote-ref-13)
15. Dirigir ao gado canto monótono e triste com o fim de reuni-lo ou guiá-lo; trabalhar com bois. [↑](#footnote-ref-14)
16. Aqui entendo o cotidiano segundo a concepção de Mary Del Priore. Para ela, esse termo designaria a “História dos anti-heróis e da anti-heroína, de criaturas, de ‘homens sem qualidade’ [...] a história da vida cotidiana e privada é, finalmente, a história dos pequenos prazeres, dos detalhes quase invisíveis, dos dramas abafados, do banal, do insignificante, das coisas deixadas ‘de lado’. Mas nesse inventário de aparentes miudezas, reside a imensidão e a complexidade através da qual a história se faz e se reconcilia consigo mesma” (Del Priore, 2011, p.261). [↑](#footnote-ref-15)
17. Ao longo do texto ao me referir ao livro didático também utilizarei termos como ‘material didático’, ‘suporte pedagógico’, ‘produto educacional’, ‘instrumento pedagógico’, ‘manuais didáticos’ e ‘suportes de ensino’, que são utilizados por autores e pelas autoras que estudam o tema pesquisado por mim. [↑](#footnote-ref-16)
18. De acordo com o pesquisador francês Alain Choppin (2008, p.58-59) “As obras ditas paradidáticas [...] são de natureza muito diversa, mas visam claramente um mercado doméstico, mesmo se, em certos países, essas obras podem igualmente serem utilizadas sob a recomendação expressa dos professores. A regulamentação, a destinação, o financiamento e a distribuição fazem esses produtos diferentes dos manuais, que dispensam uma prescrição institucional; mas sua função (redobrar, completar, aprofundar a mensagem da instituição escolar) e sua concepção (eles se referem, explícita e seguidamente, à uma disciplina e um nível de ensino ou ainda "em torno do programa") estão claramente ligadas ao universo escolar. Em alguns países ocidentais, estas obras são hoje frequentemente utilizadas pelos alunos que as obras prescritas pela instituição (dito de outra forma, os manuais) [...]”. São também utilizados como apoio no processo de ensino aprendizagem (Gatti Júnior, 1997, p.43). [↑](#footnote-ref-17)
19. O professor Joan Botelho, falecido em 2021, foi não só meu colega de Instituição de Ensino (IFMA), mas também, meu professor na época da graduação. Um profissional e ser humano admirável. Muito gentil e amável no trato com seus colegas e discentes. [↑](#footnote-ref-18)
20. O paradidático *Conhecendo e debatendo a História do Maranhão* está dividido em 22 capítulos. O tema Frente pastoril*:* a ocupação do Centro-Sul do Maranhãoestá contemplado no capítulo 9 (Botelho, 2019). [↑](#footnote-ref-19)
21. Sobre o tema ver também: Zatta;Vannini, 2019, p.10-11; Farias, 2012, p.59-60; Pereira, 2014, p. 42 a 50; Kraay, 2007, p.9 a 10; Sardagna, 2004, p. 35 a 45. [↑](#footnote-ref-20)
22. Dentro do processo de construção do sentimento de identidade e pertencimento de uma sociedade há nele uma necessidade de construir lugares de memória. Eventos comemorativos como os desfiles em alusão ao 7 de setembro de 1822 no Brasil, constitui-se em um desses lugares. Celebrações organizadas por lembranças e esquecimentos, que não são involuntários, representam “[...] os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos” (Nora, 1993, p.13). Sobre o tema ver também: Pollak, 1989, p.3; Oliveira, 1989; Dias, 2018, p.24 a 30; Zatta; Vinnini, 2012, p.12;17e18; Kraay, 2007; Kraay, 2010. [↑](#footnote-ref-21)
23. Link para acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=mR-5P3A37EI>. Acesso em: 27 de fev. de 2023. [↑](#footnote-ref-22)
24. Cabe ressaltar que todas as imagens presentes neste capítulo são “frames” produzidos por mim a partir do vídeo sobre o desfile disponível no Youtube. [↑](#footnote-ref-23)
25. Editei as imagens originais para que os rostos dos/as adolescentes, educadores/as e as imagens dos estabelecimentos comerciais não fossem identificados/as. [↑](#footnote-ref-24)
26. Sobre o tema ver também: Cota; Vasconcelos, 2010, p.44; Gomes, 2021, p.278 e 279. [↑](#footnote-ref-25)
27. Sobre o tema ver também: Reis; Gomes, 1996, p.9; Carvalho, 2003, p.291 a 328; Brasil; Mendonça, 2016, p. 142 a 146; Silva, 2018, p.208, 209, 210 e 2014; Cota; Vasconcelos, 2010, p. 43; Gomes, 2021, p.271. [↑](#footnote-ref-26)
28. Sobre o tema ver também: Schwarcz, 1998; Schwarcz, 2008; Miranda, 2008; Domingues, 2011; Lourenço, 2020; Lucindo, 2022. [↑](#footnote-ref-27)
29. Importante destacar que cenas como as citadas acima também fizeram parte do desfile cívico organizado pela Secretaria de Educação da cidade de Imperatriz-MA, cidade do Sul do Maranhão, em 2022. Sobre esse episódio ver: <https://revistacenarium.com.br/no-maranhao-desfile-da-independencia-tem-criancas-negras-vestidas-de-escravas/>; <https://www.terra.com.br/nos/encenacao-escravagista-em-7-de-setembro-levanta-debate,13a9c535926b85d4e016d3ac22940a83855an4bq.html>; https://mundonegro.inf.br/meninas-negras-como-mucamas-de-meninas-brancas-defensoria-cobra-posicionamento-de-escola-no-ma/. [↑](#footnote-ref-28)
30. Sobre a discussão entre estigma e identidade social, Erving Goffman destaca que “Os gregos, que tinham bastante conhecimento de recursos visuais, criaram o termo estigma para se referirem a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava. Os sinais eram feitos com cortes ou fogo no corpo e avisavam que o portador era um escravo, um criminoso ou traidor - uma pessoa marcada, ritualmente poluída, que devia ser evitada, especialmente em lugares públicos. Mais tarde na Era Cristã, dois níveis de metáfora foram acrescentados ao termo: o primeiro deles referia-se a sinais corporais de graça divina que tomavam a forma de flores em erupção sobre a pele; o segundo, uma alusão médica a essa alusão religiosa, referia-se a sinais corporais de distúrbio físico. Atualmente, o termo é amplamente usado de maneira um tanto semelhante ao sentido original, porém é mais aplicado à própria desgraça do que à sua evidência corporal” (Goffman, 2008, p.11). [↑](#footnote-ref-29)
31. Dados consultados em: https://www.similarweb.com/pt/top-websites/. [↑](#footnote-ref-30)
32. Guy Debord define o espetáculo como não só “[...] um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens [assim] a realidade surge no espetáculo, e o espetáculo é real [e se tornou] a principal produção da sociedade atual” (Debord,1997, p.14;15 e 17). [↑](#footnote-ref-31)
33. Sobre o tema ver também: Pollak, 1989, p.3; Nora, 1993, p.17; Rios, 2013, p.5;6;8;9;11 e 12. [↑](#footnote-ref-32)
34. Sobre o tema ver também: Rios, 2013, p.6 [↑](#footnote-ref-33)
35. Diante da atual conjuntura social e educacional dominada pela geração da web 2.0, o campo de estudo e produção dos/as historiadores/as, essa questão gira em torno do debate empreendido sobre a história pública. Rodrigo Bonaldo, na primeira página do portal sobre história pública, dentre as várias definições que existem sobre ela, nos diz que “Trata-se de um conceito disputado. Nele, diferentes abordagens concorrem e contribuem para enriquecer seu significado. Em uma dimensão mais pragmática, a História Pública é entendida como veículo do conhecimento histórico em direção *aos* grandes públicos (Gardner; Lapaglia, 1999, p. 30). Outra visão, algo própria, nos Estados Unidos, aos historiadores públicos sociais, entende a atividade como diálogo, reflexão e produção de história no encontro da academia *com* o público (Grele, 1981, p. 46). Outras leituras apontam para as possibilidades da agência pública por parte da historiografia. Com o desenvolvimento das tecnologias digitais (*Web 2.0*), a antiga proposta de “ajudar as pessoas a escrever, criar e compreender suas próprias histórias” ganha novas proporções (Malerba, 2017, p. 10-11). No mesmo momento, os impactos globais das culturas de memória e presença, identidade e demandas de orientação no tempo, imprimem, desde a órbita do multiculturalismo, um “valor especialmente forte na história pública” (Frisch *Apud* Bonaldo, texto apresentação portal história pública). [↑](#footnote-ref-34)
36. Sobre o tema ver também: Benevides, 2010, p.4; Lemos, 2014, p.24; Mendes *et al*., 2016, p.153;165; Mazário, 2016, p.15-24; Reis, 2018, p.37-38; Santana, 2018, p.38; Loureiro, 2020, p.37; Andrade, 2021, p.34. [↑](#footnote-ref-35)
37. Sobre o tema ver também: Reis, 2018; p.41. [↑](#footnote-ref-36)
38. Sobre o tema ver também: Chalhoub, 2012. [↑](#footnote-ref-37)
39. Sobre o tema ver também: Mattoso, 2001, p. 144 a 167; Reis; Gomes, 1996. [↑](#footnote-ref-38)
40. Sobre o tema ver também: Abreu; Rangel, 2015, p.9 e 10. [↑](#footnote-ref-39)
41. Sobre o tema ver também: Gontijo, 2014, p.45; Rüsen, 2009a, p.168 e 172; Rüsen, 2009b; Abreu; Rangel, 2015, p.14 e 16. [↑](#footnote-ref-40)
42. Como ao longo deste capítulo fica evidente o meu posicionamento em relação ao desfile. Busquei na pesquisa identificar os/as profissionais que pensaram a organização daquele pelotão, mas, infelizmente, não houve uma receptividade, não houve interesse em comentar o evento. Nas duas escolas encarregadas daquela apresentação se mostraram inviável a realização de entrevistas que pudessem evidenciar com mais profundidade a intenção que motivou a construção daquele desfile. [↑](#footnote-ref-41)
43. Sobre o tema ver também: Bittencourt, 2011a, p.300-301; Bittencourt, 2011b, p.499. [↑](#footnote-ref-42)
44. Sobre o tema ver também: Choppin, 2009, p.15; 19; 74; Silva, 2011, p.178; Mendes *et al*., 2016, p.144. [↑](#footnote-ref-43)
45. Sobre o tema ver também: Bittencourt, 2011a, p.29. [↑](#footnote-ref-44)
46. Sobre o tema ver também: Choppin, 2004, p.554; Ferreira, 2008, p.80-83; Choppin, 2009, p.66; Silva, 2011, p.190-92. [↑](#footnote-ref-45)
47. Sobre o tema ver também: Ferreira, 2008, p.81; Silva, 2011, p.182. [↑](#footnote-ref-46)
48. Sobre o tema ver também: Choppin, 2009, p.26; Lovato, 2012, p.35; Giorgi *et al*., 2014, p.1049; Mendes *et al*., 2016, p.145. [↑](#footnote-ref-47)
49. Sobre o tema ver também: Ferreira, 2008, p.90; Schmidt, 2010, p.116; Bittencourt, 2011b, p.502; Rodrigues, 2018, p.23-24; Santana, 2018, p.33; Andrade, 2021, p.41. [↑](#footnote-ref-48)
50. Sobre o tema ver também: Bittencourt, 2011b, p.507; Mendes *et al*., 2016, p.146; Varella, 2021, p.57-58. [↑](#footnote-ref-49)
51. Sobre o tema ver também: Mendes *et al.*, 2016, p.147; Silva, 2011, p.179; Rodrigues, 2018, p.34;35-36; Caciano, 2020, p.93. [↑](#footnote-ref-50)
52. Nesta tese há críticas à linguagem, imagens e representações da narrativa que o desfile apresenta. Sendo assim, para que as críticas não sejam associadas diretamente a escolas envolvidas no desfile, optei por utilizar as letras A e B para me referir a elas. [↑](#footnote-ref-51)
53. Sobre o tema ver também: Ribeiro, 1990, p. 104 a 126; Mattoso, 2001, p. 176 a 186; Chalhoub, 2011. [↑](#footnote-ref-52)
54. Trabalhos como o de Assunção, 2008; Soares, 2008; Araújo, 2012 e Mateus, 2018 levantam pontos que nos ajudam a compreender a complexidade social, política, cultural e econômica que a Balaiada representou não só para o Maranhão, ampliando nosso olhar sobre esse movimento que não se resume à ação de repressão do governo representada por Caxias. [↑](#footnote-ref-53)
55. Sobre o tema ver também: Julia, 2001, p.37; Monteiro, 2003, p.10. [↑](#footnote-ref-54)
56. Sobre o tema ver também: Mendes *et al.*, 2016, p.146. [↑](#footnote-ref-55)
57. O Produto Educacional Website *Docsul: escravidão negra no sertão sul-maranhense na segunda metade do século XIX* desenvolvido a partir das questões abordadas neste texto, possui uma aba onde disponibilizei alguns documentos e falei um pouco sobre cada um deles. Assim, oa/as educadores/as pessoas interessadas em pesquisar e/ou utilizar aquela documentação como instrumento pedagógico terão acesso às informações básicas sobre suas características, os dados que ela contém e sua importância para o estudo sobre uma determinada sociedade. Também disponibilizei imagens dos documentos pesquisados que me auxiliaram a compreender os temas presentes nos capítulos e subcapítulos do texto e nas pastas de atividades no Website. A aquisição dos documentos e a realização das atividades sugeridas podem ser feitas em qualquer local com ou sem acesso à internet. Educadores/as-pesquisadores/as e os/as alunos/as terão a possibilidade de realizar os downloads de todo o conteúdo disponibilizado. A realização da leitura de tão variado corpo documental, pode levar, a partir das indagações feitas, a questionamentos de pontos já levantados por mim, ou mesmo, o surgimento de novas hipóteses sobre as relações cotidianas da população escravizada que caracterizaram o sertão sul-maranhense na segunda metade do século XIX. [↑](#footnote-ref-56)
58. Sobre o tema ver também: Vieira, 2016, p.34; Adriano, 2018, p.56 e 60; Faria, 2018, p.15; Moreira, 2018, p.40. [↑](#footnote-ref-57)
59. Sobre o tema ver também: Azevedo, 2016, p.26-27; Adriano, 2018, p.59; Faria, 2018, p.15; Moreira, 2018, p.42-53; Silva, 2018, p.29-30. [↑](#footnote-ref-58)
60. Sobre o tema ver também: Silva, 2018, p.15. [↑](#footnote-ref-59)
61. Sobre o tema ver também: Azevedo, 2016, p.24;25 e 27; Souza, 2016, p.60; Adriano, 2018, p.57; Moreira, 2018, p.42. [↑](#footnote-ref-60)
62. A pesquisadora e professora do Departamento de História da Universidade Federal do Maranhão-UFMA, Marize Campos em seu estudo sobre as mulheres, as senhoras donas maranhenses entre 1755 e 1822 nos diz que o termo “Dona” em terras lusitanas significava “[...] uma forma de tratamento que diferenciava as mulheres nobres das plebeias, decorrente de um parentesco masculino, de pais, avós ou casamento. Todavia [...] enquanto nos centros urbano, do lado “de cá” do Atlântico, a expressão era reservada àquelas consideradas brancas e ricas, no litoral africano, especialmente na região de Angola dos séculos XVII a XIX, as “Donas”, quase sempre mestiças ou negras, eram assim tratadas por concentrarem poder e exercerem papéis de comando, tanto no mundo dos negócios como na direção da família” (Marize, 2010, p.43). [↑](#footnote-ref-61)
63. “As matrículas eram registros dos escravos, feitos em órgãos públicos (a coletoria) pelos senhores. Nelas constavam os nomes do escravo e do senhor; o sexo do escravo, sua cor, idade, filiação, aptidão para o trabalho. Nessas matrículas eram feitas anotações (as chamadas averbações) quando ocorriam mudança de residência para outro município, transferência de domínio de um senhor para outro, depósito de pecúlio.” (Mendonça, 2001, p.60). [↑](#footnote-ref-62)
64. No Website Docsul: escravidão negra no sertão sul-maranhense da segunda metade do século XIX, nas abas sobre o vaqueiro coloquei alguns registros de compra e venda de escravizados. A ideia é que discentes e docentes possam ter contato com essa documentação e a partir dela responderem as atividades propostas e criarem outras atividades que envolvam a leitura dos documentos disponíveis. [↑](#footnote-ref-63)
65. Utilizei letras minúsculas em alguns nomes para indicar que estou utilizando outro documento da mesma pessoa ou falando de pessoas que possuem o mesmo nome. [↑](#footnote-ref-64)
66. A exemplo do que foi representado no desfile em comemoração ao 7 de setembro organizado pela Secretaria de Educação no município de Fortaleza dos Nogueiras-MA em 2022.

    [↑](#footnote-ref-65)
67. Fiz referência a este RCVE na p.74. [↑](#footnote-ref-66)
68. No estudo que realizei entre os anos de 2015-2017 em 59 inventários deixados por pessoas que viveram na região e período em foco deste estudo, mulheres proprietárias aparecem em 25 deles. Eram as “senhoras do donas” sertanejas sul-maranhenses (Andrade, 2020, p.80). [↑](#footnote-ref-67)
69. Sobre a palavra Cabra “Diz Bernardino José de Souza (1961) que é termo de uso frequente no Norte do Brasil, designativo do mestiço de negro e mulato, entretanto, não há concordância de opiniões acerca desse tipo de mestiço. Macedo Soares diz que o cabra é quarteirão de mulato com negro, mulato escuro, caboclo escuro. V. Chemont diz tratar-se de mestiço de branco e negra, logo o mesmo que mulato. Rodolfo Teófilo, no seu grande livro *Os Brilhantes*, afirma que é o produto do cruzamento de índio e de africano, inferior aos elementos que o formam. E acrescenta: ‘O cabra é pior do que o caboclo e do que o negro. É geralmente um indivíduo forte, de maus instintos, petulante, sanguinário, muito diferente do mulato por lhe faltarem as maneiras e inteligência deste. É tão conhecida a índole perversa do cabra que o povo diz ‘não há doce ruim nem cabra bom’. Isso é confirmado em ofício de José Félix de Azevedo Sá ao ministro do Império, em 23 de abril de 1823, no qual expunha as providências tomadas para manter a ordem no Ceará: ‘Resta agora, Ex.mo Sr., conter o furor dos cabras, e índios que tanto ocuparam o cuidado dos antigos governadores, os quais ainda não há forças que o tenham podido refrear’ (Publicações do Arquivo Nacional, vol. 29, 1929). Ao cabra não raro se chama também de pardo, fula, ou fulo, bode e cabrito, todos, em suma, mestiços nos quais a dosagem dos ‘sangues inferiores’ é maior. De modo figurado, esta palavra significa homem valente, audacioso, atrevido, sinônimo de cangaceiro e bandoleiro, ocorrendo neste sentido os termo cabra-macho, cabra-feio, cabra-onça, cabra-seco, cabra-topetudo, cabra-de-chifre, cabra-arranca-toco (Acre), surungunga, guampudo (São Paulo), curruscuba, capuaba, negro sujo (norte de Minas), bambambã (gíria carioca registrada por Afonso d’Eu. Taunay), corado, bala, cumba etc. Na época das lutas pela Independência e ainda no Primeiro Reinado, quando se trocavam veementemente epítetos injuriosos entre brasileiros e portugueses, os brasileiros foram alcunhados de moleques, crioulos, bodes, cabritos e cabras [...] Enfim, de acordo com Bernardino José de Souza (1961), é certo que o termo ‘cabra’ surgiu, em última instância, de uma tática de divisionismo étnico dos dominadores para fragmentar a população negra conforme as diferenças cromáticas e sociais [...]” (Moura, 2002, p.75). A cor Cabra também aparece em maior número, em 38%, nos registros da população escravizada presentes nos inventários que analisei (Andrade, 2020, p.82). [↑](#footnote-ref-68)
70. Sobre o tema ver também: Rossini, 2019, p.781; Del Priore, 2010, Entrevista dada à TV Univesp. [↑](#footnote-ref-69)
71. Ferreira (2002, p.13) refletindo sobre a história de tão vasto e complexo território que deu origem ao sertão maranhense o divide da seguinte maneira: “[...] as regiões centrais (Médio Sertão) e Sul (Alto Sertão) do Maranhão [...]”. Corresponde ao Alto Sertão, também chamado de Pastos Bons, as áreas que foram colonizadas pelos vaqueiros, principalmente baianos, e suas boiadas; e Médio Sertão as áreas que pertencem ao território que corresponde boa parte do município de Caxias. Barra do Corda e Grajaú corresponderia a área de transição entre o Alto e Médio Sertão. Aqui neste trabalho, ao citar o Alto Sertão, me referirei a esse lugar do qual Ferreira fala em seu trabalho. [↑](#footnote-ref-70)
72. Pela relevância desse personagem para a história da sociedade sul-maranhense, ele foi colocado como personagem guia das atividade propostas no produto educacional Website Docsul: escravidão negra no sertão sul-maranhense na segunda metade do século XIX. [↑](#footnote-ref-71)
73. As histórias desses homens vaqueiros e escravizados nos sertões sul-maranhenses estão no produto educacional Website *Docsul: escravidão negra no sertão sul-maranhense na segunda metade do século XIX*. Ao clicar na aba *na escola*, você será levado/a para 2 (duas) pastas: a primeira destinada aos/às discentes e a segunda com material e informações para os/as docentes*.* Ao clicar na *pasta área do discente,* você encontrará 3 (três) pastas com atividades referentes aos assuntos tratados nesta tese. Na pasta chamada *Homens vaqueiros e escravizados nos sertões de Pastos Bons: Francisco, João e Manoel*, você vai encontrar um texto sobre a temática, os documentos que utilizei na elaboração desse subtópico e sugestões de atividades. [↑](#footnote-ref-72)
74. Assim como era o de Francisco e Cacimiro, homens escravizados e vaqueiros arrolados como bens nos inventários de Justino Antônio de Medeiros e de Manoel Pedro de Brito, respectivamente, estudados por mim (Andrade, 2020, p.72-78). [↑](#footnote-ref-73)
75. Dentre as histórias de fugas de escravizados/as, escolhi a de Bárbara para colocar no produto pducacional Website *Docsul: escravidão negra no sertão sul-maranhense na segunda metade do século XIX*. Ao clicar na aba *na escola*, você será levado/a para 2 (duas) pastas: a primeira destinada aos/às discentes e a segunda com material e informações para os/as docentes*.* Ao clicar na *pasta área do discente,* você encontrará 3 (três) pastas com atividades referentes aos assuntos tratados neste texto. Na pasta *Bárbara: Fugir era um ato de resistência* você vai encontrar um pequeno texto sobre a temática, os documentos que utilizei na elaboração desse tópico e sugestões de atividades a partir dos registros de compra e venda de Bárbara (em processo de produção). [↑](#footnote-ref-74)
76. No produto educacional Website *Docsul: escravidão negra no sertão sul-maranhense na segunda metade do século XIX* tem uma aba contendo um texto, documentos e atividades que dialogam com nosso presente sobre os (re)arranjos familiares construídos pela população escravizada. Para ter acesso a esse material você terá que clicar na aba *na escola* que lhe levará para 2 (duas) pastas: a primeira destinada aos/às discentes e a segunda com material e informações para os/as docentes*.* Ao clicar na *pasta área do discente,* você encontrará 3 (três) pastas com atividades referentes aos assuntos tratados neste capítulo. Na pasta chamada *A família como forma de resistência: Justino Alberto Lima, Amancia Pereira de Miranda, Luiz e Ignez da Cunha Ribeiro*, disponibilizei material que pode ser utilizado por discentes e docentes interessados nessa temática. [↑](#footnote-ref-75)
77. Não havia um livro para o Registro de Casamentos de livres, forros/as e escravizados/as separados/as, todos os matrimônios eram registrados em um único livro. Neste trabalho, quando houve a necessidade de citá-los, o fiz tal qual o original, metodologia que também utilizei nas demais séries documentais.

    [↑](#footnote-ref-76)
78. Quando homens e mulheres eram cativos/as ou libertos/as, esses marcadores sociais e jurídicos apareciam na documentação, quando não, considerei que eram livres. [↑](#footnote-ref-77)
79. Utilizei as informações contidas neste inventário para pensar algumas questões durante a produção de meu trabalho de conclusão do mestrado em 2017 que resultou em um livro. VER: Andrade, 2020. [↑](#footnote-ref-78)
80. Sobre o tema ver também: GUTERRES, 2010, p.4. [↑](#footnote-ref-79)
81. No produto educacional Website *Docsul: escravidão negra no sertão sul-maranhense na segunda metade do século XIX* que esta tese subsidia, na aba *A família como forma de resistência: Justino Alberto Lima, Amancia Pereira de Miranda, Luiz e Ignez da Cunha Ribeiro* disponibilizei um pequeno texto sobre os múltiplos caminhos que a historiografia sobre a família de escravizados hoje percorre. Em seguida, o visitante também terá acesso ao registro de casamento de Luiz e Ignês, também disponibilizei uma versão transcrita da fonte, caso tenham interesse, há um espaço para tentarem transcrevê-lo. Nesta seção os discentes poderão conhecer e refletir as múltiplas formas que a população sertaneja escravizada sul- maranhense tinha para construir laços familiares. Ao longo da atividade proposta, os/as alunos/as também serão provocados a pensarem sobre a constituição de sua família e a colocarem sua opinião sobre a discussão, ainda presente na contemporaneidade, sobre a leis que determinam os critérios do que é ou não é uma união familiar. [↑](#footnote-ref-80)
82. Autorização dada pelos/as proprietários/as dos/as cativos/as para a realização do enlace. [↑](#footnote-ref-81)
83. No produto educacional Website *Docsul: escravidão negra no sertão sul-maranhense na segunda metade do século XIX* que esta tese subsidia, na aba *A família como forma de resistência: Justino Alberto Lima, Amancia Pereira de Miranda, Luiz e Ignez da Cunha Ribeiro* diponibilizei o registro de casamento de Justino Alberto Lima e Amância Pereira de Miranda. O objetivo é o mesmo descrito na nota de rodapé nº 81. [↑](#footnote-ref-82)